

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**EDIVALDO RAMOS DE OLIVEIRA**

O FENÔMENO MBL: protagonismo no apogeu de novas frações da direita na política  
brasileira (2013-2018)

SÃO PAULO

2023

Edivaldo Ramos de Oliveira

O FENÔMENO MBL: protagonismo no apogeu  
de novas frações da direita na política brasileira  
(2013-2018)

Dissertação apresentada ao curso Maestria Estado,  
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino  
Americana de Ciências Sociais/FLACSO e  
Fundação Perseu Abramo, como parte dos  
requisitos necessários para obtenção do título de  
Magister em Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas.

Orientador Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira.

São Paulo

2023

## Ficha catalográfica

OLIVEIRA, Edivaldo Ramos de.

O fenômeno MBL: protagonismo no apogeu de novas frações da direita na política brasileira (2013-2018). Edivaldo Ramos de Oliveira; São Paulo: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 155.

Dissertação (Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Otávio Dias de Souza Ferreira.

Edivaldo Ramos de Oliveira

O FENÔMENO MBL: protagonismo no apogeu de novas frações da direita na política brasileira (2013-2018).

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira

Aprovado em 27 de fevereiro de 2023.

---

Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira

FLACSO-Brasil

---

Profa. Dra. Tatiana Teixeira da Silva

Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Univ. Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Mestre Bruno Marco Cuer dos Santos

FLACSO-Brasil

---

Suplente

**Para meus pais, Maria Hermínia e Felisberto (*in memoriam*)  
e minha irmã Malu (*in memoriam*).**

As ausências mais presentes da minha vida.

As vidas mais ausentes da minha presença.

As presenças mais vivas das minhas ausências.

E as lembranças que não se apagam...

## AGRADECIMENTOS

Como disse Caetano Veloso, “*a vida é real e de viés*”.

Rapidamente, a felicidade pelo início do curso se converteu em preocupação e medo, pois, no início de 2020 o mundo se deparou com a pandemia de COVID-19.

Foram momentos que exigiram muita solidariedade e resiliência de todos, em um engajamento multidimensional para o enfrentamento das adversidades trazidas pelo coronavírus, mas também dos adversários que a negavam e expuseram a população a riscos desnecessários — desassistidos e desprezados, muitos tombaram e viraram saudade...

Mas, a ciência venceu, o SUS nos salvou. Vencemos o monstro!

E, por fim, viramos mais essa “página infeliz da nossa história”!

Tão necessários quanto a dedicação aos estudos e a capacidade de realização, os apoios que conseguimos agregar acabam representando um diferencial importantíssimo na performance desenvolvida ao longo da maratona de um mestrado.

Felizmente, sempre estive muito bem acompanhado e pude contar com o apoio de muitas pessoas, em quantidade e qualidade, direta ou indiretamente, às quais agradeço por esse momento de intensa felicidade e sincero agradecimento, mesmo sabendo que não conseguirei retribuir à altura.

Inicialmente, agradeço à comunidade que gravitou em torno do próprio curso, a começar pela Flacso-Brasil e a Fundação Perseu Abramo, que propiciaram a oportunidade de poder cursar o mestrado e realizar um antigo desejo.

A todos os professores que, em cada momento desses anos de curso, compartilharam conhecimento e acolhimento, contribuindo para a composição do mosaico de lutas e ideias que o tempo consolidou.

Aos colegas de turma, sempre tão presentes e solidários para com todos, semeando estímulos e contribuições para que a caminhada se tornasse mais suave e possível — vocês conseguiram!

Ao meu orientador, professor Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira, pela paciência e dedicação com que me brindou em sua orientação, um verdadeiro GPS a me guiar pelas trilhas da dissertação em construção.

Aos membros da minha banca, professora Dra. Tatiana Teixeira da Silva e professor Me. Bruno Marco Cuer dos Santos, pelas riquíssimas contribuições que me ofereceram, de forma tão generosa.

A Karl Marx, referência suprema, onipresente, imprescindível como o oxigênio, o inventor da utopia.

Aos meus mestres da intelectualidade brasileira, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Darcy Ribeiro e Paul Singer, transbordantes de inspiração, admirados à distância, mas presenças constantes em todas as minhas elaborações intelectuais.

À professora Dra. Maria Tarcisa Silva Bega, titular de Sociologia da UFPR e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Sociologia e Políticas Sociais, do qual sou membro, pelo incansável estímulo que dissemina e pela infindável confiança nas pessoas, repleta de afetos e esperança.

A Billie Holiday, Ella Fitzgerald, Chet Baker, Miles Davis, João Gilberto e Milton Nascimento, dedicados companheiros de jornada pelas longas horas de leitura, pesquisa, análise e escrita, em que me fizeram companhia e asseguraram a trilha sonora dos estudos.

Ao Corinthians, nação alvinegra, que tantas vezes me encheu de alegrias com suas vitórias deslumbrantes, enquanto eu dividia minha atenção entre a televisão e os livros — abstraindo-me totalmente nas derrotas inconvenientes.

E principalmente à minha esposa Viviane, amor de uma vida e companheira inseparável de todas as horas e em todos os momentos, devotada de corpo e alma ao meu projeto acadêmico.

Eu cheguei lá!!!

## **RESUMO**

Esta pesquisa busca compreender as razões da meteórica ascensão do Movimento Brasil Livre (MBL), reconhecido como o mais expressivo protagonista dentre as várias organizações criadas no bojo das Jornadas de Junho de 2013 — antes, durante ou depois desse fato político de magnitude elevada. Para tanto, e dentro de um recorte temporal que se restringe ao período entre 2013 e 2018, foi empreendida pesquisa bibliográfica em diversas plataformas e mídias (revistas, jornais, redes sociais, filmes, internet, livros, etc), coleta e sistematização de informações. No processo analítico de leitura dos fenômenos, foi considerado o papel e o lugar do pesquisador enquanto sujeito participante no processo. A hipótese prioritária escuda-se na imagem mental de que um “grupo de jovens” de classe média se aproveitou da ocasião e se posicionou de forma a instrumentalizar as decisões de pessoas aparentemente não politizadas, conquistando espaços em razão de uma ampla convergência de atores em torno da construção de um país e uma sociedade melhores. Contaram com sorte e oportunismo e foram contemplados pela conjuntura favorável. Constituindo-se, inicialmente, à margem da política institucional e posteriormente a ela integrada, foi quem melhor soube aproveitar os benefícios e oportunidades oferecidas pelas redes sociais, por meio das quais divulgou suas posições e ações, disseminou sua pauta política e ampliou significativamente seus apoiadores. Cumpriu papel relevante nos episódios que resultaram no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e ofereceu contribuições inegáveis para a construção do ambiente comportamentalmente moralista, economicamente entreguista e politicamente autoritário, que resultou na eleição e no governo de Jair Bolsonaro, além da eleição de alguns de seus membros para cargos no legislativo. Essa trajetória se deu sem a presença de medalhões da política, ao contrário, tendo em suas fileiras apenas jovens desconhecidos e inexperientes, entre 2013 e 2018.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. Sociedade Civil. 2. Direita (ideologia política). 3. Movimentos sociais urbanos. 4. Manifestações de rua. 5. Conflito Social.



## **ABSTRACT**

This research seeks to understand the reasons for the meteoric rise of the Free Brazil Movement (MBL), recognized as the most expressive protagonist among the various organizations created in the midst of the June 2013 Journeys — before, during or after this political event of magnitude high. To this end, and within a timeframe that is restricted to the period between 2013 and 2018, bibliographical research will be undertaken in various platforms and media (magazines, newspapers, social networks, films, internet, books, etc.). In the analytical process of reading the phenomena, it was considered the role and the place of the researcher as a participating subject in the process. The main hypothesis is based on the mental image that a middle-class "group of young people" took advantage of the occasion and positioned themselves in a way that instrumentalized the decisions of apparently non-politicized people, conquering spaces due to a broad convergence of actors around the construction of a better country and society. They counted on luck and opportunism and were contemplated by the favorable conjuncture. Initially constituted on the fringes of institutional policy and later integrated into it, it was the person who best knew how to take advantage of the benefits and opportunities offered by social networks, through which it publicized its positions and actions, disseminated its political agenda and significantly expanded its supporters. He played a relevant role in the episodes that resulted in the coup against President Dilma Rousseff and offered undeniable contributions to the construction of the behaviorally moralistic, economically surrendered and politically authoritarian environment, which resulted in the election and government of Jair Bolsonaro, in addition to the election of some of his members for positions in the legislature. This trajectory took place without the presence of political medallions, on the contrary, having in its ranks only unknown and inexperienced young people between 2013 e 2018.

**KEYWORDS:** Civil Society. Right (political ideology). Urban social movements. Street demonstrations. Social Conflict.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AATSP – Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado de São Paulo

ABDD – Associação Brasileira de Defesa da Democracia

ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing

ABERT – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão

ABESCO – Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Conservação de Energia

ABIEPAN – Associação Brasileira das Indústrias de Equipamentos para Panificação, Biscoitos e Cozinhas Industriais)

ABMCJ – Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

ABRAC – Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas

ACG-RJ – Associação Comercial da Gávea – Rio de Janeiro

ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento

ADEVAL – Associação das Empresas Distribuidoras de Valores

AEAGRO – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Oeste de Santa Catarina

AJEE – Palmas -TO – Associação dos Jovens Empreendedores de Palmas (TO)

ANBD – Associação Nacional dos Bacharéis em Direito

ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANCOR – Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercado

ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

API – Associação Paulista de Imprensa

CDL-BH – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (MG)

CEDES – Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais

CIA – Central Intelligence Agency

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Cremsp – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas (partido político)

EPL – Estudantes Pela Liberdade

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FEHOESP – Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo

Fetranscarga – Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GMP – Grupo de Mobilização Permanente

GOPM – Grande Oriente Paulista da Maçonaria

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Transporte Interestadual

IEE – Instituto de Estudos Empresariais

IL – Instituto Liberal

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MBL – Movimento Brasil Livre

MCRN – Movimento Cívico de Recuperação Nacional

MDU – Movimento Democrático Urbano

MPL – Movimento Passe Livre

MRL – Movimento Renovação Liberal

OAB-DF – Ordem dos Advogados do Brasil–Seccional do Distrito Federal

OAB-SP – Ordem dos Advogados do Brasil–Seccional de São Paulo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL - Partido Liberal

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Democrático Trabalhista

PV – Partido Verde

SATED-MG – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais

SESCON-SP – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo

SFL – Students For Liberty

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

UB – União Brasileira de Empresários

UDR – União Democrática Ruralista

USAID – United States Agency for International Development

## **LISTA DE TABELAS**

- TABELA 1 – Sexo dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 2 – Idade dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 3 – Escolaridade dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 4 – Renda dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 5 – Ocupação principal dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 6 – Região onde mora dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 7 – Filiação partidária dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 8 – Participação em manifestações entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 9 – Posição política em que entrevistado se coloca entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 10 – Motivos para participação na manifestação na Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 11 – Declaração de voto no 2º turno da eleição de 2014 entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 12 – Avaliação da Presidenta Dilma entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 13 – Opinião sobre o conhecimento da Presidenta Dilma da corrupção na Petrobrás entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 14 – Avaliação do Congresso Nacional entre manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 15 – Evolução do grau de muito prestígio e muito poder nas Instituições Nacionais por parte dos manifestantes da Avda Paulista em março de 2015.
- TABELA 16 – Participação em algum grupo organizador da manifestação da Avda Paulista em março de 2015.

*“A democracia no Brasil foi sempre um  
lamentável mal-entendido.”*

(Sérgio Buarque de Holanda)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
1. A TRAJETÓRIA DAS FORÇAS DE DIREITA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO .....	30
1.1 A síntese do que o país poderia ter sido, mas não foi .....	30
1.2. O crescimento “pra dentro” e a ampliação “pra fora” .....	33
1.3. As organizações de representação da direita .....	36
1.4. Os ventos da direita no século XXI .....	46
1.5. O dispositivo religioso interferindo intensamente na política .....	52
2. AS ERUPÇÕES POLÍTICAS DO PERÍODO EFERVESCENTE .....	60
2.1. O caldo de cultura da ebulição política .....	60
2.2. As Jornadas de Junho de 2013 .....	64
2.3. A batalha das eleições de 2014.....	75
2.4. O agravamento da crise em 2015.....	78
2.5. O impeachment de Dilma como objetivo prioritário.....	91
3. O MBL E SUA TRAJETÓRIA.....	97
3.1. O início e a estruturação.....	97
3.2. As estratégias de crescimento.....	106
3.3. O ingresso na política tradicional e o flerte com o bolsonarismo.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

## INTRODUÇÃO

Uma verdadeira hecatombe atingiu o Brasil em 2013, com a eclosão de um movimento que resultaria em mudanças no cenário político nacional, ainda que, até o momento, passados quase dez anos, não tenha sido completamente compreendido em todas as suas dimensões e seus desdobramentos.

O objetivo deste trabalho é esclarecer e apresentar elementos que contribuam para explicar quais fatores contribuíram para a ascensão do Movimento Brasil Livre, o MBL, como o mais destacado agrupamento político representativo da direita política nacional, que se revelou ao público e se consolidou como força antagônica à atuação das esquerdas, ambiente em que foi potencializado o discurso de ódio, a defesa de pautas meramente retóricas e o antipetismo exacerbado.

Comprometido com o rigor científico exigido em trabalhos acadêmicos, o autor trouxe para algumas das análises seu papel e lugar enquanto sujeito participante. No contexto dos fenômenos estudados, ocupava posições institucionais e políticas que precisam ser reconhecidas e demarcadas.

Militante político de esquerda desde o final dos anos 1970, vivenciou empiricamente muitas das situações de embate e confronto político entre frações da esquerda e da direita, física ou conceitualmente, tanto na clandestinidade exigida em várias ocasiões quanto no campo aberto decorrente da redemocratização do país.

Do início até meados dos anos 1990, como estudante universitário, conviveu em um ambiente acadêmico majoritariamente exercido e dominado por ideias liberais e posturas comprometidas com princípios e ideias reacionárias, extremamente refratário a concepções progressistas e libertárias.

Entre 2008 e 2016, foi membro titular da direção estadual do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, condição em que participou de numerosas reuniões internas dedicadas a discutir a conjuntura política que envolvia, direta ou indiretamente, o partido durante e após as Jornadas de Junho de 2013, em meio à forte onda de antipetismo que as manifestações potencializaram.

Além disso, foi gestor público responsável pela área financeira do município de Guarulhos (a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, só superada pela Capital), por período que cobriu todo o intervalo temporal entre as manifestações de junho de 2013 e a eleição de 2016, vivenciando, nessa condição, portanto, diversas situações políticas



adversas, como os protestos do “Não vai ter Copa!”, as consequências das “pautas bombas” do Congresso Nacional, o impeachment da presidenta Dilma e os retrocessos do então novo governo Temer.

Essa trajetória e a participação efetiva em episódios decorrentes da agenda política sobreveniente, permitiu o acesso direto a fontes e o contato com situações não publicizadas, além, o que, ao fim e ao cabo, constitui-se em um diferencial do trabalho.

Em junho de 2013, no momento em que as ruas do país foram inicialmente ocupadas por forças progressistas, que confrontavam o poder instituído por meio da apresentação de pautas inovadoras e que propugnavam pela participação social, várias facções da direita se apropriaram do movimento, alteraram a pauta de reivindicações e multiplicaram as ações de caráter economicamente liberal.

A propósito, constitui-se em um trabalho hercúleo e invariavelmente inglório tentar-se estabelecer uma conceituação precisa e inquestionável para o termo “*direita*”, embora essa diferenciação seja absolutamente necessária para a compreensão dos fatos.

A versão que categoriza de forma mais explicitamente objetiva e sintética o conjunto de valores que permeia o pensamento e a ação dos adeptos à corrente ideológica antagônica à de esquerda, aponta para a existência de uma prática relacional e mutuamente referida, diferente e contrastante, em torno de um juízo positivo ou negativo sobre a igualdade (BOBBIO, 1995), a partir do que ocorreria, portanto, a adesão ou não ao argumento da igualdade como marco delimitador do conceito.

Contudo, para as considerações várias deste trabalho, essa conceituação apenas não seria suficiente, deixando um vácuo na compreensão da motivação das forças que ascenderam ao protagonismo político durante e após a orquestração das *Jornadas de Junho de 2013*, de forma inusitada e inédita em nossa história política recente.

Dessa forma, as contribuições ao aporte epistemológico sobre o tema se aproximam das contribuições de Le Beguec (VELASCO E CRUZ, 2015) e se amoldam à realidade do Brasil pós-Junho de 2013, com uma conformação mais extremada e com contornos de militância ativa (característica que, anteriormente, era mais facilmente identificável nas frações da esquerda), descrevendo essa nova configuração que incorporaria três pulsões exercidas sobre os contrários: o gosto pela violência (física, verbal ou psicológica), a recusa como pressuposto discursivo (antipetismo, antidemocrático, etc) e a vocação contestatária (ativista de práticas voltada para a

contestação da ordem social. Esses elementos, aninhados a uma concepção de esquerda mais ampla e dinâmicas que a direita. Paradoxalmente, essas forças adotariam uma “ideologia posicional” (KAYSEL, 2015), descrita como reativa e contrapondo-se às investidas radicais.

Adicionalmente, a caracterização dos desdobramentos se dá a partir de nuances muitas vezes de difícil delimitação, tendo em vista o dinamismo e a fluidez com que se moviam essas posições no tabuleiro político, tal como se dá com o *trumpismo* e o *bolsonarismo*, termos criados para nominar segmentos que apresentavam peculiaridades e especificidades em relação ao “grande condomínio da direita”. Convergem para um mesmo lugar de ação política, posicionando-se no que se convencionou definir como *populismo de direita*, um explícito comprometimento com a ideologia de direita, sem admitir concessões ao campo ideológico antagônico, restringindo, portanto, sua influência a segmentos sociais específicos (SILVA; RODRIGUES; 2021).

Formam, então, uma cadeia de equivalência, com combinações de ideias extremamente simples — contrapondo-se, nesse aspecto, às complexas construções ideológicas e sociológicas desenvolvidas pela esquerda — e de fácil compreensão pelo cidadão comum, além de darem curso a um processo em que distintos sujeitos sociais se dissolvem e se fundem em um novo sujeito político, com o qual se apresenta às massas (LACLAU, 2013), com ênfase em quatro temas: imigração (xenofobia), política externa, corrupção e segurança. Dessa forma, lançando mão da “ginástica política” necessária, todos os problemas sociais podem ser equacionados com os devidos enquadramento e o encaminhamento dentro desse molde ideológico.

Na carona da onda neoconservadora, diversas novas expressões representativas de segmentos passaram a compor o ecossistema que gravitava em torno do campo da direita, proporcionando uma reorganização dessas forças e aglutinando-as de tal forma que pavimentaram o caminho para o surgimento de um movimento ultraconservador internacional (SOLANO, 2018), disperso por todo o mundo e crescentemente atuante.

Em tal intensidade se deu esse fenômeno que pôs fim a aberrações já difíceis de serem deglutidas, como o *neoliberalismo progressista*, uma concepção que aproximara os novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, etc...) dos segmentos empresariais e políticos, em uma aliança entre as forças progressistas e as forças do capitalismo, notadamente o segmento financeiro (FRASER, 2017). Tudo isso

se reacomodou e se transformou com a ascensão de um *capitalismo de destruição*, que se vitimiza e se expande, recebendo adesões de grande monta de integrantes das classes menos favorecidas.

No entanto, a utilização pura e simples de conceitos tão vastos e, portanto, catalisadores de generalidades, pode, mais do que contribuir para a compreensão dos fatos, prejudicar o entendimento a ponto de inviabilizar a linha de raciocínio explorada, dado o caráter polissêmico que apresentam.

Dessa forma, o conceito de esquerda, para além apenas da concepção *bobbiana* mencionada (em oposição à definição de *direita*, seria aderente à causa da defesa da igualdade *a priori*), também exige um detalhamento mais aprofundado, nem tanto pela essência de sua gênese, mas sim em razão do quanto matizado pode se revelar seu universo, contribuindo sobremaneira para potencializar o nível de confusão a partir do seu indistinto emprego.

Na fauna dessa seara, identifica-se um *sem-número* de denominações nuançadas associadas à esquerda, como socialistas, comunistas, anarquistas, social-liberais, progressistas, democrático-socialistas, libertário-socialistas, social-democratas, ecossocialistas, dentre outros.

Neste trabalho, houve diversas passagens em que o ator ou grupo retratado, embora claramente apresentasse uma filiação ideológica mais à esquerda no espectro político, em nada se identificava com a esquerda clássica, firmemente comprometida com uma leitura marxista da realidade e engajada em posicionamentos irredutivelmente anti-capitalismo e anti-sistema.

Ao contrário, muitas vezes demonstravam tão acentuado potencial de flexibilidade programática, em nome de um pragmatismo exacerbado, que despertavam sobressaltos em seus interlocutores e seguidores. A classificação atribuída a esses atores foi a de *progressistas*, variante de esquerda que apresentou grande incidência na América Latina a partir do final dos anos 1990, definindo, inclusive, muitos dos protagonistas que chegariam ao poder já no início do século XXI.

Denominada inicialmente como “Onda progressista” (anos depois seria rebatizada de “Onda Rosa”), um conjunto de candidatos chegaria ao poder naqueles anos, destacando-se Lula, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré

Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008) e Ricardo Lagos, no Paraguai (2000).

O ponto em comum entre todos era a disposição, em maior ou menor escala, de compor com setores reacionários e integrantes da mais alta burguesia nacional. Dessa forma, se encaixariam no perfil dos *progressistas* eleitos como resposta ao avanço do neoliberalismo, característica convergente dentre todos os eleitos mencionados, definidos como defensores de conciliações e composições políticas com os mais diferentes atores e classes sociais, inclusive os próprios neoliberais (SANTOS, 2019), desfigurando a imagem de radicalismo sectário que se construíra para alguns.

É esse conceito de *progressista* que se utilizou ao longo do trabalho, identificando os atores políticos que se moveram pautados pela relativa conformidade com a expressão neoliberal do capitalismo, recusando-se ao enfrentamento da burguesia nacional.

Um movimento que começou timidamente como atos espontâneos e desconectados entre si, em cidades distantes e sem articulação de retroalimentação, começou a ganhar dimensão a partir de uma mínima organização e mobilização realizada em São Paulo, pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma organização de orientação progressista e cuja bandeira histórica revelava a reivindicação do passe livre para os estudantes, dentro de uma pauta que desaguava na luta pelo reconhecimento do transporte público como um direito social, portanto, que deveria ser disponibilizado gratuitamente pelo Poder Público.

O movimento escalou quando o prefeito Fernando Haddad, da cidade de São Paulo, anunciou que reajustaria o valor da tarifa de ônibus em R\$ 0,20, alegando uma defasagem de valor insuportável para o caixa da Prefeitura. Segundo rumores, adiar esse reajuste a pedido do Governo Federal, preocupado com seu efeito no índice inflacionário, uma vez que o reajuste do transporte público na capital paulista tem relevante peso no cálculo da inflação, mas, ao não obter êxito, em contrapartida, na liberação de alguma forma de subsídio da União para suportar esse custo, segundo o prefeito, o reajuste foi inadiável e inevitável.

Esse ato de expediente, com elevado poder de combustão política, econômica e social, deflagrou uma situação de tamanha indignação que, subitamente, os sentimentos de reprovação dos diferentes atores sociais foram convergindo para a criação de uma sinergia voltada para o enfrentamento público de medidas que, embora a o ordenamento

jurídico as classifique no campo das discricionariedades, esquivaram-se da discussão pública, do diálogo com os potenciais atingidos por seus efeitos.

Nesse momento, o MPL tomou a frente da enxurrada de indignação que se consolidou tão logo houve o anúncio do reajuste e, com sua limitada, mas azeitada, capacidade de mobilização, organizou reuniões com seus membros, simpatizantes e ativistas, cuja agenda aproveitava a circunstância do reajuste como gatilho para a ação efetiva, mas, valendo-se da real oportunidade surgida com a precipitação do reajuste, o foco e a principal reivindicação seriam a implementação do Passe Livre,

E a intersecção entre um movimento de jovens estudantes — em sua maioria, secundaristas, mas também, muitos universitários, majoritariamente dos cursos de Ciências Sociais —, ávidos por transformar a sociedade e conquistar direitos tidos como bandeira histórica dos estudantes de todo o mundo e um Poder Público aparentemente desorientado no trato de uma pauta tão pouco presente na esfera pública e com elevado potencial de comprometimento orçamentário, rapidamente resultou em um impasse de contornos visivelmente insolúveis.

Encontrando um prefeito recém empossado e sem experiência como chefe do Executivo ou em gestão de crises, a Prefeitura da maior cidade da América Latina parecia desdenhar da reivindicação sustentada por um agrupamento de jovens tão intensamente comprometidos com uma campanha de mobilização popular contra um ato entendido como autoritário quanto certos de que chegara o momento do engajamento em torno da bandeira histórica do Passe Livre.

A partir desse momento, as manifestações foram se sucedendo em diversos atos, sempre com um número exuberante de crescimento de participantes, inicialmente com invisibilidade para a mídia tradicional, mas, depois, com franca oposição e repúdio, chegando a ser brutalmente agredido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, o que ganhava um contorno diferenciado, pois, àquela altura, a reivindicação pela suspensão do reajuste também já atingira o próprio governo estadual, comandado por Geraldo Alckmin, uma vez que também anunciara reajustes para os ônibus intermunicipais, trens e metrô.

Com um impasse declarado pela recusa do Poder Público em negociar, crescente número de manifestantes e uma incipiente melhoria na percepção da mídia, os atos passam a assumir proporções que escapam à estrutura e à capacidade organizativa do MPL, com uma visível e incontrolável apropriação do movimento por forças e

personagens estranhos à sua origem e trazendo pautas dissociadas de sua história e natureza. Eram as forças da direita que, habitando os subterrâneos da política e movimentando-se pelas sombras, haviam sequestrado o movimento e dele se utilizavam para vir à tona e tornar pública suas pretensões: apagar o PT do poder de qualquer forma, interrompendo um ciclo de governos populares que colocavam as classes menos favorecidas, os pobres de todo o país, no centro das ações do governo.

Encontrando também um Governo Federal túbio e hesitante em agir, o movimento tomou forma e consistência nacional e, em pouco tempo, já nem mais abordava a questão do transporte público, mas sim temas como a corrupção, os políticos em geral e a “roubalheira do PT”, numa clara instrumentalização das ações.

Acossada, a presidenta Dilma esboçou tênues reações, que nada mais conseguiram senão fortalecer os ânimos dos manifestantes, já engrossados por um universo de organizações que surgiam no calor da hora e cuja principal estratégia de divulgação de ações, disseminação de ideias e arregimentação de seguidores era a utilização massiva das redes sociais como ferramenta de interação com as pessoas.

Pela primeira vez e de forma intensa, as redes sociais pautavam, direcionavam e potencializavam a política brasileira e, mais curioso, essa ação inovadora e amplamente exitosa não era promovida nem executava pelos agentes tradicionais da política, os políticos com mandato ou os partidos políticos, muito pelo contrário. Majoritariamente constituído por jovens desconhecidos e sem atuação política institucionalizada, esse exército de soldados praticamente anônimos ganhava espaço e assumia o protagonismo da conjuntura política daquele momento de tensão e de indefinição.

De origens nebulosas, com ocultas conexões com entidades internacionais de financiamento de organizações de extrema-direita, essas organizações eram trazidas à luz pelo turbilhão de manifestações que varriam o país como um todo. Foi nesse ambiente, um misto de oportunismo político com deslumbramento triunfalista, que surgiu o Movimento Brasil Livre, o MBL, cuja face pública apresentava jovens de tenra idade, totalmente inexperientes em política, mas assíduos frequentadores de iniciativas de doutrinação ideológica de orientação neoliberal.

Explorando de forma intensiva as redes sociais e com presença constante na mídia, seus representantes disseminavam as ideias conservadoras que os orientava, assumiria o protagonismo dentre todas as outras organizações e, estaria à frente das articulações

golpistas que acabariam por cassar o mandato da presidenta Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade (MIGUEL, 2016) e, portanto, sem fundamentação jurídica.

A ascensão do MBL se confunde com a trajetória do Golpe de 2016 e com o retorno e predominância da direita na política, que em 2018 elegeria Jair Bolsonaro e, com isso, elevaria a ultradireita ao poder. O Brasil, enfim, iniciava sua fase como “*pária internacional*”.

A importância da escolha desse tema — a ser explorado por meio de uma pesquisa bibliográfica — reside no fato de que poderá acrescer mais elementos analíticos ao conjunto de diagnósticos já produzidas em relação à ascensão de um novo tipo de direita no Brasil, direcionando o foco para o entendimento do conjunto de fatores que catapultaram o MBL ao patamar que atingiu.

O recorte temporal se inicia com sua constituição em 2013, passa pelo papel que desempenhou no processo de *impeachment* da então presidenta Dilma, estendendo-se até o contexto de crise de 2018, quando algumas de suas mais destacadas lideranças que se lançaram como candidatos e, paralelamente, contribuíram sobremaneira para a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

A estrutura deste trabalho assenta-se em um desenho de dinâmica cronologicamente sequencial, iniciando-se por uma descrição da trajetória das forças de direita no cenário pós-redemocratização, analisando, enfim, o conjunto de antecedentes históricos que, pela diversidade e longevidade, contribuíram para a consolidação do quadro de orientação liberal e expressão conservadora.

Especial atenção se deu às instituições que gravitaram pelo longo horizonte do campo da direita no período, dentre elas se listam associações, ONGs, think tanks, instituições de ensino, enfim, organizações que cumpriram papéis estratégicos ao longo do período abrangido pelo corte temporal proposto e cumprido (2013-2018).

Os registros remontam a meados dos anos 1980, concomitantemente ao ocaso da ditadura civil-militar, ocasião em que os ventos democráticos apontavam para o retraimento das frações conservadoras e antidemocráticas da sociedade, estimulando o desenvolvimento de ações que pudessem contribuir para adiar aquele momento de transição e rearticulação.

Na sequência, construiu-se um mosaico da conjuntura que fervilhava na segunda década do século XXI, na tentativa de aprofundar o registro e as análises das motivações

da população que ocupara as ruas a partir de 2013, das Jornadas de Junho. O contexto em que os fatos se desenvolvem revela o quão importante podem ser as interrelações estabelecidas entre o agente e o ambiente em que se insere.

A pesquisa investigou a história do MBL, sua origem, trajetória, crescimento e desenvolvimento, buscando ingressar em algumas particularidades desse processo, como na questão do financiamento do movimento. A abordagem aponta para hipóteses, possibilidades e fatos concretos em torno do centro gravitacional em que os acontecimentos ocorreram. Ao final, foi elaborada uma ampla análise do contexto em que ocorreram os acontecimentos, no intuito de oferecer subsídios para uma melhor compreensão dos fatos e dos tempos, associados à construção de pautas e agendas que assegurem sua inserção no universo da política formal.

Optou-se pela adoção da pesquisa secundária ou pesquisa documental, valendo-se do acesso à vasta bibliografia eletrônica sobre o tema, além de buscas a bibliotecas físicas. Há que se registrar a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o tema, bem como de fontes que ofereçam novas contribuições para temas ainda não profundamente explorados ou esclarecidos, como a questão das fontes de financiamento do MBL, por exemplo. Por outro lado, identificou-se uma multiplicidade de fontes difusas e dispersas, expressas em vasta pluralidade de temas e veículos — como postagens nas redes sociais, entrevistas, reportagens, trabalhos acadêmicos, etc... — e que, carentes de uma rigorosa organização, demandaram duplo esforço, de pesquisa e garimpagem, para que se pudesse empreender um trabalho elementar de sistematização.

Um olhar apurado e uma análise da ambientação construída como pano de fundo para as informações publicizadas pelas fontes sempre se mostraram essenciais para a compreensão dos fatos, o que ocorreu tendo como salvaguarda o distanciamento crítico como resposta aos vieses comprometidos com interesses específicos dos veículos de mídia, qualquer que fosse a orientação, buscando preservar a análise imparcial dos fatos, não permitindo sua contaminação por proselitismos nem por instrumentalização.

Os grandes veículos, como regra, pendem para uma cobertura mais conservadora e aderente ao *status quo*, prejudicando a integridade da informação. Já os progressistas, enredam-se em retóricas muitas vezes pouco efetivas do ponto de vista da conquista da credibilidade, comprometendo sua ação. Em ambos os casos, os excessos rondam as manifestações de expressão, elevando o risco de invalidação da informação. A



observância a essa regra de segurança da qualidade da informação sempre foi uma constante.

Por fim, como detalhamento da metodologia a ser aplicada a esse roteiro descritivo de pesquisa, sistematização e análise de dados e informações, cumpre discorrer como se deu esse processo, a partir da escolha do tema e da definição do problema de pesquisa propriamente dito.

A escolha do tema a ser abordado decorreu do impacto e da relevância que os eventos associados às *Jornadas de Junho de 2013* tiveram para a política nacional, redefinindo seus contornos e parâmetros, incorporando novos atores e práticas políticas e desembocando no fortalecimento das frações mais conservadoras e extremadas do segmento posicionado mais à direita do espectro político brasileiro.

O papel cumprido por um “grupo de garotos” e as práticas que utilizaram para potencializar sua exposição na mídia, consolidando uma posição diferenciada em meio àquelas manifestações e mesmo na sequência a elas, despertou o interesse em se pesquisar o porquê desse súbito êxito de um suposto agrupamento de outsiders em torno de um conjunto de pautas vagas e inconsistentes

Para tal empreitada, fez necessário uma ampla revisão da literatura sobre o tema, àquela altura já profícua, porém, em grande medida centrada em alguns focos comuns e muito pouco esclarecedores, como a estupefação com o tamanho das manifestações, a quantidade de adeptos e seguidores das ideias disseminadas, as performances de algumas das principais lideranças destacadas, a exploração de aspectos mais visibilizados das motivações em torno dos eventos, analogias com eventos políticos de outras épocas, críticas difusas à ação (ou à omissão) de frações da esquerda que teriam “permitido” esse avanço do conservadorismo, etc...

Enfim, se o leque de assuntos abordados parecia amplo, a profundidade dessa exploração era, muitas vezes, restrita à superfície e mesmo à superficialidade. Temas como o financiamento do MBL e de organizações similares, repousaram no deserto da desinformação e, salvo raríssimas e louváveis exceções, pouco foram tratados como aspectos importantes para a compreensão dos fatos e da dimensão que assumiriam.

Assim, este trabalho buscou aprofundar a pesquisa qualitativa a que se propôs, de cunho bibliográfico, empreendendo uma imersão sobre o tema e tentando adentrar a essa verdadeira “caixa-preta” da origem dos recursos que financiaram a ascensão do MBL,

malgrado as conhecidas limitações no tocante à obtenção de informações a respeito. Em face do cipoal de tramas que enredavam esse aspecto e da intensa descaracterização de evidências, pouco se conseguiu apurar de concreto, a não ser a existência de indícios que apontam para determinada possibilidade, marcadamente associada à Atlas Network e aos irmãos Koch, notórios financiadores de movimentos liberais e antidemocráticos.

Dessa forma, seguindo o “caminho do dinheiro”, algumas associações surgiram como consequências naturais, como a vinculação do MBL a outras organizações cujo financiamento também apontava para a mesma origem, caso do EPL, *Estudantes Pela Liberdade*, braço avançado dos liberais americanos no Brasil. Nesse aspecto, as contribuições apresentadas no sentido de caracterizar o importante elo de sustentação e articulação dos liberais na América Latina (VIDAL; LOPEZ; 2022), bem como a consolidação dos diversos movimentos adeptos dessa linha ideológica no Brasil (BRUM, 2022), foram extremamente relevantes.

A metodologia também se beneficiou da utilização de recursos advindos do aporte epistemológico trazido pelo desenvolvimento do sistema de canais (GARVEY, 1979), formais e informais, servindo o canal informal como recurso de comunicação rico em explorar aspectos ignorados pelas limitações dos canais formais. Apresentam como características a informação não armazenada nem comprovada (formalmente), a interação direta e a esfera privada como espaço de diálogo e construção, e, nesse estágio, as experiências e vivências do autor, articuladas em torno de situações privadas e restritas, trouxeram contribuições não contempladas pelas fontes bibliográficas disponíveis.

A sistematização e a análise das informações deram-se pelo exercício da seletividade de elementos de avaliação específica (identidade/oposição e similaridade/diferenciação), extraindo-se os subsídios da pesquisa bibliográfica, por meio dos quais se pode agrupá-los em torno dos parâmetros discricionários previamente definidos, construindo elementos referenciais de fundamentação ou rechaço para as concepções analíticas advindas e resultantes do processo de análise e construção de hipóteses.

Os maiores obstáculos para a pesquisa foram a enorme quantidade de informações dispersas e difusas por incontáveis fontes e, por contraditório, a enorme escassez de informações sobre as formas de financiamento dos movimentos de expressão liberal que pululavam à época, cumprindo trajetórias meteóricas, desde a constituição até a

consagração em ambientes diversos, como as redes sociais e as manifestações de rua. Esses entraves foram gradualmente sendo superados pela postura de resiliência e dedicação à preparação de um desfecho satisfatório para o trabalho.

A principal hipótese desenvolvida para explicar o porquê da ascensão e protagonismo do MBL assentou-se na conjugação de diversos fatores estruturais e conjunturais presentes nas circunstâncias da época, ainda que algumas tenham se manifestado de forma enviesada e distorcida.

No rol dos “fatores exógenos” (sobre os quais nada poderia interferir), constaram fatos e percepções que estavam em evidência à época: os movimentos planetários por justiça e liberdade, o descrédito da política brasileira, a crescente rejeição pelos políticos, o espelhamento da predominância dos jovens nas manifestações internacionais, a demanda por alternativas às formas tradicionais de se fazer política, a relativa tibieza dos principais governos do PT na época (municipal de São Paulo, com Fernando Haddad como prefeito, e a Presidência da República, exercida por Dilma Rousseff), a profícua disponibilidade de obtenção de recursos para o financiamento das ações, um crescente movimento de conquista de espaço pelas forças conservadoras em todo o mundo, dentre outros.

No tocante às ações que empreendeu para elevar o seu nível de visibilização, ampliar o número de seguidores/simpatizantes e consolidar um espaço de atuação (os “fatores endógenos”), pede-se listar: a massiva e produtiva utilização das redes sociais como espaço de discussão e disseminação de ideias, o desprendimento e a desenvoltura de suas lideranças no uso das mídias e nas manifestações de rua, o apelo da condição de juventude e a instrumentalização dessa condição e o oportunismo levado ao mais alto grau de parcialidade pragmática.

Ao se cruzarem e se entrelaçarem ao longo do processo, criaram sinergia potencial e construíram narrativas triunfantes para questões nada edificantes. Dessa intersecção operativa, surgiu, portanto, a oportunidade de se constituir como liderança das manifestações em defesa do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

É em torno da trajetória do MBL, um fenômeno de penetração popular e expansão de protagonismo político, e sua relação com os eventos relacionados à ebulição política que varreu o Brasil desde 2013, que esse trabalho se fundamenta. Recompilar sua gênese, resgatar seu itinerário político, destrinchar seu ideário, elaborar um amplo painel de sua

existência, no sentido de colocar sob exame, os antecedentes históricos que conformam o movimento bem como o contexto político e social, que abre espaço a esse tipo de atuação.

# 1. A TRAJETÓRIA DAS FORÇAS DE DIREITA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

## 1.1. A síntese do que o país poderia ter sido, mas não foi

Um país com mais de cinco séculos de existência não define seu direcionamento histórico “a cada sobressalto”, mas, ao contrário, a cartografia de sua trajetória é delineada no correr da vivência e suas origens resultam determinantes para sua configuração contemporânea, particularmente em plagas *brasilianas*, em que muito poucas transformações estruturais ocorreram desde o seu descobrimento. Fernandes (2019) acrescentará ser uma clara opção pela manutenção e aumento das desigualdades, constituindo-se, portanto, em verdadeiro entrave para o desenvolvimento de uma tradição democrática.

Para Melo (2018), o Brasil sempre foi pródigo em propagar ideias liberais, embora essa postura não se observe nas questões comportamentais, uma verdadeira anomalia na constituição dos autodenominados liberais brasileiros. Sócios históricos da escravidão e das ditaduras, estão impregnados do autoritarismo característico da história brasileira e, ainda que se posicionem publicamente como defensores do livre-mercado e do libertarismo, protagonizam episódios de escancarado fascismo, como as ações violentas contra os diversos movimentos sociais ou que expressem despudoradamente uma simpatia por práticas nazistas, particularmente em ataque às artes e à cultura.

Comumente, a transição de um regime autoritário para um período democrático, quando não resulta de um processo revolucionário tradicional, com rupturas e enfrentamentos literais, revela-se limitado e enfraquecido, uma vez que carrega significativo potencial de desejo, mas pouco de efetividade, dado que é fruto de algum nível de conciliação, de convergência propositiva.

No caso do Brasil pós-ditadura militar, não seria diferente, na medida em que as condições presentes no processo de transição tornavam clara a orientação presente na passagem do poder pelos militares aos políticos, civis. O pacto social construído pela Constituição de 1988 foi limitado, já no nascedouro (FIRMIANO, 2020), pelo descompasso entre a conjuntura política da época e a efetiva correlação de forças na

sociedade de então, pautada, a propósito, pelos ditames do Consenso de Washington<sup>1</sup>, um receituário neoliberal dedicado à negação da universalização de direitos e do resgate social das populações vulneráveis. Sutilmente, ocorreu um verdadeiro *upgrade* das forças conservadoras, expresso na restrição dos direitos da população como consequência do fortalecimento e capilarização da fração reacionária da sociedade (OLIVEIRA, 1998). Ou seja, diante do discurso que emergiu da Constituição, pleno de direitos, a direita teria se mobilizado pela ruptura prática (MIGUEL, 2018), por alguma forma de refluxo da redemocratização.

Em 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional promulgava a Constituição daquele ano, denominada *Constituição Cidadã*, que resgatava e avançava enormemente na consolidação de uma ampla gama de direitos — políticos, trabalhistas, sociais, econômicos, etc. No entanto, mesmo nesse ambiente de exercício democrático amplamente simpático a uma visão progressista, florescia a gênese da motivação dos movimentos de todos os matizes conservadores, no âmbito da própria Assembleia Nacional Constituinte.

Como contraponto à eficaz articulação entre os parlamentares progressistas e os movimentos sociais que exerciam forte pressão sobre os trabalhos, os parlamentares conservadores constituíram um bloco de ação política entre os pares de convergência ideológica, visando barrar ou inviabilizar tanto as reuniões de discussão quanto as votações de propostas. Articulados em torno de propostas comuns, estruturaram-se como um coletivo denominado *Centrão* (pioneiros no uso dessa nomenclatura, muito utilizada posteriormente), um grupo suprapartidário de perfil de centro-direita que se consolidava como a maioria dentre os parlamentares — era composto por parlamentares do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido Democrático Social (PDS), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Liberal (PL), do Partido Democrata Cristão (PDC) e até do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

---

<sup>1</sup> Forma como se convencionou denominar o conjunto de orientações emanadas por órgãos multilaterais de fomento ao desenvolvimento econômico sediados na capital dos Estados Unidos, Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). De cunho neoliberal, as medidas condicionavam o acesso a linhas de crédito à adesão a um receituário específico, que previa, dentre outras medidas, privatização de estatais, abertura da economia aos mercados internacionais, reforma tributária, desregulamentação da economia, redução do protecionismo econômico, austeridade fiscal e supressão de direitos trabalhistas.

Foram responsáveis por impingir uma infinidade de derrotas às forças progressistas, o que significa dizer que se portou, em diversos momentos, como um carrasco para as classes trabalhadoras e as famílias mais pobres. Seus expoentes foram os deputados Gastone Righi (PTB-SP), Daso Coimbra (PMDB-RJ), José Lourenço (PFL-BA), Amaral Neto (PDS-RJ), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ronaldo Caiado (PDS-GO). Concomitantemente à sua destacada participação na Constituinte, Caiado acumulava a função de presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade representativa do que de mais conservador existia no segmento rural.

Essa situação é emblemática do rumo que as coisas tomaram, mesmo após toda a intensa e ampla mobilização popular em torno da *Campanha das Diretas-Já*, em que milhões de brasileiros foram às ruas bradar por mais liberdade e por um país mais justo e igualitário, apontando para o país que se desejava construir.

Ainda que essa jornada democrática tenha apresentado o mérito de envolver o cidadão comum na definição dos destinos da política nacional, protagonizando inúmeros eventos públicos em diversas cidades do Brasil e que a própria Assembleia Nacional Constituinte deflagrara uma inédita articulação entre movimentos populares e entidades sociais em torno de pautas progressistas, mesmo assim o tempo demonstraria o poder da força dos nossos fantasmas em interferir e orientar o cotidiano, a nossa herança sócio-político-econômico-cultural que remonta o Império, com seu histórico arraigado na tradição política nacional e conjugado na equação “preconceito+segregação+privilégio”.

Essa movimentação da direita surgiu como resposta e contraponto à intensa movimentação da esquerda à época, efervescente de mobilização popular nos derradeiros momentos do regime militar e embalada pela criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse ambiente adverso, a direita buscava responder à ofensiva da esquerda (KAYSEL, 2015), se reorganizando na conjuntura de redemocratização do país, mas também de crise econômica e social, expresso intensamente durante a Assembleia Nacional Constituinte quando, então, se mobilizaram para impedir o avanço de propostas inovadoras e socialmente progressistas, por meio de um bloco coeso e suprapartidário, conhecido por *Centrão*.

O apogeu dessa polarização, contudo, ocorreria nas eleições de 1989, as primeiras para presidente em quase trinta anos<sup>2</sup>, cujo desfecho deu-se no segundo turno<sup>3</sup>, com Lula (PT) e Fernando Collor (PRN). Contrariando o que as expectativas apontavam, Fernando Collor foi eleito e implementou reformas profundamente liberais, seguindo a tendência mundial e de submissão ao *Consenso de Washington*<sup>4</sup>, voltadas para a redução do tamanho do Estado e o fortalecimento do mercado (KAYSEL, 2015). Cassado em 1992, o projeto neoliberal permaneceu ativo, se rearticulou com outra roupagem e se aprofundou com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, no bojo de uma tão improvável quanto exitosa aliança de governo entre PSDB e PFL.

## 1.2. O crescimento “pra dentro” e a ampliação “pra fora”

O termo “direita”, por denotar um caráter extremamente abstrato, não define, por si só, um posicionamento político objetivo, tampouco uma corrente ideológica mais claramente delineada. Claro está, contudo, que representa uma coordenada espacial de posicionamento, um referencial de categoria de entendimento político (VELASCO E CRUZ, 2015) para a percepção de um conceito que, por contraste, se opõe à noção de progressismo, expressando, no caso, matizes diferenciados de conservadorismo — a célebre contraposição entre *direita* e *esquerda*, definida na Assembleia Constituinte da Revolução Francesa de 1789.

Objeto de incontáveis análises desde então, os estudiosos têm se debruçado sobre o tema, dividindo-se em pelo menos duas vertentes. Há os que entendem que *esquerda* e *direita* são temas relacionais, que dialogam permanentemente entre si e cujas definições são, por natureza, flutuantes, propensas a variações conforme a conjuntura, infensas a concepções estáticas e definidas. Por outro lado, há os defensores da tese de que a adesão a uma ou outra posição política não decorre do acaso e a que a percepção de cada uma não se vincularia ao contexto da ocasião, ao contrário, mas perpassaria uma visão comum

---

<sup>2</sup> As últimas eleições presidenciais haviam ocorrido em 1960, portanto, antes do Golpe de 1964, com a vitória de Jânio Quadros e de João Goulart como vice-presidente (naquela época, as eleições eram separadas, possibilitando composições como essa).

<sup>3</sup> As eleições majoritárias de 1989 foram as primeiras a executarem uma nova regra criada pela Constituição de 1988: o segundo turno das eleições.

<sup>4</sup> Conjunto de proposições elaboradas por instituições sediadas em Washington-DC (EUA), como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em novembro de 1989, que, condensadas em dez medidas de cunho fortemente neoliberal, propunham um rigoroso ajuste macroeconômico e cuja aceitação e implementação constituíam-se em pré-condição para a liberação de recursos para países em desenvolvimento que passavam por dificuldades econômicas.



às posições situadas em cada polo de observação — nessa concepção, o pensador italiano Norberto Bobbio seria figura de destaque.

A existência de uma corrente na sociedade que se assume abertamente como “de direita” é recente, despertando um inaudito orgulho por isso — comportamento inusual até há pouco tempo — e superando uma antiga visão pejorativa atribuída a esse fato, o que levava, inclusive, os próprios parlamentares de direita a, publicamente, se declararem como “de centro”, como forma de amenizar a recepção de sua posição política (KAYSEL, 2015). Parodiando a fala de Antonio Candido há mais de 30 anos, o conservadorismo sempre foi a regra em nossa sociedade, nos meios políticos e acadêmicos, sendo o radicalismo divergente uma mera exceção ou, dito de uma forma poética, “um raio em céu azul”, ao contrário, da visão cristalizada das direitas, marcada pelo reacionarismo.

Sua gênese mais recente remonta aos anos 1980, em que houve uma intensa disputa política na sociedade, decorrente do processo de redemocratização do país que ocorria àquela época e a articulação da direita tornou-se, então, uma alternativa à visibilidade que ganhava a esquerda e seu amplo repertório de possibilidades na delineação de um projeto para o país.

A bem da verdade, essa perspectiva somente se revela em uma análise retrospectiva, dado que, à época, se identificava um marcante constrangimento em se assumir a condição de simpático/adepto da direita, o que gerava uma acentuada assimetria na iniciativa de se autodeclarar como tal, o que não ocorria com a esquerda, cujos simpatizantes se declaravam não apenas com orgulho, mas, muitas vezes, reforçavam o caráter de radicalismo ou extremismo, quando existente (PIERUCCI, 1999). Nesse cenário, muito mais raro era a identificação de extremistas de direita.

Essa situação resultava de uma herança legada pelo regime militar, sabidamente de direita e célebre pelas posições arcaicas e obsoletas que assumia, além da orientação moralista e refratária a mudanças. Portanto, no campo da esquerda, percebia-se uma melhor receptividade por parte da população, autoidentificada com projetos de democratização de acesso a direitos sociais, ao passo que o eleitor da direita, dizia-se, era um *direitista envergonhado*.

Uma análise menos apurada da conjuntura nacional da época tenderá a apontar para um cenário de quase inexistência da direita política, relegando-a apenas aos espaços institucionais da política organizada, aos nichos de bancadas parlamentares e governos

municipais e estaduais espalhados pelo país, dado o longo período de predominância de partidos de orientação social progressista (embora com demonstrações de adesão a práticas neoliberais na economia e mesmo conservadorismo político) e de esquerda no comando do Governo Federal, de vários dos Estados mais populosos e pujantes, além de incontáveis municípios (talvez milhares) brasileiros.

Independentemente da nuance específica dessa orientação, a direita jamais esteve ausente da política nacional, ao contrário, apenas adotou uma estratégia diferenciada de estruturação e fortalecimento de suas bases ao longo do tempo, construindo organizações e lideranças a partir de uma outra proposta que não a exposição pública mais regular e intensiva, preferindo, a partir de certo momento, “crescer para dentro” e participar de governos de orientação ideológica diversa da sua, sem que isso, em nenhum momento significasse abdicação de ideias e ideais, mas que lhe permitia se enraizar em ambientes aos quais a sociedade de então não lhe permitia o acesso pelas urnas. Portanto, a retração, o suposto recolhimento, na verdade, seria uma estratégia de crescimento “pelas bordas”.

Mas as reações das frações da direita a um eventual predomínio de ideias progressistas ou mesmo da possibilidade da ascensão de um governo de esquerda, na verdade, remontam a meados dos anos 1980, quando foram constituídas diversas organizações de defesa de interesses específicos como forma de preservação do *status quo* de então (CASIMIRO, 2018a).

Com a proximidade do fim do ciclo da ditadura militar, diversos atores com alguma expressão naquele período se articularam para, em mudando, manterem-se no poder, no fechado círculo de poder (GROS, 2003). Empresários, políticos, acadêmicos, fazendeiros, banqueiros, financistas, líderes de entidades representativas, enfim, uma plêiade de ativos participantes da vida político-econômica do Brasil da época lançarem-se em iniciativas de resistência aos ventos modernizadores que a chamada Nova República<sup>5</sup> anunciava trazer para a alvorada daqueles novos tempos da sociedade brasileira.

Dessa forma, entidades foram sendo criadas às largas, na velocidade e emergência que a situação exigia, em uma dinâmica que proporcionava diversas situações de envolvimento e engajamento, como a parceria e o intercâmbio entre organizações e a

---

<sup>5</sup> Denominação atribuída ao período que sucedeu a ditadura militar (1964-1985), caracterizado pelo amplo e imediato desejo de redemocratização do país, de redefinição de sua matriz política e de construção de um modelo econômico inclusivo e acelerador do desenvolvimento.

participação de membros em várias delas, fortalecendo ações e criando sinergia entre as iniciativas. Mais do que fruto do receio por mudanças radicais (o que, de fato, estava longe de ocorrer), essas iniciativas surgiam como oportunidade extremamente providencial de construção de uma hegemonia que prevalecesse no processo de redemocratização e reconstrução do Brasil pós-ditadura (CASIMIRO, 2018b).

Movidas pela perspectiva de reconstruir a hegemonia política burguesa e se contrapor às reformas propostas pelas forças progressistas (CASIMIRO, 2020), frações do segmento empresarial identificados com a direita passaram a se associar em torno de aparelhos organizativos de articulação e ação política, congregando diferentes segmentos econômicos sob a bandeira do capitalismo globalizado e o ideário neoliberal.

Essas representações coletivas do universo empresarial se constituíram em torno de duas distintas dimensões, a partir da motivação original: uma dedicada à aglutinação de pessoas com o propósito de disseminação de ideias, arregimentação de polinizadores ideológicos com trânsito entre os jovens e construção de condições para a atuação política institucional no longo prazo; a outra, gravitando em torno de um universo mais restrito e pautada por uma temporalidade menos expansiva, movia-se pelo fortalecimento da correlação de forças emanadas por seus próprios membros, representantes da grande burguesia nacional e das corporações políticas tradicionais, mobilizados para a intervenção iminente e efetiva na sociedade. Criou-se, pois, um ecossistema de instituições comprometidas com a disseminação das ideias liberais.

Organizações dedicadas ao fortalecimento e à disseminação de ideias conservadoras não eram novidades no Brasil. Sem precisar regredir à época do Estado-novo ou mesmo ao início dos anos 60 (em que os liberais alimentavam o temor aos comunistas, por exemplo), essa atividade era exercida, embora, em uma escala de percepção pública bem mais modesta. Dentre as mais conhecidas e ainda ativas, destacavam-se algumas gestadas há muitos anos, portanto, no contexto da redemocratização, como o Instituto Liberal (IL) — fundado em 1983 e com sede no Rio de Janeiro (RJ) — e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) — sediado em Porto Alegre (RS), onde foi constituído em 1984.

### **1.3. As organizações de representação da direita**

Segundo Amaral (2015), o pioneiro dessa saga foi o Instituto Liberal, fundado em 1983, no Rio de Janeiro, pelo engenheiro carioca Donald Stewart Jr., proprietário da empreiteira Ecisa (Engenharia, Comércio e Indústria S. A.), uma das empresas do segmento da construção que mais foram beneficiadas pela ditadura, contratada, inclusive, para a construção de escolas no Nordeste, ocasião em que se associara a uma construtora norte-americana Leo A. Daly, uma das exigências da agência de desenvolvimento norte-americana financiadora do projeto, a USAID, um conhecido braço da CIA para atuar em países latino-americanos. A partir dessa relação supostamente comercial, Stewart Jr. se aproximou de vários entusiastas do neoliberalismo envolvidos com a formação de *think tanks* pelo mundo (MIGUEL, 2019). Era a dinamização que precisava para implantar uma célula no Brasil.

Dentre as atividades a que se dedicaria, visando a expansão de seu universo de influência, constava a massiva disseminação de ideias liberais no meio acadêmico, em especial dentre os jovens universitários, tanto pela ação dissimulada de professores cuja abordagem de temas e questões resvalava para um escancarado enviesamento ideológico quanto pela distribuição direta de material didático-promocional do ideário liberal, tudo sutilmente travestido de conteúdo pedagógico formal, como se efetivamente compusesse o currículo formal das disciplinas a que eram associadas<sup>6</sup>.

Contudo, dedicado a se inserir com protagonismo na conjuntura que se conformava à época, e posicionando-se frontalmente na linha contrária aos governos progressistas que, na primeira década do século XXI, emergiam na América do Sul, como no caso do Brasil do Governo Lula, em 2005 surgiria o Instituto Millenium — que só assumiria essa denominação no ano seguinte, em pleno Fórum da Liberdade, evento promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais<sup>7</sup>.

Uma mostra do apelo que o Instituto Millenium despertou nos liberais brasileiros foi o contingente de personalidades que, seja pela declarada simpatia, seja pela

---

<sup>6</sup> Essas práticas foram testemunhadas, presencialmente, pelo autor, no início dos anos 1990, quando era estudante de graduação na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, e participou de várias aulas em que alguns professores adotavam, em sala de aula, discursos proselitistas explícitos na defesa do liberalismo. Em algumas dessas ocasiões, foi contemplado pela regular distribuição de livros de conteúdo liberal, editados pelo Instituto Liberal, como “Opção preferencial pela riqueza”, de J. O. de Meira Penna, e “O caminho da servidão”, de F. A. Hayek, além da intensa promoção de livros como “As seis lições”, de Ludwig von Mises.

<sup>7</sup> Segundo postagem do Wikipedia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto\\_Millenium](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Millenium) . Acesso em: 29nov. 2022.

participação direta em ações, associaram sua imagem a ele: grupos econômicos, como Gerdau, Abril, Pottencial Seguros, Companhia Suzano de Papel e Celulose, o Bank of America e Grupo Globo; jornalistas, de Nelson Motta e Merval Pereira a Carlos Alberto Sardenberg e Pedro Bial; os economistas tucanos Gustavo Franco, Pedro Malan, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Samuel Pessoa e Armínio Fraga; intelectuais como Demétrio Magnoli, Bolívar Lamounier, Roberto DaMatta e Simon Schwartzman (MELO, 2017).

O Instituto de Estudos Empresariais, sediado em Porto Alegre (RS), foi fundado em 1984, por William Ling, contando com um grupo de jovens empresários, e organiza o Fórum da Liberdade. Seu irmão, Winston Ling, formaria o Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul e Hélio Beltrão, empresário do Grupo Ultra, fundaria o Instituto Mises Brasil (CASIMIRO, 2018b). Com o propósito da realização de cursos e seminários de formação, surgiriam o Instituto Ordem Livre e o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, este ligado à Opus Dei (corrente teológica extremamente conservadora da Igreja Católica e que tinha o jurista Ives Gandra Martins em seu conselho. Por fim, o gaúcho Fábio Ostermann, o mineiro Juliano Torres e o gaúcho Anthony Ling constituíram o Estudantes Pela Liberdade, uma versão nacional do Students for Liberty.

Esse evento, o Fórum da Liberdade, organizado e promovido pelo IEE, a propósito, é realizado desde 1988, o que aponta para o período em que os movimentos de direita já se articulavam com uma embrionária desenvoltura, aproveitando-se do ambiente político altamente favorável: já sob os auspícios da redemocratização, há três anos os militares haviam deixado o poder, que agora era exercício por um civil José Sarney, célebre político conservador, e o país respirava um raro e salutar momento de democracia, depois de amargar 21 anos de uma ditadura truculenta e retrógrada.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), formado em 1989, já se revelava, à época, como uma efetiva vitrine do pensamento liberal brasileiro (VASCONCELOS, 1989), encampando demandas características das classes médias e de variados segmentos da direita, como as reformas previdenciária, tributária e política, além de políticas voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais e a redefinição do papel do BNDES, dentre outras proposições que representavam os interesses da burguesia nacional (GROS, 2004).

Dentre os principais objetivos previstos em seu estatuto constavam: 1) pesquisar e realizar estudos de temas econômicos, sociais e tecnológicos de interesse da sociedade e da indústria brasileira; 2) promover a cooperação e a integração dos interessados no desenvolvimento da indústria; 3) recolher e prestar informações sobre questões relacionadas com as atividades e objetivos do instituto; 4) manter estreito intercâmbio com as associações empresariais, universidades e órgãos governamentais para promover o desenvolvimento da indústria; 5) promover pesquisas e estudos em cooperação com universidades, institutos de pesquisa, entidades nacionais e internacionais, técnicos e especialistas; 6) divulgar o resultado de seus trabalhos e estudos para disseminar e aprofundar o conhecimento das opções estratégicas da indústria brasileira. Como se depreende das entrelinhas, todos os propósitos convergiam para a pauta liberal.

Dentre os sócios-fundadores incluíam-se: Abrahan Kasinski (do Grupo Cofap), Bruno Nardini (Nardini), Celso Lafer (Metal Leve), Cláudio Bardella (Bardella), Eggon João da Silva (Weg), Eugênio Staub (Gradiente), Francisco Gros (Aracruz Celulose), Hugo Etchenique (Brasmotor), Ivoncy Iochpe (Iochpe), João Pedro Gouvea Vieira (Ipiranga), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau), José Ermírio de Moraes Filho (Votorantim), Max Feffer (Suzano), Ney Bittencourt de Araújo (Agroceres), Olavo Egydio Monteiro Aranha (Monteiro Aranha), Paulo Villares (Indústrias Villares), Paulo Francini (Coldex), Paulo Setúbal Neto (Duratex), Pedro Piva (Klabin), Raul Barreto Reis (Sadia) e Ricardo Semler (Semco). Embora pouco signifiquem hoje em dia — afinal, já se passaram mais de 30 anos —, esse conjunto de poderosos empresários representavam, à época, fatia extremamente significativa do PIB brasileiro (CASIMIRO, 2020).

Organizações como a CEDES (Câmara Estudos e Debates Econômicos e Sociais), articulada ainda em 1980, mas formalizada apenas em 1983, exerceu papel estratégico nessa empreitada, configurando-se, na condição de aparelho privado da atuação político-ideológica da época (DREIFUSS, 1989), como precursor e referência da disseminação da causa liberal e da ação tática de planejamento e formulação de diretrizes para a defesa de classe. Dentre seus membros, constavam Delfim Netto (ex-ministro de governos militares), Antônio Ermírio de Moraes (do Grupo Votorantim), Flávio Telles de Menezes (presidente da Sociedade Rural Brasileira), Luíz Eulálio Bueno Vidigal (da Cobrasma e ex-presidente da FIESP), Romeu Chap Chap (do Sinduscon – SP), Laerte Setúbal (da Duratex), Jacy Mendonça (diretor da Volkswagen do Brasil), Norberto Odebrecht (da

construtora Odebrecht), Olacyr de Moraes (do Banco Itamaraty, construtora Constran e tido como o maior plantador de soja do mundo), Jorge Gerdau Johannpeter (do Grupo Gerdau), Guilherme Afif Domingos (presidente da Associação Comercial de São Paulo), Paulo Cunha (do Grupo Ultra), Ney Bittencourt Araújo (da Agrocere) e Roberto Bornhausen (do Unibanco e presidente da Febraban). Um vistoso time de peso, portanto, com relevante participação na sociedade e que respondia por parte significativa do PIB.

Nessa esteira, diversas outras organizações surgiram, explorando as mais variadas possibilidades de representação, como o GMP (Grupo de Mobilização Permanente), fundado por Guilherme Afif Domingos também em 1983, congregando mais de mil empresários, voltados para a construção de propostas para as áreas sindical, tributárias e econômicas (CASIMIRO, 2018b).

A CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), em 1985, dedicada à defesa da livre iniciativa e à redução da presença do Estado na economia, apresentando oito entidades representativas do segmento em sua fundação: ANBID, ABECIP, ABEL, ACREFI, ADEVAL, ANCOR, ANDIMA e FEBRABAN, e eximindo em sua diretoria nomes como Roberto Bornhausen (do Unibanco) e Carlos Brandão (do Bradesco).

A ABDD (Associação Brasileira de Defesa da Democracia), em 1985, constituída, suprema ironia, por militares (da ativa e da reserva) e civis identificados com a causa militar, de fração extremamente conservadora e defensores da chamada *linha dura* da ditadura, dedicados ao anunciado “combate ao avanço das ideais comunistas no Brasil” e contando com ex-torturadores em seus quadros.

A UDR (União Democrática Ruralista), em 1985, voltada para a organização das ações políticas do meio rural em torno da defesa de seus interesses e contra as investidas de ideias progressistas e democráticas que pudessem lhe oferecer risco (DREIFUSS, 1989), teve como primeiro presidente o médico e pecuarista goiano Ronaldo Caiado foi a organização que mais repercussão obteve durante a Constituinte de 1988.

A UB (União Brasileira de Empresários), em 1986, surgiu diante da necessidade de ampliação das bases de consensos empresariais e de uma melhor operacionalização dos interesse das frações do capital, tendo presidentes de confederações nacionais, como Albano Franco (da Confederação Nacional das Indústrias), Flávio da Costa Brito (da Confederação Nacional da Agricultura), Roberto Bornhausen (da Confederação Nacional das Instituições Financeiras), Amaury Temporal (da Confederação das Associações

Comerciais do Brasil), Antônio de Oliveira Santos (da Confederação Nacional do Comércio), dentre outros (GROS, 2004).

O MCRN (Movimento Cívico de Recuperação Nacional), fundado em 1987 para manter ativo o eixo de poder empresarial-militar presente na ditadura e ameaçado pelo novo tempo, articulado por Herbert Levy (do Grupo Gazeta Mercantil), Jorge Gerdau Johannpeter (do Grupo Gerdau), José Mindlin (da Metal Leve), Flávio Telles de Menezes (da Sociedade Rural Brasileira), Lázaro de Melo Brandão (do Bradesco), Roberto Marinho (do Grupo Globo de Comunicação), Antônio Pádua Diniz (do Banco Nacional), general Ruben Ludwig (ex-ministro do governo Figueiredo), Pedro Conde (do Banco de Crédito Nacional), Mário Amato (do Grupo Springer e presidente da FIESP), Reynaldo de Barros (ex-governador de São Paulo), Paulo Villares (da Aços Villares) e Victor Civita (do Grupo Abril), além de incontáveis representantes de segmentos empresariais, grupos ligados a militares e latifundiários.

O PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), em 1986, com o propósito da defesa da livre iniciativa constituído por nomes como Bruno Nardini (da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), Oded Grajew (da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos), Luís Paulo Butori (da Associação Brasileira da Indústria de Fundição), José Mindlin (da Metal Leve) (GROS, 2004).

O MDU (Movimento Democrático Urbano), criado em 1987, pelo então presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, em contraponto às ideias da UB e da FIESP, com foco na defesa do direito de propriedade e da livre iniciativa e contando em seus quadros com nomes como José Américo Ribeiro dos Santos (grande criador de cavalos) e Luiz Masagão (presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuro), autodenominava-se como “o equivalente da UDR na cidade”.

Essas organizações, dentre muitas outras mais, compuseram o cenário político dos embates havidos durante a Constituinte, entre 1986 e 1988, atuando ativamente na defesa de seus interesses e na tentativa de impedir a aprovação de avanços que pudessem oferecer algum risco ao que propugnavam para o país, em confronto direto com as forças progressistas e democráticas e promovendo intensa atividade de ativismo de direita. Promulgada a Constituição, em 1988, muitas continuaram em atividade e assim permaneceram ao longo dos anos 1990. Algumas se reestruturaram e assumiram uma



nova face, mas, não abdicaram de sua condição de representação do pensamento e das ações da direita política (SILVA, 2020).

Ainda que nesse período todos os governos tenham se articulado em alianças e chapas que contemplavam e agregavam políticos e agremiações claramente alinhados com os ideais liberais, reacionários e elitistas da tradição política brasileira — Marco Maciel (PFL) foi vice-presidente na chapa no governo de Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães exerceu enorme influência em seu governo; José Sarney, Jáder Barbalho, Renan Calheiros, dentre outros, foram aliados e parceiros de Lula desde o primeiro momento; Michel Temer, por exemplo, era o vice-presidente de Dilma Rousseff — não se pode afirmar que foram governos de orientação majoritariamente conservadora.

Pelo menos desde 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e até aquele momento, 2013, quase vinte anos de governos dissociados diretamente da direita tradicional teriam produzido, aparentemente, um país politicamente mais amadurecido como sociedade, com cidadãos mais identificados com direitos sociais e alinhados em torno da necessidade da defesa dos valores democráticos, duramente conquistados desde a transição democrática, com o fim da ditadura militar, em meados dos anos 80. Só que não!

Um detalhamento desse novo momento na política nacional, com as novas organizações criadas e os novos atores, consta do capítulo alusivo às origens e ao crescimento do Movimento Brasil Livre (o MBL).

Como se pode constatar, portanto, em nenhum momento a direita brasileira se afastou da política ou deixou de nela atuar, ao contrário, disseminando intensamente sua ideologia e atuando vivamente para retornar ao poder e conduzir o país para um futuro voltado para o passado que entendem como glorioso, mas que as urnas sempre rejeitaram — pelo menos até 2018.

A mais expressiva organização surgida nesse período foi o Movimento Brasil Competitivo (MBC) que, em 2004, se estabeleceu formalmente no Distrito Federal, sob a forma de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o que lhe assegurava embasamento legal para o posicionamento público da entidade (CASIMIRO, 2018b), representativa de grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais.

Curiosamente, mesmo entidades representativas da classe trabalhadora e até de esquerda, se associaram ao programa proposto pelo grupo, propagado como

suprapartidário e apolítico, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral do Trabalhadores (UGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Essa associação inusitada conseguia, portanto, congrega tanto as mais abastadas frações da burguesia nacional quanto as mais representativas entidades da classe trabalhadora (CASIMIRO, 2020), em um movimento com grande probabilidade de, apesar da retórica universalizante, ter representado tão somente uma captura das forças progressistas, neutralizando-as ao final. O MBC, na verdade, foi o desdobramento de um agrupamento mais antigo, que surgiu ainda no final dos anos de 1980 (CASIMIRO, 2018b).

Fundado e presidido pelo empresário gaúcho Jorge Gerdau Johannpeter, refletia a essência socioeconômica em que se inseria, sendo ele mesmo um portentoso integrante da burguesia nacional, presidente de um dos maiores conglomerados brasileiros, o Grupo Gerdau — que operando em 11 países, incluía, dentre outras empresas, a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra e a Mefisa Parafusos e Fixadores.

De forma mais incisiva, porque intensamente, houve duas ocasiões em que frações da direita se colocaram publicamente sob a forma de movimentos articulados, seja por ações empreendidas majoritariamente pelo segmento empresarial, seja pela manifestação de lideranças religiosas, associadas à Igreja Católica. Relativamente blindado pela conjuntura socioeconômica, para a qual apresentava indicadores inegavelmente favoráveis, o governo petista via-se, de alguma forma, vulnerável na dimensão política no momento em que essas iniciativas foram levadas a cabo, nos extremos do segundo mandato de Lula na Presidência da República (uma no primeiro e a outra no último ano do mandato).

Em julho de 2007, aproveitando-se da ocorrência de uma tragédia — o acidente com o voo 3054 da TAM, ocorrido no Aeroporto de Congonhas (SP), ocasionando a morte de 199 pessoas —, um grupo de personalidades públicas organizou um movimento denominado *Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros*, que ficou conhecido pelo slogan que adotou como forma de apresentação: “Cansei”. Alegando motivação em uma suposta lacuna de poder do governo federal — o que explicaria, em última análise, o surgimento e a continuidade das razões que supostamente deram causa à tragédia,

associada a supostas deficiências crônicas de gestão —, mostrou muita vitalidade no início, enfraquecendo-se rapidamente.

Constituído em São Paulo, apresentou dentre seus membros personalidades de destaque na da sociedade, como empresários e profissionais liberais (Luiz Flávio Borges D’Urso, Paulo Zottolo, João Dória Junior, Lafaiete Coutinho, Gabriel Chalita), esportistas (Roberto Scheidt, Caio Ribeiro, Torben Grael, Fernando “Xuxa” Scherer, Lars Grael,...), artistas e apresentadores (Hebe Camargo, Daniela Mercury, Ana Maria Braga, Ivete Sangalo, Luana Piovani, Boris Casoy, Carlos Alberto de Nóbrega, Wanderléa, Zezé di Camargo, Moacyr Franco, Victor Fasano, Adriana Lessa, Paulo Vilhena, Sérgio Reis, Léo Jaime, Agnaldo Rayol, Seu Jorge, Cristiane Torloni, Regina Duarte, Silvia Poppovic, Tom Cavalcante, Goulart de Andrade, Irene Ravache, Beatriz Segall,...) e personalidades da sociedade civil (Osmar Santos, Padre Antônio Maria,...), logo no início dispôs de considerável espaço na mídia. Suas principais lideranças, que se expunham *ad infinitum* na mídia, eram o advogado Luiz Flávio Borges D’Urso (então presidente da OAB-SP) e o empresário João Dória Júnior (à época, apresentador de um programa sobre a temática empresarial, “Show Business”, na TV aberta).

Sob a alegação de não se tratar de um movimento político, mas de uma manifestação cívica de cidadania e de amor ao Brasil (MIGALHAS, 2007), teve a adesão de diversas entidades de classe e patronais paulistas, amplamente associadas a posições conservadoras: AATSP, Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cremesp, CREA-SP, FEHOESP, FIESP, GOPM, OAB-SP, SESCON-SP, dentre outras. Com a expansão do movimento para além das fronteiras paulistas, diversas outras entidades aderiram à pregação de cunho elitista: ABERT, ABMCJ, ABRAC, ANBD, ABESCO, AEAGRO, AJEE, ACG-RJ, CDL-BH, Fetranscarga e OAB-DF, dentre tantas outras.

As pautas apresentadas versavam sobre questões tão vagas que beiravam a platitude: contra o caos aéreo, a corrupção no setor aéreo e a falta de segurança, dentre outras temáticas de duvidosa relevância para o conjunto da sociedade. O que se entendeu, desde o início e foi veementemente negado pelas lideranças do movimento, é que o verdadeiro propósito era criticar o governo Lula e capitalizar politicamente com isso. O presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, o acusou de golpista e composto pelas elites paulistas. O ex-governador paulista, Cláudio Lembo, um rematado liberal, afirmou tratar-

se de pessoas com uma visão elitista do país e da sociedade, enfadonhas e de vida enfadonha (BOMBIG, 2007).

O ápice do movimento ocorreu com a realização de um ato público, realizado na Praça da Sé, em 14 de agosto de 2007, que os organizadores alegaram ter mobilizado cerca de cinco mil pessoas. A manifestação foi marcada por recorrentes gritos de “Fora, Lula!”, o que claramente desmentiu as falas das lideranças que negavam o caráter político do evento. Foi extremamente sintomático o fato de que representantes dos parentes das vítimas do acidente com o avião da TAM foram impedidos de subir ao palco para expressarem suas opiniões. O jornalista Mino Carta, diretor de redação da revista Carta Capital, de orientação de esquerda, foi profético em suas manifestações no blog da revista, afirmando categoricamente que esses atos eram nada mais que a preparação de um golpe das elites contra o presidente Lula (BLOG DO RIZZOLO, 2007), reproduzindo o *modus operandi* de 1964, e que esse movimento era um legítimo sucedâneo da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.

O fim do fugaz movimento foi precipitado por uma declaração fortemente preconceituosa de um de seus mais destacados membros e líderes, o empresário Paulo Zottolo, presidente da Philips do Brasil. Em 16 de agosto de 2007, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, enquanto tentava ressaltar a importância do Brasil, desenvolvera um contraponto com o estado do Piauí, afirmando que “se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado”. A afirmação teve o efeito de uma hecatombe no meio político e rapidamente desgastou o movimento pelo Brasil afora. No mesmo dia, tentou se desculpar para a bancada piauiense no Senado e para o governador do Estado, mas o estrago estava feito e o movimento entrava em uma trajetória descendente, até arrefecer e se extinguir (BERGAMO, 2007).

Na virada para o século XXI, a própria conjuntura nacional se encarregou de demonstrar o grau de obsolescência de muitas dessas organizações, extremamente apegadas a questões então classificadas como “do século passado”, numa clara alusão ao retrocesso a que se apegavam, no que se refere à prática política e às estratégias de ação voltadas para a construção de cenários benéficos ao ideário de direita. O ambiente internacional também já se movimentava no sentido da adoção de pautas mais modernizantes e modernizadoras, embora mantendo a essência conservadora e neoliberal por excelência.

Diversas organizações e movimentos antenadas com a realidade internacional começavam a surgir nesse ambiente, contrapondo-se à dinâmica estabelecida pelos grupos progressistas e de esquerda que se espalhavam pelo mundo e confrontavam o poder constituído e a lógica neoliberal.

#### **1.4. Os ventos da direita no século XXI**

A súbita ascensão das direitas no Brasil, no início da segunda década dos anos 2000, revelou-se um evento nem tanto inesperado assim, visto que esse movimento já se expandia pelo mundo, com o significativo avanço das forças conservadoras (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015) fazendo refluir a onda progressista que se disseminou no início do século XXI. O que aparentava, até então, ser apenas espasmos conservadores, logo se mostrou uma tendência efetiva e, posteriormente, um movimento consistente e cuja dinâmica apontava para uma força consolidada, como ocorreu, em diferentes graus, na Europa, notadamente na Alemanha, Grécia, Itália, França, Reino Unido e Hungria.

Adotando um discurso xenófobo e anti-integração continental da

Europa, partidos com orientação de extrema-direita começaram a conquistar espaços políticos relevantes, em países como Itália (“Liga do Norte”) e França (“Frente Nacional”), renovando um discurso totalitarista que reverberava em considerável parcela da população — em 2014, o número de deputados aderentes a essa plataforma no Parlamento Europeu se aproximava de 140.

Na América Latina, com a aproximação do final da primeira década do século XXI, ocorreria o refluxo da chamada Onda Rosa <sup>8</sup> e o surgimento de uma “nova direita”, como resposta ao avanço empreendido pela esquerda.

Esse fenômeno político se manifestou em diversos países da América Latina, no início do século XXI, com a ascensão ao poder, eleitos democraticamente, de políticos identificados com a esquerda do espectro político, em contraposição aos políticos eleitos nos últimos anos do século XX, comprometidos com o ideário neoliberal. Como exemplos, tivemos as eleições de Lula (Brasil, 2003), Néstor Kirchner (Argentina, 2003), Manuel Zelaya (Honduras, 2006), Fernando Lugo (Paraguai, 2008), Ricardo Lagos

---

<sup>8</sup> Termo cunhado por Larry Rohter, originalmente como “*Pink tide*”, apresentado em um artigo publicado no *The New York Times*, em 1º de março de 2005.

(Chile, 2000), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2005), Daniel Ortega (Nicarágua, 2007), dentre outros.

Tema recorrente no universo político da época e conteúdo rapidamente incorporado aos currículos de Ciência Política, concentrava-se na análise dos cenários pós-neoliberalismo, sempre por um viés essencialmente academicista. A síntese das discussões tratava da ascensão ao poder, em vários países da América Latina, de lideranças de partidos de esquerda (SILVA, 2014), comprometidos com a desconstrução das medidas implementadas pelas reformas neoliberais.

Governando três quartos dos habitantes da região (PANIZZA, 2009), esses políticos relativizaram e contiveram as perspectivas de um socialismo doutrinário, em favor de um pragmatismo político (ROHTER, 2005) que, se lhes reduziu o nível de puritanismo ideológico, tornou-os mais palatáveis para as elites locais, mitigando o potencial de conflito. Ou seja, não configuravam uma maré vermelha, mas algo como uma “onda rosa”.

Encorpada por um discurso triunfalista sobre os escombros da passagem da esquerda pelo poder, ressurgiu com força intensamente dedicada a se apropriar dos espaços públicos remanescentes e entregá-los aos domínios do neoliberalismo, como se em uma operação de destruição final do Estado estivesse em curso.

No caso do Brasil, as forças do campo da direita articularam uma aliança embrionariamente estruturada no final da primeira década do século XXI, em resposta ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em 2009, o ápice de um conjunto de medidas e políticas públicas que enfatizavam a participação social e a centralidade dos direitos Humanos, iniciado em 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, e se estendendo até o impeachment de Dilma Rousseff. Rechaçado pelas forças conservadoras, o PNDH 3 despertou inflamadas reações de contrariedade aos avanços no aparato institucional em defesa dos direitos humanos, sob o argumento obtuso de se estar protegendo bandidos e criminosos, um discurso característico das forças conservadoras. Essa situação elevou o nível das tensões geradas na esfera pública, com uma repercussão jamais vista, notadamente em decorrência do fortalecimento e disseminação da internet e das redes sociais, gestando um movimento que se posicionava como de combate à “maré rosa”, cunhado de “maré cinza” por Ferreira (2019), uma metáfora de contraposição ao movimento de fortalecimento das forças de esquerda.

Esse episódio seria potencializado com as violentas reações à implantação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, resultando na elaboração e aprovação da Lei Antiterror, em 2016, claramente desvirtuada e utilizada como instrumento de fortalecimento das forças reacionárias (FERREIRA, 2019), consolidando os contornos da aliança das forças de direita e a construção de um antagonismo de caráter ativista, permitindo a “customização” das ações específicas de grupos distintos, a partir da posição ocupada no espectro do campo político.

Os primeiros indícios de percepção concreta dessa ofensiva conservadora no continente ocorreram em 2009, com a abrupta cassação de Manuel Zelaya, presidente de Honduras, após o simples anúncio da convocação de um referendo visando à convocação de uma Assembleia Constituinte. Em 2010, no Chile, após o cumprimento de dois mandatos pela esquerda (Ricardo Lagos, 2002-2006, e Michele Bachelet, 2006-2010), o próspero empresário Sebastián Piñera chegava ao poder com um discurso de exaltação do ditador Augusto Pinochet e favorável à submissão da economia ao mercado.

Em 2012, Fernando Lugo seria deposto no Paraguai, após uma bem urdida trama golpista. E na Argentina, competindo com o elevado grau de incredulidade dos políticos, Cristina Kirchner não conseguiria eleger seu sucessor e transferiria o poder para Mauricio Macri, em 2015. Em 2016, Dilma seria cassada em um processo repleto de irregularidades, a começar pela peça acusatória, que não apontava o cometimento de nenhum crime. Em 2017, o Equador elegeria Lenín Moreno — sucessor e apoiado por Evo Morales —, até então tido como comprometido com a esquerda, situação que em breve período de tempo sofreria alteração, devido à sua rápida conversão ao campo da direita, traído princípios e companheiros.

No Brasil, as forças conservadoras também se movimentavam, embora de forma tímida, limitadas por uma conjuntura dominada por leituras progressistas e que lhes eram extremamente desfavoráveis. Os governos petistas haviam deslocado o eixo da política para uma visão que contemplava, em diferentes níveis e sob distintas formas, a conciliação entre atores e instituições historicamente antagônicas, o que enfraquecia qualquer tentativa de se resgatar discursos mais à direita, pois esses inevitavelmente se contrapunham a uma ação social mais efetiva por parte do Estado. No entanto, ainda que como estratégia de sobrevivência, houve relativa movimentação de partidos situados à direita no espectro político nacional.

Em 2003, o PPB (Partido Progressista Brasileiro) — sucessor do PDS (Partido Democrático Social), herdeiro da antiga ARENA, que dava sustentação política à ditadura —, resultante de uma série de fusões de agremiações partidárias ocorridas em 1995 e com relativo protagonismo na política nacional durante os *anos FHC*. Findo esse período, concluiu ser inadiável um realinhamento com a conjuntura internacional e uma maior aproximação com o governo Lula que se iniciava. Assim, visando a atenuar a percepção que se tinha de sua atuação, em 4 de abril de 2003 mudou de nome, passando a se denominar simplesmente PP (Partido Progressista), como forma de comunicação direta quanto à sua orientação. Posteriormente, em uma manobra de espetacular inflexão, faria parte da base aliada do governo petista.

Também movido pelo desejo de reposicionamento político nos novos tempos e de se distanciar da imagem puramente fisiológica que lhe foi atribuída no chamado *escândalo do mensalão*<sup>9</sup>, o PL (Partido Liberal) — indissociavelmente ligado ao empresariado — conduziu tratativas conjuntas com um minúsculo partido de extrema-direita, o Prona (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), célebre por ter lançado e abrigado o fenômeno Enéias Carneiro, visando a construir convergências, uma vez que corriam um risco comum: a extinção como partido político, pois, não conseguiram superar a cláusula de barreira<sup>10</sup> estabelecida pela legislação eleitoral. Em 26 de outubro de 2006, formalizaram uma fusão de interesse de ambos, criando o PR (Partido da República), que se manteve na base de apoio do governo de Lula.

Por essa mesma época, também o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), além de buscar um realinhamento à nova conjuntura política — saiu extremamente chamuscado do episódio do *mensalão* —, já se preocupava com sua própria existência (BRAGON, 2006), em razão do não atingimento da cláusula de barreira, o que alimentou a preocupação com a adoção de alguma medida que superasse essa situação e lhe permitisse recuperar o fôlego e se manter ativo — a essa altura, já não mais fazia parte da base de

---

<sup>9</sup> Iniciado em 2005, consistiu em um emaranhado de denúncias sobre compra de votos, supostamente empreendidas pelo Governo Lula, como forma de assegurar a aprovação de leis de seu interesse pelo Congresso Nacional. Seu presidente, Valdemar da Costa Neto, foi amplamente acusado de ser um de seus mais vigorosos operadores, em depoimento do deputado federal e presidente do PTB Roberto Jefferson, responsável pela denúncia que deflagraria o processo de investigação pela Câmara dos Deputados, em 6 de junho de 2005.

<sup>10</sup> Dispositivo legal, criado pela Lei nº 9096, de 1995, que restringia sobremaneira a atuação parlamentar de partidos políticos que não auferissem, no mínimo, 5% dos votos na eleição parlamentar nacional. Dentre as restrições impostas, constavam o impedimento à representação partidária no Congresso Nacional, a tempo de propagando eleitoral em rede nacional de rádio e TV, a recursos do Fundo Partidário.



apoio do governo, o que ocorria desde o início da gestão Lula. Da mesma forma, embora sem a mesma repercussão, o PAN (Partido dos Aposentados da Nação) agonizava em situação parecida, tendo obtido apenas 0,28% dos votos.

A fusão parecia ser o caminho natural e seguro para a sobrevivência de ambas as agremiações, embora aglutinadas, mas outra alternativa entrou na pauta de negociações e ao final, em 5 de outubro de 2006, o PTB incorporou o PAN e manteve seu nome, estrutura e campo de atuação.

Em 2007, o PFL (Partido da Frente Liberal) — fundado no início de 1985 como dissidência do PDS e visando à composição política que elegeria Tancredo Neves como presidente da República —, sentindo os novos ares favoráveis para a direita no mundo, optou por não apenas adotar um discurso político de cunho menos radicalmente conservador como também suavizar e acrescentar leveza à forma como era visto pela sociedade. Em 28 de março, adotaria a denominação de *Democratas*, estrategicamente associando o vocábulo à sua imagem, ignorando solenemente a sua trajetória de conservadorismo e limitação do processo democrático, optando, portanto, por surfar a onda de um certo conservadorismo *light*. Essa guinada se revelaria insuficiente para fortalecer o partido nas dimensões que se imaginou, dando-lhe apenas uma nova roupagem, talvez mais palatável.

A prova disso, foi que em março 2011, capitaneados por Gilberto Kassab, então prefeito de São Paulo, grupos de dissidentes do DEM, do PSDB e do PPS, fundam um novo partido de orientação conservadora, o PSD (Partido Social Democrático) — sem nenhuma correlação com o antigo PSD de Juscelino Kubitschek, não obstante Kassab tenha tentado, inadvertidamente, associá-lo ao ex-presidente e sua gestão voltada para o desenvolvimento, no que foi reprimido por herdeiros do político mineiro —, legalizado formalmente em 27 de setembro daquele ano e que rapidamente assumiria protagonismo na política nacional (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER; 2015). Criado para acomodar atores políticos da direita tradicional desgastados ou desprestigiados em seus partidos, constituiu-se em um espaço privilegiado para a potencialização da imagem de tantos quantos buscavam a reciclagem política ou tão-somente o espaço que lhes negavam, ávidos pela sobrevivência política.

Mesmo Kassab, prefeito da maior metrópole da América Latina, não gozava da expressão que entendia devida em seu partido, o DEM (ex-PFL), o que o levou a liderar

e estruturar o movimento de criação da nova agremiação, concluída em tempo recorde e dedicada exclusivamente a expandir o campo de atuação de políticos conservadores em busca de protagonismo, que aclamariam Kassab como seu primeiro presidente. Sem oferecer nenhum aporte de contribuição efetiva ao processo político<sup>11</sup>, desde o seu início foi recepcionado pela classe política como um importante *player*, posicionando-se claramente de forma simpática a articulações que o conduzissem a integrar governos, fossem quais fossem, numa demonstração explícita de fisiologismo puro. Não por acaso, logo na cerimônia de lançamento da sigla, Kassab declararia apoio ao então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), mas também se diria à disposição da então presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), sem se preocupar em explicar a evidente contradição em apoiar, a um só tempo, governos tão díspares, de partidos que viviam em declarada polarização.

Paralelo a isso, o PSC (Partido Social Cristão), um insignificante partido associado a conservadorismo e fisiologismo, ganhava alguma expressão com a filiação de inúmeras lideranças religiosas, tornando-se, em grande medida, um verdadeiro reduto de evangélicos de orientação neopentecostal e dedicado defensor das pautas moralistas.

Um retrospecto do desempenho eleitoral das forças conservadoras nos últimos pleitos eleitorais não apresentava crescimento na conquista de cadeiras na Câmara, ao contrário, revelava uma forte tendência de queda. Os partidos da direita tradicional amargavam uma queda incessante na participação: 208 cadeiras em 1998, 184 em 2002, 151 em 2006, 150 em 2010 e 117 deputados em 2014.

Diante desse cenário, não se podia falar em crescimento eleitoral da direita, deixando claro que toda a movimentação de partidos pouco ou nada influenciou no potencial de votos das agremiações, quando não resultou em perdas efetivas. A propósito, restou evidente que mesmo o baixo patamar de votação que obtiveram ao longo de trechos desse período, PTB, PP e PR deveu-se ao fato de comporem a base de sustentação política dos governos petistas, colaborando com a aprovação e implantação de políticas sociais de longo alcance, como o Bolsa-Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O fato emblemático dessa tese é que o então maior partido do campo conservador, que não se alinharia com o governo, tivera um desempenho extremamente sofrível nesse

---

<sup>11</sup> Uma frase dita por Gilberto Kassab no ato de lançamento do PSD foi extremamente emblemática do vazio programático do novo partido: “*O PSD não é será de direita, não será de esquerda, não será de centro. Será a favor do Brasil*”, como relatado por O Estado de S. Paulo, de 29 de março de 2011.

período, caindo de 105 deputados federais em 1998 para 22 em 2014. Esse retumbante fracasso nas urnas foi atribuído, em grande medida, à iniciativa de criação do PSD, o que, na verdade, afetou diversas frações da direita tradicional (CODATO, BOLOGNESI, ROEDER, 2015).

Contudo, nos anos dos governos Lula e Dilma, operou-se uma importante mudança na estrutura social dos brasileiros, pois, ao proporcionar uma ampla inserção no mercado de trabalho do que se classifica como distintas camadas do subproletariado (NICOLAU, 2020), resultou em elevação tanto do nível de renda quanto do grau de escolaridade da população. Esse fato gerou impacto eleitoral adverso ao Partido dos Trabalhadores, a partir da constatação de que, à medida que o nível de escolaridade se elevava, o desempenho do partido nesse estrato apresentava resultados desfavoráveis.

A propósito, considerando-se as eleições presidenciais como objeto de análise, em 2010, o PT superou o PSDB em todos os estratos de escolaridade (fundamental, médio e superior), porém, em 2014, os tucanos se saíram melhor entre aqueles com nível superior. Contudo, em 2018, o PSL bateu o PT em todos os três estratos, reconhecendo a tendência como fato consolidando. Portanto, o Partido dos Trabalhadores revelava um enfraquecimento latente, perdendo bases entre os mais escolarizados.

Adicionalmente, embora no campo da mera especulação, pode-se inferir que, muito provavelmente, as forças da direita, ao identificarem a imensa dificuldade de voltarem ao poder pelas urnas, permitiram-se conjecturar sobre um caminho mais eficaz para tal, ainda que à revelia dos marcos legais. E essa tese apresenta indícios de embasamento factual quando se contextualiza os pífios resultados obtidos nas eleições parlamentares de 2014 à atitude antidemocrática e oportunista de Aécio Neves ao não se ver vitorioso na eleição presidencial daquele mesmo ano.

Essa interação e confluência de propósitos, expectativas e desejos, certamente colocou-os em um caminho comum, criando uma sinergia mobilizadora e cuja estratégia focava na possibilidade de impugnação da reeleição de Dilma Rousseff, vista como um atalho seguro para a reconquista de poder por parte desses atores. Dessa forma, estava em gestação o “ovo da serpente” do golpe que ocorreria em pouco mais de um ano.

## **1.5. O dispositivo religioso interferindo intensamente na política**

Os antecedentes históricos mais relevantes e recentes da participação da dimensão religiosa no universo político e remontam à América Latina dos anos 1980, a partir do entrecruzamento do incipiente processo de redemocratização com o impacto da crise econômica decorrente da chamada “década perdida”, na América Latina dos anos 1980 resultou em um ambiente de profunda instabilidade em diversas dimensões da vida das pessoas — emocional, profissional, familiar, existencial —, despertando uma elevada demanda por conforto espiritual, sempre presente nos episódios de crise econômica. Houve uma crescente procura não anteriormente detectada pelo segmento evangélico, notadamente quando se agravaram as situações de desemprego e queda da renda (COSTA; MARCANTONIO; ROCHA; 2018).

Períodos em que crises econômicas afetam a rotina de vida das pessoas, tornam-nas mais suscetíveis à adesão à forte retórica evangélica, particularmente quando atrelada à chamada “teologia da prosperidade”, focada indissociavelmente na promessa de êxitos econômicos como prêmio pela participação nos cultos e na dinâmica da igreja (FRAGA, 2019).

A busca por igrejas evangélicas foi significativamente mais expressiva do que por outras denominações religiosas, possivelmente devido a um desgaste identificado na Igreja Católica, e a opção fora tanto por instituições de caráter “esfuziante-comunitário” (as pentecostais) quanto por denominações associadas a uma orientação mais “intimista-individualista” (as neopentecostais), motivada por múltiplos propósitos, que se iniciavam com a elevação espiritual, passava pela recuperação da estabilidade emocional e o resgate da harmonia familiar (VILLAZÓN, 2015), ameaçadas pelas mudanças socioculturais daquele *fin de siècle*.

O comportamento desses atores quando expostos à política desenvolvia características peculiares que os dividiam em categorias distintas. As classes mais abastadas, com algum histórico de participação política, estabeleciam hierarquias na interrelação entre esses mundos, colocando-se como representantes qualificados tanto da denominação a que se associavam quanto do universo evangélico como um todo, em uma cristalina construção de classe, de defesa de suas posições e privilégios. Já os estratos mais populares, historicamente aliados da política e com reduzidíssima inserção social, dedicavam-se a consolidar relações clientelistas, de puro fisiologismo, entre políticos e líderes religiosos.

Nesse cenário de instrumentalização da fé em torno de “elementos seculares”, o apoio evangélico no contexto eleitoral ocorre de forma difusa e pulverizada, a depender dos interesses pessoais, locais e específico de determinada denominação religiosa, embora acomodado na retórica da luta contra a desintegração social e familiar (VILLAZÓN, 2015), alimentando posturas de inflexível resistência a mudanças e valorização de dogmas e tradições religiosas. Para amenizar essa imagem e renovar a percepção dos evangélicos por uma perspectiva mais progressista, no entanto, optou-se por uma aproximação com o liberalismo político, em sua versão tupiniquim, claro, ou seja, liberal da economia e conservador nos costumes, não obstante a imensa contradição desse posicionamento.

Essa nova face da direita cristã era expressa, em sua forma mais ampla e de maior abrangência territorial, por meio de líderes religiosos tidas como celebridades midiáticas, excessivamente presentes na mídia, titulares de programas de televisão, atuantes em entidades supostamente filantrópicas e constantes de listas de milionários. Pautavam o universo político de forma personalista e publicamente entendiam a ação política como uma questão confessional.

A reconfiguração do papel dos evangélicos na política brasileira foi um dado que veio à tona após o episódio das *Jornadas de Junho de 2013*, ocasião em que passaram a exercer um protagonismo incontestável na cena política nacional (CUNHA, 2016), sobretudo no Congresso Nacional, em que vários personagens se distanciaram do espaço institucional historicamente associado a esse segmento, o chamado *Baixo Clero*, e passaram a figurar entre as mais expressivas lideranças do parlamento. A começar pelo deputado Eduardo Cunha, alçado à condição de liderança e rapidamente cogitado para concorrer ao cargo de presidente da Casa, o que ocorreria no início de 2015.

Construindo uma rede de apoio muito bem articulada, afinal, era membro do PMDB, o partido com maior representação no Legislativo Federal, imaginou conseguir o apoio do governo nessa sua empreitada, tanto porque seu partido fazia parte dos aliados, a tal ponto que o vice-presidente Michel Temer era membro da agremiação, quanto pelo fato de que entendia que a presidenta Dilma Rousseff necessitaria de sua atuação no encaminhamento dos projetos de interesse do governo. Mas as coisas evoluíram de outra forma e Dilma se recusou a apoiar o seu nome para a presidência da Câmara, articulando, inclusive, o lançamento de um candidato do Partido dos Trabalhadores, Arlindo

Chinaglia, que foi massacrado no processo que elegeu Eduardo Cunha presidente da Câmara dos Deputados — que a partir desse momento tornou-se inimigo fidalgo de Dilma e de seu governo.

A expressiva eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados<sup>12</sup> cumpriria o papel de fortalecimento das posições que se antagonizavam com o governo federal, conferindo-lhe poderes estratégicos para fustigar a presidenta Dilma Rousseff a partir das prerrogativas que o cargo lhe assegurava, dentre elas a definição da pauta do votação da Casa, o acolhimento ou a recusa de pedidos de impeachment e estabelecimento de dinâmicas de encaminhamento e votação de projetos, dentre outras.

A gênese desse protagonismo evangélico pode ser identificada durante a Assembleia Nacional Constituinte, quando surgiu o primeiro esboço de uma bancada evangélica que, ainda que muito reduzida e com desempenho tímido, iniciou o processo de reversão da postura de isolamento político até então predominante, amparada na máxima segundo a qual “crente não se mete em política”. A partir desse momento, o segmento, à época relativamente conservador, adquiriu visibilidade e passou a cultivar a interação com seus pares, ainda que de posições antagônicas, elevando o nível de participação no processo político, resultando na apresentação de projetos classificados como leves, sem provocar alterações na ordem social.

No limiar do século XXI, contudo, mudanças na cultura evangélica fariam com que as condições efetivas de atuação sofressem alterações, admitindo a adoção de posturas bem mais incisivas e comprometidas com o que antes classificavam como ideias “mundanas”. Apenas em 2003 seria criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), contudo, a partir da legislatura iniciada em 2011, os parlamentares dessa orientação revelariam um perfil extremamente conservador e defensor de propostas fortemente moralistas, com posicionamentos em defesa de uma concepção estrita de família, contra as pautas sociais de defesa das mulheres, dos negros, dos homossexuais e os indígenas, dentre outras.

Conquistando espaços no parlamento e se descolando do universo denominado “baixo clero” — uma massa vista publicamente como uniforme, formado por deputados

---

<sup>12</sup> Realizada em 1º de fevereiro de 2015, apresentou quatro candidatos em disputa: Eduardo Cunha (PMDB-RJ, com 267 votos), Arlindo Chinaglia (PT-SP, 136 votos), Júlio Delgado (PSB-MG, 100 votos) e Chico Alencar (PSOL-RJ, 8 votos. Houve dois votos em brancos. Cunha obteve 52,25% dos votos válidos e se elegeu, portanto, no primeiro turno de votação.

de pouca ou nenhuma expressão —, a Bancada Evangélica registraria crescimento vertiginoso e, na legislatura iniciada em 2015, formaria a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados em número de parlamentares, atrás apenas das bancadas dos empresários e dos ruralistas. Representavam 17 igrejas distintas, dentre elas 13 pentecostais, demonstrando pluralidade de denominações no universo evangélico, com predominância de quatro partidos políticos: PRB, PSD, PROS e PSC. Com o nível de exposição que obtiveram, alguns de seus mais expressivos representantes se revelaram potentes lideranças políticas no parlamento, como o pastor Marco Feliciano (PSC-SP), ativo na defesa de pautas evangélicas.

Nesse contexto, emergem na sociedade lideranças com um perfil distinto das lideranças evangélicas tradicionais, propagando reflexões teológicas em torno de uma concepção mais flexível sobre a existência de Deus, ainda que antagônica em relação à imagem que se consagrou, pacífico e conciliador. Capitaneada por pastores de personalidade expansiva e agressiva, como Silas Malafaia (da Assembleia de Deus Vitória em Cristo), passaram a defender e incentivar a adoção de práticas discriminatórias contra pessoas que cultivassem opiniões e posicionamentos diversos dos seus, declarando guerra a toda forma de oposição sofrida. Com a participação de personalidades mais contidas, porém, não menos intensas na potência do ataque, diversas outras lideranças evangélicas se aproximariam dessa vertente, como Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus) e Vandemiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus), ambos tratados com especial deferência pelos governos petistas.

O neoconservadorismo se fortaleceu no Brasil como reação às políticas de cunho social e às transformações socioculturais levadas a efeito pelos governos do PT, a partir de 2003, valorizando e ampliando a consolidação de direitos humanos e sociais a pessoas desde sempre excluídas (CUNHA, 2016). E esse cenário parece ter conquistado um espaço cativo na sociedade brasileira, em que o neoconservadorismo evangélico representa apenas uma fração do todo, uma massa variada de posturas conservadoras que se manifesta em grandes parcelas da população, com a defesa de valores e propostas eminentemente reacionárias, como a pena de porte, a criminalização do aborto, a limitação de direitos sociais e a rejeição às pautas dos movimentos sociais. Seriam aliados importantes dos movimentos que se articularam nas *Jornadas de Junho de 2013* e, principalmente, nas ações que resultaram no Golpe de 2016.

No que se refere ao segmento católico, sua influência recente mais efetiva aflorou em 2010, quando da campanha presidencial, em mais um episódio de polarização entre PT e PSDB, reproduzindo embates anteriores. Desincompatibilizando-se do cargo de ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff era a candidata do então presidente Lula, surpreendendo não apenas o meio político, mas também o próprio Partido dos Trabalhadores, onde não era vista como liderança com envergadura para tal. Seu oponente na campanha, José Serra, renunciara ao governo do Estado de São Paulo para concorrer, mantendo a tradição tucana de apresentar candidatos competitivos, desde a sua fundação, em 1988.

Ao longo da campanha, um fato inusitado ganhou dimensão a ponto de pautar a mídia corporativa em seus noticiários e, com isso, se prestar a propagar conteúdos estruturados a partir de inverdades e leviandades, que foi a ampla disseminação de notícias falsas, de uma forma como nunca se tinha visto antes. Dessa forma, reproduzindo a tradição política brasileira e ao mesmo tempo antecipando uma prática que seria quase naturalizada em eleições futuras, o pleito seria caracterizado por enxurradas de notícias pejorativas contra a candidata petista.

Disseminadas à exaustão e subliminarmente destacadas como expressão da verdade, em grande medida decorrente da figura que as pronunciava, as declarações apresentavam forte conteúdo moralista, cunho reacionário e orientação discriminatória, repudiando qualquer manifestação de cunho progressista. Tanto pela origem das declarações contrárias e ofensivas à candidata do governo quanto pela intensidade com que eram proferidas, cumpriram um papel de clara oposição ao governo Lula, à gestão da ministra-candidata, ao Partido dos Trabalhadores e à própria pessoa de Dilma Rousseff.

Nesse contexto, a figura que mais se destacou foi o então bispo de Guarulhos (SP), dom Luiz Gonzaga Bergonzini, que defendia abertamente o voto contra Dilma Rousseff e todos os candidatos petistas (MAYRINK, 2012), com uma pregação baseada em inverdades e raivosa na essência. Vociferando um discurso contrário às supostas posições defendidas por Dilma e pelo PT, sustentava ter adotado uma campanha contra candidatos que defendiam o aborto, situação que, assim como o que chamava de “casamento de homossexuais”, alegava fazer parte do programa do PT.

Titular de uma diocese situada em uma cidade de 1,3 milhão de habitantes à época, Bergonzini emitiu uma circular para os padres sob sua subordinação, cerca de cinquenta



religiosos, por meio da qual determinava que orientassem os fiéis a não votar em candidatos do PT (LEMOS; MOREIRA; 2010). Curiosamente, o prefeito da cidade, Sebastião Almeida, era petista e católico praticante.

Em 17 de outubro de 2010, após denúncia do Partido dos Trabalhadores, a Polícia Federal apreendeu, na gráfica e editora Pana, situada no bairro paulistano do Cambuci (Rua José Bento, nº 360), um grande lote de panfletos cujo conteúdo atacava o PT e a candidata Dilma Rousseff, em uma operação que contou com o apoio da Polícia Militar de São Paulo e que necessitou de um caminhão para o transporte do material apreendido, tamanha a quantidade. Desde o dia anterior, um grupo de militantes do PT realizou uma vigília à porta da gráfica, evitando a retirada do material impresso antes da chegada da polícia, após a formalização da denúncia.

Os panfletos, encomendados pelo bispo Dom Bergonzini (mais de 2 milhões de unidades), segundo afirmação dos proprietários da gráfica, eram assinados por representantes da Regional Sul 1 da CNBB (mais especificamente de seu Conselho Episcopal, o Conser Sul 1), dom Nelson Wesbrupp (presidente do Conser Sul 1 e bispo de Santo André), dom Benedito Beni dos Santos (vice-presidente) e Airton José dos Santos (secretário-geral). Os panfletos apreendidos (JUSBRAZIL, 2010) apresentavam conteúdo idêntico aos panfletos distribuídos à porta da Basílica de Aparecida (SP) e em Contagem (MG), em 12 de outubro de 2010, dia da padroeira do Brasil.

Embora à frente de um privilegiado espaço na hierarquia católica, jamais havia sido reconhecido como liderança ativa no meio religioso, condição para a qual despontou a partir desse episódio, ainda que tenha mobilizado em seu favor as frações mais reacionárias da Igreja Católica, sem grande representatividade. De toda forma, despertou a atenção da mídia para o latente enfrentamento que promoveu contra a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujas posturas sobre o tema, embora publicamente conhecidas, jamais assumiam tom pessoal e tampouco nominavam o objeto de repúdio. As declarações públicas do bispo não apenas expressavam sua opinião pessoal como visavam condenar a postura de quem dela discordasse, ainda que fundamentadas em um conjunto de interpretações enviesadas, suposições aleatórias e distorções simplistas.

Ainda que a entidade representativa do universo católico formalmente se eximisse da participação e da opção por algum candidato ou partido, na prática, frações importantes

dessa instituição já haviam se imiscuído na campanha. A Regional Sul 1 da CNBB, com jurisdição sobre toda a área do Estado de São Paulo, convalidou a pregação do bispo, reproduzindo em seu site o texto, elaborado durante a Assembleia-geral da entidade, realizada em julho, resultando na impressão de cerca de cem milheiros de panfletos para distribuição a seus fieis (BARRA; 2010), conclamando a adesão à campanha. Posteriormente, a CNBB se pronunciaria sobre o episódio, manifestando seu apoio ao bispo ao declarar que o ato foi “dentro da normalidade”, segundo as palavras de seu presidente, dom Geraldo Lyrio Rocha.

Na cronologia das manifestações públicas do bispo Bergonzini contra o que chamou de “desrespeito à vida humana e aos valores da família” (ISER, 2010), em julho houve a publicação do texto “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus e em agosto, Apelo a todos os brasileiros e brasileiras*”, ambos objetos de divulgação no sítio eletrônico da CNBB.

Dessa forma, Bergonzini instrumentalizou politicamente a sua diocese em prol da defesa de suas ideias, não se furtando de ocupar espaços na mídia e expressar sua posição extremamente conservadora e preconceituosa, que se disseminou por várias regiões do país. Nessa senda, lançou um denominado “Movimento pró-vida”, dando voz a um exacerbado proselitismo anti-política, combinado com ações de distribuição de panfletos à porta das igrejas católicas, expressando um “Apelo a todos os brasileiros e brasileiras”, voltado para o combate a candidatos progressistas.

O Partido dos Trabalhadores chegou a temer que essa atuação política pudesse interferir negativamente na disputa, desequilibrando a corrida presidencial, de tal forma que a candidata Dilma Rousseff foi orientada a apresentar uma resposta ao bispo (EXAME, 2010), o que fez por meio de uma entrevista dada à rádio Marano, de Garanhuns (PE), na semana seguinte à realização do primeiro turno.

O episódio ganhou destaque durante a campanha por expor as entranhas da Igreja Católica, mas também pelo surpreendente envolvimento de um de seus mais graduados membros, que, com recursos da diocese, financiou a impressão de mais de dois milhões de panfletos, que foram objeto de apreensão e concessão de liminar pelo TSE, sob a acusação de eventual cometimento de crime eleitoral. Bergonzini, mesmo após ter renunciado à diocese (compelido pelo limite de idade, 75 anos) — aceita pelo papa Bento XVI (MAYRINK, 2012) —, continuou a firme pregação em torno de suas convicções,

chegando, inclusive, a defender em seu blog o afastamento de professores da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ligada à Igreja Católica) que defendessem ideias contrárias à doutrina da igreja, como a descriminalização das drogas, do aborto e o respeito à diversidade sexual.

Registre-se que, no âmbito da própria Igreja Católica e da CNBB Sul 1, uma outra autoridade eclesiástica de mesmo nível se contrapôs ao discurso anti-Dilma e anti-PT de dom Bergonzini, disseminado a partir da diocese de Guarulhos, mas irradiado para muitas outras dioceses e paróquias paulistas. Dom Luiz Demétrio Valentini, bispo da diocese de Jales (SP), declarou textualmente que essas ações colocavam em xeque a credibilidade da CNBB, alegando que a instituição, assim, estaria sendo vinculada a uma frente aberta de oposição à eleição de Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores.

Todos esses fatos, quase esquecidos pela mídia, denotam as disputas intestinas em uma instituição milenar e detalham o quanto algumas frações da direita que pareciam extintas ou inexistentes aproveitaram-se de um clima político que se intensificava em torno de uma extremada polarização para conquistar espaço na esfera pública.

## **2. AS ERUPÇÕES POLÍTICAS DO PERÍODO EFERVESCENTE (2013-2018)**

### **2.1. O caldo de cultura da ebulição política**

Uma das mais destacadas características da sociedade do século XXI é o seu incomparável potencial de comunicação, em razão dos avanços ocorridos em sua dimensão informacional, transcendendo todos os limites de organização e atuação das pessoas (CASTELLS, 2013a), o que reconfigurou os padrões de interação social, antes limitados à concepção territorial, uma vez que todas as formas de atividade de inspiração e percepção gregárias — sejam sociais, econômicas, culturais ou políticas — não mais podem prescindir da internet e das redes sociais como elementos de estruturação e disseminação.

Na conjuntura anterior a essa nova configuração, o monopólio da produção e distribuição da informação era fortemente exercido pelos meios de comunicação tradicionais, marcados pela centralização, personalismo e defesa de classe. Com o advento da internet e seu desdobramento nas redes sociais, tanto a produção de conteúdo

quanto o seu compartilhamento vivenciaram profundas transformações, passando a ocorrer em um inédito ambiente de ampliação de horizontes e de democratização.

A esse fenômeno da comunicação em que todos podem fazer a informação circular, Castells (2013b, p. 50) chamou de autocomunicação de massas, visto que, a um só tempo, tanto permite que o próprio remetente tenha autonomia para gerar sua mensagem quanto pode alcançar uma enorme multiplicidade de receptores. Essa nova condição relegou o agrupamento de mídias que anteriormente monopolizava o processo de comunicação e instrumentalizava a informação a um quase ostracismo, dada a perda de relevância em meio à predominância do ambiente virtual e de seu respectivo repertório de elementos específicos — veículos, mídias, atores, processos, possibilidades.

Posteriormente, esse processo assumiria contornos mais facilmente identificáveis no tocante à forma como, efetivamente, se desenvolve, sem a espontaneidade equivocadamente atribuída e concentrada em dimensões personalistas, capitaneadas pela propensão à apropriação do direito à informação real e verídica e disseminadora das chamadas *fakenews*, induzindo as pessoas e as seduzindo a partir dos algoritmos executados (CESARINO, 2022).

O final da primeira década do século XXI — historicamente idealizado como o período em que a tecnologia haveria de exercer vital importância na vida das pessoas — revelou o surgimento de uma série de mobilizações em escala planetária, denunciando a assimetria das relações de poder e suscitando insurgências populares de grande monta, desafiando a ordem estabelecida e questionando as instituições políticas. Foi como um rastilho de pólvora, a surgir e se disseminar por todos os cantos do mundo.

Esse processo se iniciou na Tunísia, em uma pequena cidade, quando, em 17 de dezembro de 2010, um jovem vendedor ambulante se insurgiu contra a extorsão promovida pelos agentes da fiscalização e, diante de um prédio do governo, adotou uma atitude extremada e se imolou, em protesto contra os frequentes abusos a que era submetido. Contextualizado pelo fato de que, àquela altura, 67% da população urbana do país dispunha de aparelho celular (CASTELLS, 2013b), o episódio rapidamente atingiu patamares inimagináveis de repercussão, valendo-se da enorme quantidade de acessos à internet, o que contribuiu sobremaneira para elevar a tensão social em torno do fato.

Poucos dias depois, no início de janeiro de 2011, diversas manifestações espontâneas se espalharam pelo país, ganhando projeção internacional, e em 14 de

janeiro, em meio ao clima de confronto popular conflagrado, o ditador Ben Ali fugiu para o exterior. Essa seria apenas a primeira de uma série de vitórias a serem conquistadas pelos manifestantes, pioneiros no uso da internet e redes sociais para divulgar ações, arregimentar pessoas, organizar manifestações, em uma proporção e intensidade nunca antes vistas.

No dia 25 daquele mês, as manifestações convergiram para a Praça Tahrir, no Cairo, capital do Egito, diretamente influenciadas pelos acontecimentos ocorridos na Tunísia. O fato de grande repercussão que mais influenciou esse evento foi o espancamento até a morte de um jovem ativista, pela polícia, por divulgar vídeos que denunciavam a violência policial, em junho de 2010. A data de 25 de janeiro foi emblemática: o Dia Nacional da Polícia, no Egito. Não demoraria para que se nominasse esse conjunto de manifestações, inéditas no mundo árabe, como “Primavera árabe”, com suas promessas de um florescer de expectativas e esperanças em novos tempos para esses povos. Não demoraria para que se nominasse esse conjunto de manifestações como “Primavera árabe”.

Esses eventos alcançaram imediata repercussão global e dinamizaram a ampliação dos horizontes de insurgência popular contra governos autoritários pelo mundo afora, como um rastilho de pólvora que se espalhou disseminando as ideias de liberdade, justiça e respeito para com o cidadão. E o vetor estratégico de todo esse processo foi a possibilidade efetiva de interação entre movimentos e pessoas que a internet e as redes sociais permitiram (CASTELLS, 2013b) por meio da rede mundial de computadores, com o Facebook e o Twitter despontando como ferramentas mais utilizadas para divulgar ações, mobilizar pessoas e difundir toda a ebulição daqueles dias.

Na esteira dos acontecimentos decorrentes da *Primavera Árabe* — mobilizações em massa, potencialização do ativismo, abalos estruturais nos regimes políticos e derrubada de ditadores que se perpetuavam no poder há décadas —, uma sequência de outras manifestações ganhava corpo para além do mundo árabe, inserindo o Ocidente nesse vendaval que varreu o início de 2011.

Em Nova York, em 17 de setembro de 2011, o Movimento *Occupy Wall Street*, aglutinou centenas de pessoas no Parque Zuccotti, na ilha de Manhattan, em pleno “coração financeiro do mundo”, essencialmente questionava por que o 1% mais rico do mundo tomava as decisões que afetavam os outros 99% da população (GOHN, 2014), em

uma vigília que durou dois meses e se organizou, a partir de voluntários, para prover o acampamento de uma estrutura mínima, dotada de alimentos (fruto de doações), atendimento de saúde, banheiros químicos, comitês de mídia e publicidade. Despertou a simpatia de personalidades com elevada visibilidade pública, como o cineasta Michael Moore, o *rapper* Kanye West, a escritora Naomi Klein e o filósofo Slavoj Žižek. Em novembro, a polícia desalojou os manifestantes do local.

Em maio, a capital espanhola, Madri, sediava a mais expressiva manifestação da Europa, com as bandeiras da defesa da democracia participativa, o questionamento do sistema político e a rejeição aos partidos tradicionais. Na sequência, o movimento seguiria sua jornada por mais países da Europa, passando por Atenas (Grécia), Frankfurt (Alemanha), Roma e Milão (Itália), Londres (Inglaterra) e Paris (França), dentre muitas outras e se expandindo para além do continente, chegando a Istambul (Turquia). Hong-Kong, Taipé (Taiwan), Tóquio (Japão) e Sydney (Austrália).

Em 5 de outubro, com o apelo do slogan “Unidos pela mudança global”, os diversos movimentos da bandeira Occupy se estruturaram em uma rede global, em uma mobilização que chegou a 82 países e alcançou 951 cidades, exibindo suas características mais ressaltadas: rejeição aos partidos políticos, desprezo pela mídia tradicional e negação de toda forma de poder formal — sua estrutura interna de poder, a propósito, era completamente horizontal, o que se constituía em elemento inovador. Tudo isso embalado por reivindicações por justiça social e democracia participativa. Em território norte-americano, espelhou-se por 147 cidades, em 45 estados (GOHN, 2014), dentre elas a capital, Washington, Los Angeles, Oakland, São Francisco, Boston e Chicago.

Foi a partir dessa conjuntura global de contestação — pautado pelos antecedentes históricos recentes e em meio ao tenso clima de forte rejeição do poder estabelecido, das instituições de Estado, dos sistemas de poder e governo — e diante da real possibilidade de exercício de protagonismo por uma juventude ignorada pelo neoliberalismo econômico há décadas, que o horizonte das *Jornadas de 2013* parecem ter se inspirado, pelo menos inicialmente, quando as manifestações gravitavam apenas em torno da contestação do aumento das passagens de ônibus e da verticalidade das decisões políticas.

## 2.2. As Jornadas de Junho de 2013

Para além da reconfiguração do cenário institucional da política em diversas localidades do planeta, há que se considerar, também, o enorme peso e influência que as variadas manifestações de rua, pelo mundo afora, podem ter colaborado para a exacerbação de significativas parcelas da população para com a classe política em geral, mas com os governos em particular.

Também não se pode ignorar, sobretudo, a elevada probabilidade de a massificação e overdose de informações, por si só, terem exercido forte influência sobre os menos politizados e cumprido o papel de rastilho de pólvora para a deflagração dos eventos. Dado que o brasileiro médio tradicional tem demonstrado baixíssimo grau de instrução, falta-lhe elementos (dados, habilidades e conhecimento) para exercer o tirocínio humanamente necessário. Nessa toada, não soaria absurda a ideia de que as manifestações daqui tentaram, firmemente, emular manifestações tão parecidas quanto aquelas, pautadas no combate às desigualdades e defesa dos mais necessitados. No Brasil, os eventos de rua deram incontáveis demonstrações de proximidade com discursos obsoletos e defensores do *status quo* social vigente, funcionando, ao fim e ao cabo, como instrumento de visibilização para organizações profascistas.

A despeito dessa condição, a intensa movimentação ocorrida no exterior — cuja ampla cobertura jornalística e com forte apelo para a participação da juventude — certamente exerceu relevante influência na idealização e mobilização dos brasileiros que aderiram às manifestações.

Em um exercício de regressão temporal com propósito de resgatar a relação de causalidade entre as *Jornadas de Junho de 2013* e o Movimento Brasil Livre (MBL), a tentação é associá-lo automaticamente às manifestações que despontaram e escalaram em São Paulo, no próprio mês de junho de 2013. Essa formulação não está propriamente errada, contudo, se isso efetivamente ocorreu, não se pode estabelecer nenhuma relação determinista sobre o fato, como se “os eventos de São Paulo”, e somente eles, fossem a mola propulsora para o surgimento da organização, dentre tantas que aquela passagem histórica gestou e trouxe à luz.

Um elemento histórico de subsídio para a compreensão da eclosão do movimento e sua célere expansão pode ser inferido pela percepção de uma profunda insatisfação com o projeto de desenvolvimento em curso no Brasil há quase vinte anos, iniciado por

Fernando Henrique Cardoso e pouco alterado em sua essência por Lula e Dilma Rousseff, centrado no fortalecimento do capitalismo financeiro e globalizado (ANTUNES, 2013), gerando significativa massa de excluídos do processo, apesar dos enormes avanços por combater as desigualdades promovidos pelos governos petistas.

Analisando-se os principais atores do processo, bem como a origem de algumas motivações, somos direcionados para a capital gaúcha, Porto Alegre (RS), cidade em que, em meio ao Fórum Social Mundial de 2005, o Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado, definindo como bandeira de luta a adoção da tarifa zero no transporte público (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO; 2016). Também em Porto Alegre ocorre, anualmente, o Fórum da Liberdade, o principal evento da direita neoliberal do país, de onde, ao longo dos anos, surgiram inúmeras organizações de defesa do livre mercado e do neoliberalismo como um todo — e em desdobramento de uma delas, Estudantes Pela Liberdade (EPL), surgiria, posteriormente, o Movimento Brasil Livre (MBL).

Dessa forma, vale ressaltar, pela importância do registro histórico que corresponde à realidade, que as manifestações ocorridas em São Paulo e que primeiramente despertou o interesse da mídia nacional, não foram as pioneiras na defesa do tema da tarifa de ônibus, cedendo esse título para Porto Alegre, em mais um elemento que nos remete à capital gaúcha. Praticamente sem repercussão na grande mídia do país, as manifestações de Porto Alegre foram organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público<sup>13</sup> que se reuniram em 8 de janeiro e fizeram seu primeiro ato público no dia 21 daquele mês, portanto, praticamente cinco meses antes de eclodirem as manifestações na capital paulista.

Tão logo tomou posse<sup>14</sup>, o prefeito José Fortunati (PDT) anunciou um expressivo reajuste do preço da passagem de ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 3,30 (10%, portanto), antecipando algo que estava previsto ocorrer apenas em março (HAUBRICH, 2018), o que gerou enorme insatisfação na população. Era o pretexto para a ocupação das ruas pelos ativistas do transporte público, dando vazão a um sentimento que se disseminava pelo país e que já identificava a realização de atos, movidos pela insatisfação, em algumas cidades do Brasil (Florianópolis, Recife, ...).

---

<sup>13</sup> O Bloco de Lutas pelo Transporte Público foi criado em 2012, como um coletivo que congrega ativistas participantes de diversos setores da luta popular e que convergem para a defesa do transporte público.

<sup>14</sup> Na verdade, José Fortunati já ocupava o cargo de prefeito, desde a renúncia de José Fogaça, em 30 de março de 2020, para concorrer ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, pois, era o vice-prefeito. No entanto, a posse ocorrida em 1º de janeiro de 2013 decorria de sua eleição, em outubro de 2012.



Assim, em 21 de janeiro, de forma tímida, o movimento foi às ruas e obteve aprovação popular, o que estimulou a realização de um segundo ato, em 29 de janeiro, sofrendo uma pausa nos dias que antecederam o carnaval daquele ano. Retomando as ruas em 18 de fevereiro, o terceiro ato se mostrou mais vigoroso, duplicando de tamanho e conseguindo ampla adesão popular, atraindo, inclusive, vários movimentos sociais para a luta pelo não reajuste da passagem de ônibus. A pressão exercida sobre o Poder Público atingiu tamanha dimensão que, no dia seguinte, o prefeito anunciaria a suspensão do reajuste, o que, dado o histórico de não cumprir acordos, não desmobilizou o movimento, que realizaria um outro ato, em 6 de março, no entanto, já se notava desavenças na organização e nas discussões internas, o que enfraqueceu a dinâmica dos eventos (DE NEGRI; OLIVEIRA, 2019) e, mesmo que pequenos atos ainda fossem realizados, não mais expressaram nem o vigor nem a determinação do início.

A Prefeitura, então, ainda que contrariando o compromisso anteriormente assumido, voltou a confirmar o aumento, embora em um patamar inferior, para R\$ 3,05, a partir de 25 de abril, estimulando a convocação de um novo ato, para 27 de março, ocasião em que, acirrados os ânimos, o ato foi marcado pela violência policial, que efetuou prisões e agrediu vigorosamente os manifestantes, após a agressão sofrida pelo secretário municipal de Governança (César Bussato). Tanto a agressão promovida pelos manifestantes quanto a reação da Polícia Militar acabaram por cindir a mídia, entre os que repudiavam o movimento (a mídia tradicional, empresarial, os grandes veículos) e os que a ele eram simpáticos (os pequenos, alternativos). Nos meses de abril e maio, o movimento se enfraqueceu e cessaram os atos, com a cidade, a contragosto, assimilando o aumento do transporte público.

O ano de 2013, por todo o seu rol de acontecimentos, ficou gravado para sempre como uma referência política para a história do Brasil. Subitamente revelando seu potencial explosivo, surpreendeu a sociedade brasileira pela força das manifestações públicas de insatisfação com a institucionalidade, mais claramente identificada na figura difusa da política em geral, dos partidos políticos, dos políticos propriamente e mais especificamente do governo, entendido como a própria imagem do desprezo para com o povo e suas reivindicações.

O início efetivo das manifestações, com o potencial e a amplitude que revelariam, é reconhecido como tendo ocorrido em São Paulo, com as primeiras movimentações do

MPL referentes ao anunciado reajuste da tarifa do transporte público coletivo municipal pela Prefeitura, por meio de atos inicialmente esvaziados e sem repercussão, mas que rapidamente cresceram em dimensão e relevância, ganhando a cidade, invadindo a mídia e se constituindo como contraponto ao Poder Público que hesitava em dialogar sobre o assunto e suspender o aumento previsto.

O que se iniciou como uma tímida (GOHN, 2014) e até mesmo simpática manifestação de um agrupamento majoritariamente constituído por jovens, em São Paulo, reivindicando a suspensão do reajuste da passagem de ônibus, em um movimento que foi gradativamente se ampliando, agregando novos atores, ganhando espaço na mídia, deslocando a natureza de sua pauta e assumindo contornos diversos da origem. O Executivo municipal, na figura do prefeito Fernando Haddad, do PT, revelou despreparo para lidar com a situação adversa que abruptamente emergiu<sup>15</sup>, parecendo desprezar o potencial de crescimento do movimento, o que se revelaria altamente prejudicial, não apenas para o município, mas para o país, ao final de tudo.

Expressando uma postura que oscilava entre a ignorância decorrente da inexperiência gerencial de uma instituição do porte do município de São Paulo e a arrogância que se desenvolve como deslumbramento pela recém ocupação de cargo públicos de elevada relevância, Haddad não percebeu a dimensão dos acontecimentos nem o potencial destrutivo que a eles se vinculava, mostrando-se refratário a um diálogo mais próximo e intenso. Dessa forma, alimentou a ira e a motivação dos manifestantes.

As numerosas manifestações que tomaram as ruas em junho de 2013, a partir da cidade de São Paulo, apresentaram características até então inéditas na dinâmica dos movimentos sociais, incorporando algumas delas ao repertório de eventos similares, desde então.

Horizontalizada, a organização promotora dos eventos não apresentava lideranças que exercessem ascendência sobre os participantes ou que detivesse poder decisório sobre as ações a serem desenvolvidas. Essa nova característica constitutiva da dinâmica dos

---

<sup>15</sup> Na condição de membro do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, o autor participou de algumas reuniões de caráter emergencial, em que se discutira possíveis posturas e ações a serem desenvolvidas para arrefecer os ânimos dos manifestantes, com as resoluções resultantes devendo ser sugeridas ao prefeito Haddad, integrante do partido, como subsídio para as decisões a serem tomadas naqueles dias de tensão. Contudo,

movimentos seria identificada já no início dos eventos, despertando o interesse da mídia e dos estudiosos do tema das manifestações sociais.

Fundado em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), o Movimento Passe Livre (MPL) foi o artífice das primeiras manifestações (JUDENSNAIDER, LIMA, ORTELLADO, POMAR, 2013), arregimentando estudantes secundaristas e jovens universitários para esses eventos, caracterizando-os, portanto, em uma pauta desenvolvida no interesse direto dos jovens e estudantes, em conformidade com suas bandeiras — a suspensão imediata do aumento das passagens de ônibus e a discussão em torno da implementação do passe-livre no transporte público.

Articulado por um movimento de orientação de esquerda, o Movimento Passe Livre (MPL), inicialmente era majoritariamente composto por estudantes, secundaristas e universitários das áreas de Ciências Sociais, e visava a combater o reajuste da tarifa do transporte público municipal (a tarifa de ônibus), anunciado pela Prefeitura de São Paulo, à época comandada por Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao anunciar, em 2 de junho de 2013, um reajuste de R\$ 0,20 na tarifa de ônibus do município de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad (PT) despertou a ira da população paulistana, especialmente dos jovens estudantes que, como bandeira histórica, defendiam a gratuidade do transporte público e imaginavam poder manter um diálogo mais efetivo com a Prefeitura, buscando obter aprovação de sua pauta principal.

Já para o dia seguinte, 3 de junho, o MPL convocaria um protesto que contou com cerca de 200 pessoas, em sua maioria alunos da Escola Estadual Ermano Marchetti, na periferia noroeste da capital. Limitado à interrupção do trânsito em ruas do entorno da escola, bem como da ocupação do Terminal Pirituba da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), terminou com a queima de uma catraca<sup>16</sup> e teve inexpressiva repercussão. Contudo, o ato serviu para alinhar o discurso contrário ao reajuste, organizar as ações e arregimentar ativistas defensores do transporte público, recrutados no meio estudantil secundarista e universitário. Também construíram um calendário de realização de atos de protesto, com eventos nos dias 6, 7 e 11 daquele mês, tendo os dois primeiros ocorrido sem registro de problemas e o público aumentando a cada novo ato.

---

<sup>16</sup> A queima da catraca, muito mais do que um ato de vandalismo, teve um caráter altamente simbólico, uma vez que, desde a sua criação, o MPL entende a catraca não apenas como um símbolo do transporte coletivo, mas principalmente como o arquétipo da desigualdade, seja ela qual for, de renda, raça, gênero, etc. Nessa perspectiva, adotou o lema “Por uma vida sem catracas”.

O primeiro desses atos (ESPÍRITO SANTO, DINIZ, RIBEIRO, 2016), realizado no dia 6 de junho, já demonstrava a capacidade de organização do movimento: atraindo cerca de 2.000 pessoas, em pleno horário de *rush* fecharam as avenidas Nove de Julho, Vinte e Três de Maio e Paulista, três das mais importantes da cidade, causando enorme impacto no trânsito das regiões e exibindo uma demonstração eloquente de força e capacidade de mobilização. Diante da investida da PM, inclusive com bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, os manifestantes resistiram improvisando barricadas com sacos de lixo incendiados. O saldo (PIRES, 2013) apresentou 50 feridos e 15 presos e, apesar da repercussão que gerou, não alterou as decisões tomadas tanto pelo prefeito quanto pelo governador, que alegaram a impossibilidade de atendimento da pauta do MPL.

O segundo ato, em 7 de junho, conseguiu aglutinar cerca de 5 mil manifestantes (PIRES, 2013), concentrados na Marginal Pinheiros, via estratégica para o fluxo de veículos em São Paulo. Bloqueada no sentido da Rodovia Castelo Branco por cerca de trinta minutos, gerou o caos na cidade, especialmente em razão do horário em que se deu a interrupção do tráfego, entre 19h15 e 19h45. A PM voltou a se utilizar de violência para desmobilizar os manifestantes e desobstruir a via, recorrendo a um arsenal variado de recursos, como bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, *spray* de pimenta e balas de borracha. Nesse ato, surgiu um coletivo de ativistas até então ignorados no Brasil: os *Black Blocs*. Célebres no exterior, tanto pela coragem e audácia quanto pelo uso da “violência revolucionária” na defesa de seus ideais contrários ao capitalismo, atuaram de forma articulada com o MPL e asseguraram relativa proteção aos manifestantes, embora deixando um rastro de ações que logo seriam classificadas pela polícia como vandalismo. A partir desse momento, a grande mídia passaria a classifica-los como um grupo de arruaceiros e condenaria o movimento como um todo.

Em 11 de junho ocorreria o terceiro ato dessa série, contando com aproximadamente 12 mil pessoas, na Praça da Sé, o ponto inicial da manifestação, que, em um caráter não estático, seguiria pelas ruas da cidade, passaria pelo centro e retornaria ao mesmo lugar. A Polícia Militar, que até então se limitava a acompanhar os manifestantes, com casos esporádicos de violência, passou a agir de forma extremamente violenta e desproporcional, com uma brutalidade excessiva e desnecessária, lançando

mão de gás lacrimogênio, *spray* de pimenta, ofendendo e intimidando os presentes, realizando prisões, agredindo manifestantes.

Após esse ato, a grande mídia, que até então pouca importância dedicava às manifestações (DE NEGRI, OLIVEIRA, 2019), passou a expressar sua opinião sobre o que ocorria na cidade e deixava explícito a sua posição de classe, condenando veementemente o movimento e seus seguidores, criminalizando seus atos e exigindo que a Polícia Militar interviesse de forma mais enérgica e resolutiva. Nenhuma palavra de repúdio à ação da PM contra pessoas desarmadas que, em uma manifestação pacífica, reivindicavam um direito.

A campanha atingiu tal patamar de incompreensão e repulsa a atos democráticos que dois dos maiores veículos de imprensa do país, os jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo defenderam abertamente uma ação mais enérgica da PM, sintetizando isso nos editoriais de seus periódicos, entre os dias 12 e 13 de junho: “Chegou a hora do basta!”, no Estadão, e “Retomar a Paulista”, na Folha. Taxativos na condenação das manifestações e de seus participantes, ressaltavam os atos de suposta violência que ocorriam, classificavam os participantes como baderneiros e sequer abordavam a questão do aumento da passagem, tampouco a exagerada violência policial. Ou seja, estampavam em suas páginas a mesma opinião que sempre se fez presente na boca da elite dominante, a de que a única forma de se precaver e defender contra aqueles que, de classes inferiores, reivindicava algo, seria com o uso da violência pelas forças de segurança.

Essa postura duraria até a noite do dia 13 de junho, quando, em mais um ato de protesto, e agregando um público de mais de 20 mil pessoas (MELO e VAZ, 2018), uma jornalista da Folha de S. Paulo (Giuliana Vallone) foi atingida no olho direito por um tiro de bala de borracha (TERRA, 2013), disparado pela PM. O saldo da violência policial, de diferentes formas, que agora também atingia a imprensa que cobria os atos, contabilizava agressões a mais seis jornalistas da Folha, três do portal Terra, um do jornal Metro e um da revista Carta Capital, não se possuindo registros mais seguros sobre a quantidade de jornalistas feridos naquele ato<sup>17</sup>. Essas ocorrências foram determinantes para uma rápida mudança de postura da grande mídia — a mídia alternativa não apenas apoiava o movimento como registrava os atos de violência policial por meio de vídeo,

---

<sup>17</sup> Segundo um levantamento divulgado em 2014, pela ONG internacional de defesa dos Direitos Humanos Article 19, em todo o país, nas manifestações de 2013, 837 pessoas foram feridas, sendo 117 jornalistas.

como trunfo contra as forças de segurança pública —, que a partir daquele momento passaria a condenar a ação policial e esboçar certa simpatia pelo movimento, embora não expressasse ter aderido ao grupo dos que aproveitavam a ocasião para vociferar contra o prefeito Haddad e contra a presidenta Dilma Rousseff. Ou seja, a súbita mudança de postura dos veículos de comunicação sinalizava ser motivada muito mais por interesses políticos e econômicos do que humanitários e jornalísticos, e para isso a agressão aos jornalistas fora providencial.

Mais um ato foi realizado no dia 17 de junho, agora com novo formato, novas abordagens e com participantes de perfil muito diferente daquele que se identificava no início. Com estimativa de participação de quase um milhão de pessoas, as pautas haviam se expandido e se distanciado muito da simples suspensão do aumento das passagens. À essa altura, o MPL sequer era identificado em meio ao ato, iniciando um processo de auto afastamento ao se deparar com a infiltração de seguidores de diversos matizes da direita. Não por acaso, a cobertura da grande mídia agora era amplamente favorável ao movimento e às reivindicações, fossem elas quais fossem, tinham a aprovação dos órgãos de imprensa. Novos atores surgiam no movimento, então, majoritariamente conservador e cuja pauta já se revelava eminentemente voltada para a criminalização da política, a defesa do combate à corrupção e os ataques diretos ao prefeito Haddad e à presidenta Dilma, mal conseguindo ocultar a orientação de combate incessante ao Partido dos Trabalhadores, ao qual ambos eram filiados.

Todos esses episódios, ocorridos em apenas duas semanas, reverberaram intensamente na percepção tanto da Prefeitura de São Paulo quanto do Governo do Estado (DE NEGRI, OLIVEIRA, 2019), de tal forma que dois dias após, em 19 de junho, Fernando Haddad — claramente atordoado e acuado — e Geraldo Alckmin anunciaram, em uma entrevista coletiva, a revogação do aumento da passagem. Exultante, o movimento convocou um novo ato para o dia seguinte, para comemorar a conquista — mas também para expandir a pauta, incluindo agora a garantia de outros direitos, como saúde, educação e combate à corrupção, dentre outros, itens fortemente influenciados pela mídia que, à essa altura, já pautava as manifestações, amplamente desvirtuadas em seu propósito original. Nos dias 21 e 23 de junho, outros atos ocorreriam, numa clara tentativa de não permitir que o movimento “esfriasse”.

Neófito em mandatos eletivos, Haddad — que fora ministro da Educação por quase sete anos, nos governos Lula e Dilma — ocupava o cargo de prefeito da capital paulista há exíguos cinco meses e, mesmo em seu partido, era criticado pela postura nitidamente distanciada que assumia, o que transmitia uma imagem de enfado em dialogar com os diferentes atores sociais da cidade. Ainda que não correspondesse à realidade, pois talvez expressasse apenas um traço de sua personalidade, isso foi identificado pelos manifestantes e interpretado como uma recusa ao reconhecimento da legitimidade da reivindicação e conseqüentemente ao próprio diálogo.

A comprovação da inabilidade no trato da questão deu-se quando, diante da incessante pressão e do desgaste da imagem na mídia, houve o anúncio da primeira medida efetiva para tentar conter as manifestações, após várias manifestações intensas e ruidosas, e ainda assim muito aquém do que se esperava: o prefeito Haddad anunciou, somente em 14 de junho, que convidaria o MPL para participar da reunião extraordinária do Conselho da Cidade, ocasião em que o movimento poderia tomar conhecimento da composição do valor da tarifa e encaminhar suas sugestões. A ação extemporânea era absurdamente inócua, dada a dimensão que o tema já assumira.

Dada a escalada do movimento e das tensões, o Poder Público municipal hesitou na tomada de decisão para conter as manifestações e apenas no dia 19 de junho, o prefeito Fernando Haddad e o Governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram, conjuntamente, a suspensão do reajuste — a capital, do reajuste da tarifa do transporte municipal coletivo de ônibus e o Estado, dos vários modais que operava (ônibus intermunicipais, metrô e trem metropolitano). Já não mais havia tempo nem condições de refrear a evolução do clima de revolta e protesto incontroláveis<sup>18</sup>.

A essa altura, estimulado pela apatia do governo municipal nas tratativas e insuflado pela postura de parcialidade da mídia, o movimento começava a sair do controle

---

<sup>18</sup> O autor participou de tratativas emergenciais conjuntas entre os diretórios estadual e municipal do PT em São Paulo, com o propósito de agendar uma reunião com o prefeito Haddad, filiado ao partido, para, na manhã do dia 19 de junho de 2013, solicitar a ele que adiasse o reajuste das passagens de ônibus, uma vez que já se vislumbrava um agravamento das manifestações. Como já havia feito em outras ocasiões, o prefeito recusou o encontro uma vez mais e elevou o patamar de desgaste da relação com diversas lideranças partidárias que tentavam colaborar para a superação daquele caos. No entanto, ao final da tarde daquele mesmo dia em que foi refratário à participação do PT no processo de diálogo e construção de alternativas, o prefeito e o governador concederam, súbita e conjuntamente, uma entrevista em que anunciavam a suspensão do reajuste — justamente a sugestão proposta pelo partido. Como resultado dessa postura hostil do prefeito, importantes segmentos de ambos os diretórios passaram a retribuir o comportamento altamente arrogante do prefeito Haddad.

de qualquer liderança ou organização e assumir contornos mais amplos, com pautas mais extensas e mais claramente dedicadas ao embate político com o prefeito e com seu partido, o Partido dos Trabalhadores, que também comandava o Governo Federal.

Assim, diante da hesitação e da clara inabilidade do Poder Público municipal em lidar com a questão e construir pontes para a convergência de uma solução negociada, e do “aspecto aberto” do movimento — de estrutura horizontalizada, sem lideranças públicas, bem como refratário a composições com o Estado —, as tensões que permeavam aquelas jornadas evoluíram para uma cada vez maior animosidade entre manifestantes e gestão municipal, muito pela mudança do perfil dos participantes, que a essa altura já contava em suas fileiras com elementos estranhos ao movimento estudantil jovem, além da expansão desordenada da pauta de reivindicações.

O comportamento da mídia também havia mudado significativamente, alternando entre uma discordância motivada pelos métodos empregados pelos manifestantes — paralisando o trânsito e interrompendo o fluxo das pessoas em pleno horário de rush, o que causaria transtornos para o conjunto da sociedade — e um quase irrestrito súbito apoio, de raízes vagas e difusas, ocultando uma subliminar campanha de oposição ao governo de Fernando Haddad. Os ânimos se exaltavam a cada dia, a cada manifestação, tornando a possibilidade de construção de uma convergência e de uma solução cada vez mais distantes.

O ponto máximo da ebulição foi atingido após a intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo nos eventos, uma vez que, declarando-se responsável pela garantia da lei e da ordem na sociedade, reproduziu, à exaustão, o seu *modus operandi* típico para o enfrentamento de manifestações populares: exacerbou na violência, reprimiu manifestações pacíficas, de modo a lançar mão da sua já célebre ação violenta contra estudantes.

Com a repercussão que esse fato alcançou na grande mídia, frações da opinião pública que até aquele momento praticamente ignoravam o movimento e sua pauta, passaram a manifestar elevada simpatia pelas manifestações, em um misto de solidariedade para com os estudantes e repúdio à ação policial. O incômodo diário no trânsito da capital paulista — possivelmente, a única percepção que as manifestações despertaram em grandes contingentes do cidadão paulistano médio, a qual rechaçava —



agora já se transmutara em conflito aberto, em enfrentamentos diários entre manifestantes e policiais.

Esse foi o elemento deflagrador para a rápida adesão de outros atores ao movimento, ampliando o perfil dos manifestantes e atraindo expressivo número de simpatizantes pela causa, majoritariamente jovens, muitas vezes distanciados da militância acadêmica e social. À essa altura, o MPL já não mais tinha o protagonismo do movimento e tampouco a pauta ainda se restringia ao cancelamento da tarifa de ônibus ou à reivindicação pelo passe livre dos estudantes.

Subitamente, milhares de pessoas, de diferentes estratos sociais e com difusas motivações, participavam dos eventos diários, cada vez mais intensos e numerosos, além de já se espalharem por diferentes localidades do estado de São Paulo e do país. Nesse contexto, o MPL, artífice das manifestações iniciais, já declarara sua contrariedade com os rumos do movimento e abandonava as manifestações, denunciando a infiltração de hordas de pessoas alheias aos propósitos originais.

Agora sem nenhum vestígio de orientação progressista ou de esquerda, o comando do movimento estava nas mãos de ativistas de direita que, emergindo das profundezas do anonimato cotidiano, descaracterizaram as manifestações, tornaram-nas essencialmente violentas e passaram a divulgar pautas tão vastas, desconexas e confusas que muitas vezes se resumiam quase que apenas a posicionamentos genéricos “*contra o sistema*”.

Sob o falso argumento do *enfrentamento ao sistema*, os alvos mais imediatos passaram a ser os governos do Partido dos Trabalhadores, notadamente na cidade de São Paulo e no Governo Federal, também representado pelo PT, na figura da então presidenta Dilma Rousseff, expressando, portanto, às claras, a orientação conservadora e mais à direita nas ações empreendidas pelos novos manifestantes que se agregaram ao movimento naquele ano, o qual antecedia, aliás, o ano eleitoral de 2014, em que seriam eleitos governadores, presidente da República, deputados e senadores.

Assim, ao sequestrar o movimento, as forças de direita impingiram a ele uma nova orientação, refratária às concepções democráticas e progressistas, passando a disseminar pautas reacionárias que, em breve, resgatariam a tríade de bandeiras tradicionais do conservadorismo pré-golpe de 64: o combate à corrupção, o enfrentamento da ameaça comunista e a defesa da família por seus valores tradicionais. Importante notar, naquele

contexto, o avanço de movimentos conservadores em oposição ao ideário de um inimigo público, qual seja, o governo do PT (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Foi nesse caldo de cultura que alguns movimentos reacionários começaram a se destacar e ganhar espaço na mídia, como o Vem Pra Rua, o Revoltados on-line e o Movimento Brasil Livre (MBL), que ampliariam as suas ações, com as manifestações sendo retomadas em oposição à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e no posicionamento em relação às eleições daquele mesmo ano.

### **2.3. A batalha das eleições de 2014**

Findas as chamadas *Jornadas de Junho de 2013* os ânimos se arrefeceram, mas, de forma nenhuma o país viu-se pacificado. O ano de 2014 prometia ser rico em possibilidades de que o ambiente político uma vez mais se inflamasse, dada a realização de dois eventos de grande repercussão e que, certamente, ocupariam amplos espaços na mídia tradicional: a Copa do Mundo de Futebol e as eleições nacionais, notadamente a sucessão presidencial.

Em março, tinha início uma força-tarefa do Ministério Público Federal em conjunto com a Polícia Federal e sob a égide da 13ª Vara Federal de Curitiba, cujo titular era o juiz Sérgio Moro. Dedicada a investigar um suposto esquema de lavagem e desvio de dinheiro da Petrobrás, envolvendo políticos e grandes empreiteiras (BBC NEWS BRASIL, 2016). Ainda em março, eram realizadas as primeiras prisões, do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa. Os posteriores desdobramentos, pelos anos seguintes, resultariam em um ambiente de verdadeiro terror instalado nos meios jurídicos, circulando rumores, inclusive, de que haveria até mesmo chantagem para se obter delações e depoimentos, efetuadas pelos próprios procuradores da República que a compunham.

Denominada “Operação Lava Jato”, foi sempre marcada pela suspeita quanto aos métodos utilizados e as conclusões elaboradas. Contudo, sua imagem — que, inicialmente era bem vista por distintos segmentos da sociedade, de diferentes frações do espectro político — foi rapidamente denodada, por conta da sucessão de indícios de que operava como uma instituição acima da lei ou mesmo fora dela, executando “sua própria lei”, tamanha a enormidade de casos concretos em que essa percepção era possível e, mais que isso, era explicitamente identificável a parcialidade das decisões e encaminhamentos

(FAUSTO, 2017), comprometidas com um projeto político (que futuramente se confirmou), de tal forma que políticos do PSDB eram sistematicamente excluídos de eventuais investigações. O foco prioritário, não restou dúvida, era o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças.

Ao longo do tempo, dezenas de delações foram obtidas (na versão “delação premiada”, como se classificou a prática de amenizar a pena em troca de declarações que colaborassem com as investigações) e muitos foram os políticos e empresários presos. E os integrantes da Operação (agentes, delegados, procuradores e juiz) logo foram alçados à condição de celebridades, sendo aplaudidos em espaços públicos e objeto de incontáveis homenagens, construindo-se toda uma narrativa de mitificação, sob o argumento de que representariam “a salvação do país contra os males da corrupção”.

Alvo direto de significativa parcela dos protestos ocorridos no ano anterior — muito mais pelo fato de personificar diretamente o poder constituído, uma vez que era a titular da Presidência da República, do que por qualquer outra razão — Dilma Rousseff passou a ser o alvo preferencial da nova onda de protestos que, qual brasa adormecida que reacende, se dedicava a despertar um sentimento de raiva e revolta da população para com o governo federal.

A seu favor, o fato de que sua reputação era imaculada, nem sequer insinuações a respeito de seu comportamento como gestora pública havia. Contra si, um rol de situações que não apenas sinalizavam o cometimento de injustiças, mas também de preconceito de gênero e ideológico, assim como de cálculo político. Eram muitas as motivações dos que aderiram a essas manifestações: a canalização de toda a insatisfação com o seu governo, a rejeição ao Partido dos Trabalhadores, a oportunidade de alavancar projetos políticos sem visibilidade, o desejo de enfraquecê-la politicamente na relação com o Congresso Nacional, a estratégia de “desidratá-la” politicamente para que chegasse à eleição com baixos índices de popularidade e, por fim, um exacerbado nível de misoginia no trato da questão (ou seja, um conjunto de situações adversas decorrentes da sua condição de gênero, pelo simples fato de ela ser mulher).

A pauta das manifestações, a essa altura, era praticamente monopolizada pela criminalização da política e pelo tema da corrupção (MIGUEL, 2019), historicamente identificada com discursos conservadores, próprios da classe média — há muito insatisfeita com a condução do Governo Dilma —, insanamente associada a delírios

vinculados a questões morais e religiosas, como a liberação do aborto, a repressão à fé, a implantação do comunismo e a desestruturação da família. Embora se revelassem clichês antigos e comprovadamente infundados, narrativas alusivas a essas questões passaram a ser disseminadas cada vez mais e a ganhar força no senso comum coletivo. Com essa prática, começava a se popularizar o termo *fakenews*.

Com a aproximação da Copa do Mundo do Brasil, os ânimos foram se acirrando, com protestos em diversos pontos do país, principalmente nas cidades-sede da Copa, que sediaram obras em seus estádios, tidas como desnecessárias, faraônicas, superfaturadas e polo seguro de corrupção. Escudando-se no slogan “*Não vai ter Copa!*”, a insatisfação foi se disseminando e se espalhava por eventos não diretamente associados à política institucional, como à entrada de estádios outros de futebol, dando visibilidade à campanha, mas, ao mesmo tempo, dividindo a opinião da população sobre o tema. Considerando o fato de que o brasileiro médio é apaixonado por futebol, criticar a realização de uma Copa do Mundo em território nacional (sessenta e quatro anos após a Copa de 1950), nem sempre significava uma boa estratégia de apelo ao engajamento da população contra o evento e contra a corrupção decorrente.

Mas, nos círculos mais bem informados e, portanto, mais politizados, o barulho surtiu efeito e a mídia reverberava à exaustão cada ato realizado, construindo a impressão de que “dominava o país”, quando, na verdade, era restrito a pequenos grupos de orientação radical. Mas, considerando que o imaginário popular é simpático ao adesismo de combate ao poder estabelecido, essa foi a tônica dos protestos. Como a imagem automaticamente associada ao poder naquele momento remetia ao Governo Federal, ao Partido dos Trabalhadores e à presidenta Dilma Rousseff, foi em direção a ela que os protestos foram direcionados.

A guinada à direita expressa nas eleições de 2014, especialmente no que se refere à eleição presidencial e identificada nos episódios de intolerância e baixaria política, revelaria uma abrangência bem maior do que se imaginou em um primeiro momento e ditaria a tônica do ambiente político nos anos seguintes, como que antecipando a consolidação de um padrão a ser tornado paradigmático no futuro próximo.

Esse cenário ficou escancaradamente evidente na composição da Câmara dos Deputados pós-eleição, em que a direita brasileira avançou significativamente em sua representação, entendida como a parcela conservadora dos deputados eleitos. Se na

eleição de 2010 os conservadores conquistaram 36,3% das cadeiras, em 2014 ele índice atingiu 43,5% dos parlamentares eleitos (CODATO, BOLOGNESI, ROEDER, 2015). Essa parcela — tanto no pleito de 2010 quanto no de 2014 — não se contrapunha unicamente aos parlamentares que poderiam ser classificados como “de esquerda”, mas sim àqueles que não se classificavam como “conservadores”, incluídos nesse rol, também os que declararam como “de centro” e os que não se posicionaram no espectro político.

E esse incremento da direita no Congresso brasileiro, na verdade, refletia uma tendência internacional que se expandia vigorosamente naquele momento, dando a entender uma crescente fadiga do modelo vigente tanto da social-democracia europeia quanto da *Onda Vermelha* latino-americana, com a constatação do retrocesso em alguns casos e da derrocada enquanto projeto de transformação política da sociedade.

#### **2.4. O agravamento da crise em 2015**

As manifestações de 2015 se formaram sob os ecos das *Jornadas de Junho de 2013*, embora revelassem certo distanciamento das motivações daquele evento, e as escaramuças verificadas ao longo do ano de 2014, particularmente as eleições presidenciais, que reconduziram Dilma Rousseff à Presidência da República.

O mote majoritariamente adotado girava em torno da corrupção, diferentemente de 2013, quando as pautas elegeram transporte, saúde, educação e serviços públicos em geral como centro gravitacional. As lideranças dos movimentos que passavam a ter protagonismo apresentavam não apenas melhor desenvoltura em seus discursos contestatórios, mas também pareciam ter narrativas comuns para a justificativa das ações empreendidas, todas com o tema da corrupção como destaque e apelo ao engajamento da população.

Contudo, não tardou para se identificar que muitas manifestações convocadas e executadas por determinados movimentos apresentavam condução claramente seletiva (ORTELLADO, SOLANO, 2016), poupando políticos e partidos amplamente identificados com corrupção, falta de transparência e improbidade administrativa e direcionando ataques ferozes a governos, atores políticos e agremiações partidárias progressistas ou posicionadas à esquerda no espectro político. O termo “comunista” foi recuperado de seu ostracismo de mais de trinta anos, voltando repaginado com um significado expresso por um misto de xingamento com acusação.

O Datafolha (2015) realizou pesquisas com os participantes dos dois eventos realizado no mês de março de 2015, com dois dias de diferença entre ambos, sendo o dia 13 em apoio à presidenta Dilma (entendido como “de esquerda” ou progressista) e o do dia 15 marcado pela manifestação contra a presidenta (tido como “de direita” ou reacionário) e reivindicando o seu *impeachment*.

Evidente que com motivações diferentes, uma a favor e outra contra a presidenta, os perfis teriam mesmo que diferir, no entanto, dada as dimensões de um e de outro, sendo o segundo em clara reação ao primeiro, ficou evidente que o segundo passaria a ter predominância a partir de então e revelando-se modelar para os demais, não conseguindo a esquerda organizar nenhum evento que, numericamente, rivalizasse com seu oponente.

No dia 15, um domingo, cerca de dois milhões de pessoas<sup>19</sup> foram às ruas em mais de 300 cidades, em 26 estados e no Distrito Federal, além de cidades no exterior, como Nova York, Buenos Aires, Londres e Paris, manifestar seu desagrado com o governo Dilma e pedir a cassação da presidenta, apenas dois meses e meio após a posse do segundo mandato (O ESTADO DE S. PAULO, 2015).

O perfil dos manifestantes presentes na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha no dia, apontava claramente para uma mudança significativa dos participantes e da orientação do movimento, quando comparado com os dados relativos à manifestação do dia 13 de março.

Esse foi o preciso momento em que as manifestações de rua revelaram uma outra orientação, com pautas difusas e diversas, descolando-se, definitivamente, daquelas que marcaram o início das jornadas. Dessa forma, os manifestantes e os movimentos agregados passaram a apresentar um outro perfil, de caráter conservador, declaradamente de direita, simpático à criminalização da política, avesso às pautas de direitos e liberdades, defensor do autoritarismo e, em suma, antipetista, extremamente antipetista.

Analisemos os dados da pesquisa, por tópicos de natureza social, econômica e política, considerando, quando disponível, um comparativo entre o dia 15 e o dia 13, além de o fazer com os números alusivos ao conjunto da população da cidade de São Paulo.

## **I – Perfil socioeconômico de manifestantes em março de 2015**

---

<sup>19</sup> Estimativas informadas pelas Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal, segundo O Estado de S. Paulo, de 16 de março de 2015.

**Tabela 1. Sexo de manifestantes na Av. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (15/02/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Sexo	Masculino	47	63	63
	Feminino	53	37	37

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

No que se refere ao gênero, os homens são claramente minoria na cidade — as mulheres os superam em 12,77% a mais —, no entanto, em ambos os eventos formaram expressiva maioria, uma vez que praticamente dois terços dos participantes eram do sexo masculino. Os números foram os mesmos em ambos os dias.

**Tabela 2. Idade de manifestantes na Avda. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Idade	De 12 a 20 anos	8	6
	De 21 a 25 anos	6	9
	De 26 a 35 anos	27	28
	De 36 a 50 anos	38	36
	Acima de 50 anos	21	21

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Na estratificação por faixa etária, não houve variação relevante entre os dois eventos, com mais de 4 quintos dos presentes com idade superior a 25 anos, revelando um perfil diferente do que o senso comum pode ter imaginado, como sendo eminentemente extremamente jovem, pois essa era a característica dos participantes dos primeiros atos e manifestações.

Àquela altura, esse parâmetro já não mais correspondia à realidade.

**Tabela 3. Escolaridade de manifestantes na Avda. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (15/02/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Escolaridade	Fundamental	28	14	2
	Médio	44	18	21
	Superior	28	68	76

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Os dados apresentados revelaram que, em ambos os eventos, os participantes destoavam da realidade educacional do conjunto da população da cidade de São Paulo, com 14% de pessoas com até o Ensino Fundamental no dia 13 e apenas 2% no dia 15, o que, por si só, já denota um caráter, se não elitista, pelo menos mais seletivo do público. Na soma do Ensino Médio com o Ensino Superior, se a cidade possui o equivalente a cerca de 3,5 quintos de seus habitantes, o evento do dia 13 apresentou quase 4,5 quintos dentre seus participantes e o do dia 15, quase 5 quintos, rondando a totalidade dos presentes — reafirmando o caráter mais seletivo.

**Tabela 4. Renda de manifestantes na Avda. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (15/02/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Renda	Até 2 SM	27	18	7
	Mais de 2 a 3 SM	21	20	7
	Mais de 3 a 5 SM	21	24	15
	Mais de 5 a 10 SM	18	21	27
	Mais de 10 a 20 SM	7	10	22
	Mais de 20 a 50 SM	2	1	16
	Mais de 50 SM	0	1	3

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Mais um aspecto que diverge do perfil geral do cidadão paulistano, em todas as faixas, a depender do dia, mas de forma mais destacada nos extremos, na primeira (mais baixa renda) e nas últimas faixas (de renda mais elevada).



Na primeira faixa, com renda até 2 salários mínimos, no evento do dia 13 esse enquadramento dentre os participantes equivalia a 67% do total identificado na cidade de São Paulo, já no dia 15 equivalia a apenas 26% dos presentes.

Somadas as faixas até 5 salários mínimos, 62% dos participantes se inseriam nessa opção no dia 13, no dia 15 eram apenas 29%. Expandindo-se para até 10 salários mínimos, no dia 13 eram 83% e no dia 15, eram 56%.

Ressaltando o caráter elitista do evento do dia 15, observe-se que, se os presentes com renda acima de 10 salários mínimos correspondiam a 12% no dia 13, esse número atingiu 41% no dia 15. Acima de 20 salários mínimos, saliente-se, eram escassos 2% no dia 13 e elevados 19% (uma elevação de 850% em relação ao dia 13) no dia 15 de março.

**Tabela 5. Ocupação principal de manifestantes na Avda. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (15/02/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Ocupação principal	Assalariado registrado	35	19	37
	Funcionário público	3	44	4
	Autônomo	9	6	11
	Profissional liberal	1	1	7
	Empresário	2	2	14
	Desempregado	7	5	3
	Dona de casa	8	1	2
	Aposentado	10	4	6
	Estudante	4	5	5

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Em óbvia sintonia com os dados de renda, as diferenças entre os dois dias são gritantes e muito reveladoras, no que diz respeito à ocupação principal dos participantes em cada um dos eventos.

No dia 13, o maior percentual de ocupação de participantes era o de Funcionários públicos, aproximando-se da metade dos presentes (44%), seguido por Assalariados registrados (19%) e Autônomos (6%), que somados atingiam 69%. No dia 15, os

Assalariados registrados correspondiam ao maior percentual (37%), podendo representar a parcela da classe média que a compõe, seguido por Empresário (14%) e Autônomos (11%), que somados perfaziam 62%.

A percepção dos diferentes perfis socioeconômicos surge no comparativo selecionado por ocupação, entre os dois dias. Se os Funcionários públicos eram 44% no dia 13, no dia 15 não ultrapassaram 4% (menos de 10% do número do dia 13). Se os Autônomos eram 11% no dia 15, no dia 13 eram 6% (54,5% a menos). No dia 13, os Profissionais liberais eram 1% dos presentes, ao passo que no dia 15 atingiam 7% (um aumento de 600%). Os Empresários, que no dia 13 equivaliam a 2%, no dia 15 foram 14% (uma elevação também de 600%)

Os estudantes apresentaram os mesmos percentuais em ambos os dias, 5%, ratificando que o público inicial das jornadas já não mais era hegemônico dentre os presentes às manifestações.

**Tabela 6. Região onde moram os manifestantes de março de 2015 na Avda Paulista**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (15/02/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Região onde mora	Norte	20	7	9
	Sul	30	18	28
	Leste	40	17	14
	Oeste	9	13	23
	Centro	1	6	13
	Mora em outra cidade	—	39	13

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Naquelas regiões em que se localizam muitos dos bairros mais nobres e sofisticados da cidade, Sul e Oeste, as diferenças entre os dois eventos são gritantes, exatamente dez pontos percentuais em cada dia para cada uma dessas regiões.

A propósito, moradores dessas duas regiões no dia 13 correspondiam a 31% dos presentes, no dia 15% eram 51%. Se do Centro, havia 6% dos manifestantes no dia 13, eles foram 11%.

O dado mais expressivo refere-se aos participantes de outras cidades. No dia 13 eram 39% e no dia 15, exatamente um terço disso, 13%., dando um caráter mais local ao evento.

## II – Perfil político de manifestantes em março de 2015

Tabela 7. **Filiação a partido político de manifestantes na Avda. Paulista em março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Filiação do entrevistado a partido político	PSDB	0	3
	PV	0	1
	PT	17	0
	PSOL	4	0
	PSB	1	0
	Nenhum	72	94
	Outros	5	1

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Nos dois eventos, a parcela majoritária dos participantes não era filiada a nenhum partido político, porém, no dia 15, era bem mais expressiva, equivalendo a 94% — contra 72% do dia 13. Se 22% eram filiados a partidos de esquerda dentre os presentes no dia 13, esse percentual estava zerado no dia 15.

Restou a constatação de que, se no dia 13 quase um terço (27%) dos participantes era filiado a algum partido político, dando um tom altamente politizado ao evento, o episódio do dia 15 ficou marcado pela despolitização formal dos participantes, com apenas 5% de filiados a algum partido.

**Tabela 8. Participação em manifestações entre manifestantes de março de 2015 na Av. Paulista**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Participação em manifestações	Já participou	52	26
	1 vez	1	1
	2 vezes	13	9
	3 vezes	7	7
	Primeira vez	48	74

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Na manifestação do dia 13, 52% dos participantes já havia participado anteriormente de algum ato, ao passo que no dia 15, apenas metade desse número, 26%, se encaixava nesse quesito. Assim, 48% participara pela primeira vez no dia 13 e 74% debutou em manifestações no evento do dia 15, reafirmando a despolitização militante.

**Tabela 9. Posição política em que se colocam manifestantes da Avda. Paulista de março 2015**

Ítem	Opções	Cidade de São Paulo (25 e 26/04/15)	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Posição política em que o entrevistado se coloca	Esquerda	14	45	6
	Centro-esquerda	10	10	6
	Centro	24	12	37
	Centro-direita	14	12	22
	Direita	20	13	25
	Outras respostas	1	0	0
	Não sabe	16	7	4

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Esse quadro é extremamente eloquente, pois define a orientação dos participantes em cada um dos eventos.

Se no dia 13 a soma dos posicionamentos de esquerda e centro-esquerda atingiam 55% (contra 25% da soma entre direita e centro-direita), no dia 15 a totalização de direita e centro direita chegou a 59% (com apenas 12% de esquerda e centro-esquerda). No comparativo com o perfil do morador da cidade de São Paulo, no primeiro caso corresponde a 24% e no segundo, 34%.

Chama a atenção o posicionamento de centro, 12% no dia 13 e 37% (208% maior) no dia 15, certamente expressando indefinição ou mesmo dúvida quanto ao posicionamento, alimentando a percepção da despolitização.

**Tabela 10. Motivos da participação nas manifestações da Avda. Paulista em março de 2015**

<b>Ítem</b>	<b>Opções</b>	<b>Av. Paulista (15/03/15)</b>
Motivos da participação na manifestação	Contra a corrupção	47
	Pelo impeachment da Dilma Rousseff	27
	Contra o PT	20
	Contra os políticos	14
	Por mais segurança	6
	Outros motivos	57

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Sem o cotejamento com os dados relativos ao dia 13, que não foram gerados, constata-se que a pauta de motivações no dia estava completamente dissociada da pauta inicial das manifestações, e mesmo dos itens acrescentados em alguns atos posteriores ao início. Os temas majoritários se relacionam unicamente com a conjuntura política e o desejo de consolidar um cenário oportunista, seja pelo apelo golpista (“impeachment da Dilma” e “contra o PT”), seja pelo caráter vago e difuso das proposições (“contra a corrupção” e “contra os políticos”).

Só em quarto lugar surgia o que se poderia classificar como uma demanda efetiva por política pública, no caso, “mais segurança”, mas mesmo assim não se apresentava como uma reivindicação objetivamente clara.

Chama a atenção, contudo, a ausência de qualquer proposição efetiva, optando por ser “contra algo”, mas não apresentando nada “algo a favor” do que seria, pelo qual se justificava a manifestação.

**Tabela 11. Declaração de voto no segundo turno da eleição de 2014 entre manifestantes na Avda. Paulista de março de 2015**

<b>Ítem</b>	<b>Opções</b>	<b>Av. Paulista (13/03/15)</b>	<b>Av. Paulista (15/03/15)</b>
Voto declarado no 2º turno em 2014	Aécio Neves	11	82
	Dilma Rousseff	71	3
	Branco/nulo/nenhum	11	8
	Não votou	7	6
	Não sabe	0	1

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Salta a vista a evidência de que as motivações se originaram já no pleito de 2014, certamente como desdobramento da campanha golpista iniciada e alimentada por Aécio Neves, visando não apenas a insuflar a cassação da presidente Dilma, mas, antes de tudo, desqualificar, de maneira absolutamente infundada, o processo eleitoral brasileiro, cogitando, no próprio dia da eleição, a recontagem dos votos, simplesmente porque não aceitara o resultado das urnas.

Mais de quatro quintos dos participantes do dia 15 votaram em Aécio.

**Tabela 12. Avaliação da presidenta Dilma entre os manifestantes na Avda. Paulista de março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Avaliação da presidenta Dilma Rousseff entre os manifestantes	Ótimo/bom	37	0
	Regular	35	3
	Ruim/péssimo	26	96
	Não sabe	2	1

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

A posição dos presentes na manifestação do dia 13, apesar do perfil ser “de esquerda”, era extremamente crítica, pois apenas 37% (pouco mais de um terço do total) julgava a gestão da presidenta Dilma “Ótimo/bom”.

Por outro lado, como seria esperado, quase a totalidade dos participantes (96%) do evento do dia 15 julgavam o governo da presidenta Dilma como “Ruim/péssimo”.

**Tabela 13. Opinião sobre o conhecimento da presidenta Dilma da corrupção na Petrobras entre manifestantes na Avda. Paulista de março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Opinião sobre o conhecimento da presidenta Dilma da corrupção na Petrobras	Sabia e deixou que ocorresse	27	90
	Sabia mas não poderia fazer nada	36	9
	Ela não sabia	32	0
	Não sabe responder	5	0

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Também no dia 15, a totalidade dos participantes sustentava que, de alguma forma, a Presidenta Dilma tinha conhecimento do que se sustentava como corrupção na Petrobras, sendo que 90% asseverava que ela não apenas sabia como nada fez para estancar esse fato.

**Tabela 14. Avaliação do Congresso Nacional por manifestantes na Avda. Paulista de março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Avaliação do Congresso Nacional	Ótimo/bom	8	3
	Regular	29	19
	Ruim/péssimo	61	77
	Não sabe	2	0

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Expressando a posição de criminalização da política e dos políticos, quase três quartos dos participantes do dia 15 consideraram o Congresso Nacional como “Ruim/péssimo”.

**Tabela 15. Evolução do grau de muito prestígio e muito poder das Instituições Nacionais entre manifestantes na Avda. Paulista de março de 2015**

Ítem	Opções	Muito prestígio		Muito poder	
		(13/03/15)	(15/03/15)	(13/03/15)	(15/03/15)
Evolução do grau de muito prestígio e muito poder das Instituições Nacionais (entrevistas na Avenida Paulista)	Redes sociais na internet	67	83	80	89
	Imprensa	50	61	82	77
	Igreja Católica	39	33	49	27
	Forças armadas	22	32	31	23
	Poder Judiciário	27	22	45	29
	Igreja Universal	29	12	50	26
	Sindicato de trabalhadores	44	12	45	26
	Partidos políticos	24	10	46	39
	Congresso Nacional	17	9	41	29
	Presidência e Ministros	35	7	50	35

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor



O papel das redes sociais ficou mais evidente na manifestação do dia 15, a quem se atribuiu muito prestígio e muito poder. Quanto às instituições formalmente constituídas (não apenas as públicas), à maioria se atribuiu menos prestígio entre os dias 13 e 15 — à exceção da Imprensa e das Forças armadas. No quesito poder, a única exceção ficou por conta das mencionadas “Redes sociais/internet”.

**Tabela 16. Participação em algum grupo organizador das manifestações na Avda. Paulista de março de 2015**

Ítem	Opções	Av. Paulista (13/03/15)	Av. Paulista (15/03/15)
Participação em algum grupo organizador da manifestação	Não participa de nenhum	56	91
	Vem Pra Rua	0	3
	Revoltados Online	0	2
	MBL	0	1
	Apeoesp	14	0
	CUT	12	0
	PT	4	0
	MST	6	0
	Sindicato dos professores	2	0
	CTB	1	0
	Sind. metalúrgicos ABC	1	0
	Outros	8	3

Fonte: Datafolha. Elaboração do autor

Confirmando uma vez mais a condição de inexperiência em manifestações e de despolitização das ações, mais de 90% dos presentes no dia 15 não participavam de nenhum grupo dos que organizaram a manifestação. No dia 13, esse índice foi de 56%.

O percentual de engajamento em organizações manifestamente com motivação de esquerda no evento do dia 13 atingiu, pelo menos, 38%, um elevado percentual. Por outro lado, no ato do dia 15, apenas 6% se identificava diretamente com os ideais de direita.

## 2.5. O *impeachment* de Dilma como objetivo prioritário

Assumindo a dianteira do movimento que até então reivindicava a renúncia da presidenta da República, o MBL arrisca-se em um lance de ousadia e ação extremada: em abril de 2015, inicia uma marcha de semanas para Brasília, tendo por pauta o *impeachment* de Dilma Rousseff, envolvendo todo um aparato de *marketing*.

Isolado nessa iniciativa e esvaziado de apoios, viu-se distanciado dos partidos políticos de oposição ou que dela se aproximaram (DEM, PPS, PSDB e Solidariedade), que optaram por uma postura mais comedida, receosos de uma repercussão negativa que deixasse explícita a tentativa golpista, preferiram apostar em uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, por conta das chamadas “pedaladas fiscais” (BORGES, 2015).

Findos os 33 dias dessa marcha, empreendida por cerca de vinte pessoas, e mesmo diante do fato de uma recente pesquisa do Datafolha apontar que 63% dos brasileiros apoiavam a abertura de um processo de *impeachment* de Dilma, o movimento não atraiu adesões formais de lideranças políticas parlamentares, restando-lhe, uma vez em Brasília, reafirmar seu desejo pelo afastamento da presidenta, porém, reduzindo-se a um ato diante do Congresso Nacional (BORGES, 2015), com uma concentração de algumas dezenas de pessoas. Contudo, capitalizou a exposição na mídia e elevou a visibilidade de seu pleito.

Iniciado o ano de 2016, todas as baterias se voltaram para uma tarefa com a qual os diferentes agrupamentos das forças de direita haviam se comprometido: pautar o *impeachment* da presidenta Dilma e dar curso ao projeto de volta ao poder, dando posse ao vice-presidente Michel Temer que, a essa altura, exibia-se completamente embevecido pela perspectiva de assumir o poder e concluir o mandato no longínquo 1º de janeiro de 2019, sem cerimônias.

Liderança prestigiada no meio político, há tempos dava sinais de insatisfação com a condição de vice de uma presidente que, segundo afirmava abertamente, não o prestigiava. Em 7 dezembro de 2015 — meros cinco dias após a Câmara dos Deputados ter aceito o pedido de *impeachment* da presidenta —, enviou uma carta para a presidenta, reclamando de sua condição decorativa, que lamentava não gozar de sua confiança e do esvaziamento de sua condição de negociador do governo (PORTAL G1, 2015b), a despeito de sua condição, prestígio e histórico.

A divulgação desse fato alimentou a especulação sobre suas pretensões golpistas de destituir a presidenta e assumir em seu lugar, muito porque ocorreu há menos de uma semana depois de Eduardo Cunha (de seu partido, o PMDB), presidente da Câmara dos Deputados, anunciar a aceitação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, elaborado pelos juristas e professores de Direito Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. A impressão que restou, depois de meses de exposição de tentações golpistas generalizadas, é que teria havido uma azeitada articulação para a realização das ações nos tempos e nas formas sorrateiramente acordadas.

A expressão superlativa do conservadorismo brasileiro ocupava o espaço político e dera início à execução de um plano ousado para romper a ordem democrática, uma vez que nem acusação formal pelo cometimento de algum crime por parte de Dilma Rousseff havia. Aproveitando-se da passividade com que o campo da esquerda se movia em meio a toda a pressão exercida, as forças conservadoras articuladas iniciaram o ano ávidas por executar a estratégia de ataque e emparedamento de um governo que a cada dia se mostrava mais acuado, até a capitulação ou a cassação.

Essa mais recente versão da direita nacional (que aglutinava diversas frações em torno de um mesmo propósito) exibia a mais extremada condição do conservadorismo brasileiro, contemplando elementos como a defesa ardorosa da família tradicional, o anticomunismo, o patriotismo exacerbado, o antipetismo, a retórica inflamada anticorrupção, o ultraliberalismo econômico, o moralismo em sua dimensão mais abrangente e o militarismo (LACERDA, 2019), alinhavando esse “pacote do caos” de forma a torná-lo um padrão de posicionamento a ser assumido por pessoas ditas “de bem”, relegando seus opositores ao limbo da condenação política. E o alvo prioritário era por demais conhecido: Dilma Rousseff.

A essa altura, já se havia constituído um “condomínio golpista”, reunindo em torno do objetivo comum da cassação um amplo conjunto de forças conservadores e frações significativas da institucionalidade brasileira: políticos, membros do Ministério Público, do Judiciário, dos governos estaduais, políticos dos mais variados partidos, empresários, ministros do Tribunal de Contas da União, juristas, presidentes da Câmara e do Senado, ministros de tribunais superiores, acadêmicos, veículos da grande mídia corporativa, entidades representativas de categorias empresariais, celebridades, enfim, já se havia arregimentado um enorme contingente de atores para o ataque final e certo

ao mandato de uma presidenta democraticamente eleita e que não havia cometido crime algum — fato nunca contestado de maneira fundamentada e contra o qual jamais se provou o contrário (RUFFATO, 2016).

Desde o início de sua gestão, no primeiro mandato, Dilma motivou-se a empreender uma verdadeira cruzada contra a corrupção ou, como dizia, contra os “malfeitos”, levando-a a exonerar vários colaboradores, inclusive ministros o que lhe assegurou ampla repercussão positiva na mídia, que nominou esse episódio de “Operação faxina” ou “Faxina ética”. O primeiro ministro demitido foi Antonio Palocci (Casa Civil), seguido de Alfredo Nascimento (Transportes), Néelson Jobim (Defesa), Wagner Rossi (Agricultura), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Lupi (Trabalho), ejetados tão logo circularam suspeitas ou rumores de comportamento inadequado.

Objeto de aplausos no início, com o tempo essa prática passou a apresentar aspectos adversos, como associar a imagem do governo ao resultado de pré-julgamentos, partindo do pressuposto de que se as denúncias se avolumavam, certamente seriam porque o governo era profundamente corrupto, o que explicaria a grande quantidade de casos denunciados. Ou seja, subverteram a lógica da análise, deixando de entender a transparência como um valor em si mesmo. Essa bandeira, constatou, não era adequada politicamente — embora continuasse intolerante com a corrupção ou com os “malfeitos”.

Talvez por conta dessa firme determinação, também não apreciava a possibilidade de aproximação com políticos que, de alguma maneira, estivessem eivados pela suspeita de corrupção. Não que isso representasse um traço moralista ou uma demonstração de presunção em relação a seus interlocutores, ao contrário, mas, a força de sua formação ética se impunha e jamais admitiria desvios dessa natureza — para si, evidente, mas também para os que com ela se relacionassem. Especialmente quando, além da névoa da corrupção, pairava sobre a cabeça do interlocutor a prática da chantagem.

Esse foi o caso de Eduardo Cunha e seu pleito por apoio na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Mesmo sendo fortemente pressionada pelos rumos que seu governo tomava, já no início de seu segundo mandato, e tripudiada por Aécio Neves — que, desde o dia do encerramento da eleição de 2014, contestava o resultado das urnas sem nenhuma base concreta —, além de acoçada por manifestações que já sugeriam seu *impeachment*, Dilma não vergou e se recusou a apoiar Cunha. E mais que

isso, costurou a construção de uma candidatura que representasse diretamente seu governo (ANDERSON, 2020), o deputado Arlindo Chinaglia (do PT-SP).

Constatada a derrota fragorosa, Dilma viu-se na linha de tiro e o presidente da Câmara, avidamente, haveria de colocar em prática seu ardiloso plano de vingança pelo desdém que sofrera. Expresso pela adoção das chamadas “pautas-bomba”<sup>20</sup>, o plano estruturava-se em torno do objetivo de desgastar e enfraquecer a presidenta e seu governo, já fragilizados pela baixa popularidade de ambos e pelas crescentes denúncias de corrupção atribuídas à gestão (ANDERSON, 2020). Feito isso, o próximo passo seria manter o governo refém de uma pauta política imposta pelo presidente da Câmara — titular da prerrogativa privativa de definir a pauta da Casa —, expondo publicamente a fragilidade do governo e, depois de deixa-lo “sangrar”, aprovar o impeachment da presidenta Dilma. Cunha daria ampla continuidade a essa operação e ao final, comprometendo a execução orçamentária do governo em várias dezenas de bilhões de reais (EBC, 2015), contribuindo, portanto, consideravelmente para aprofundar a queda da popularidade e o desgaste.

Ainda em 2015, confrontado com pesadas denúncias de corrupção, Cunha sinalizaria a possibilidade de um acordo com Dilma, em que, em troca do apoio da presidenta para se criar um clima político que o blindasse das denúncias, assumiria o compromisso de barrar qualquer pedido de *impeachment* que desse entrada na Câmara. Dilma manteve-se irredutível e recusou qualquer acordo com o presidente da Casa. Refratária ao diálogo com o chefe do parlamento, despertaria em Cunha os sentimentos mais exaltados a favor da cassação da chefe do Executivo. Seria uma questão de dias e, em 2 de dezembro de 2015, Cunha aceitou o pedido de *impeachment* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015) preparado e protocolado pela trinca de juristas formada por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

Paralelo a essa situação, mas potencializando-a, a *Operação Lava Jato* também contribuiria para elevar a crise política que se abatia sobre o governo, apontando seus canhões para personagens muito próximos da presidenta Dilma, como que mandando o recado de que não descartava a possibilidade de direcionar as investigações para seu

---

<sup>20</sup> Denominação atribuída pela mídia ao conjunto de proposições legislativas acolhidas pela pauta da Câmara dos Deputados, de teor altamente prejudicial ao governo por comprometerem a execução orçamentária e a meta fiscal, gerando forte impacto nas contas públicas. O propósito político era o enfraquecimento e o desgaste político do Governo Federal. Foram utilizadas como instrumento de pressão e chantagem política do presidente da Casa, Eduardo Cunha, contra a presidenta Dilma.

governo. Em fevereiro, começaria a sequência de reverses (ANDERSON, 2020), com a prisão de seu marqueteiro de campanha, João Santana, fora preso e, em março, Lula seria vítima de uma ilegalidade levada a cabo pelo juiz Sérgio Moro, ao ser objeto de condução coercitiva para “prestar esclarecimentos”.

Esse foi um eloquente indício de que a extrapolação dos limites legais das ações era um fato concreto deu-se em 4 de março de 2016, quando o ex-presidente Lula, de forma absolutamente arbitrária, foi objeto de condução coercitiva para prestar depoimento (REDE BRASIL ATUAL, 2019), sendo que sequer havia sido notificado antes para tal. O auge da expressão midiática da *Operação Lava Jato* ocorreu quando o ex-presidente Lula teve sua prisão decretada pelo juiz Sérgio Moro, à qual não houve resistência, mas um imediato processo de resistência democrática ao ato, com um acampamento fixo e ativo em frente à carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, onde ficou preso e que durou o exato período em que esteve detido, 580 dias.

Em 17 de abril, em uma sessão tumultuada, que durou 6 horas e que encerrou uma operação processual que já durava 53 horas, e foi marcada pelo caráter histriônico, persecutório e politicamente deplorável (PORTAL PODER 360, 2021), o plenário da Câmara aprovaria a abertura de processo de cassação de Dilma, com um placar expressivo: 367 votos a favor e 167 contra (com 7 abstenções e 2 ausências). Em meio a dezenas de falas de conteúdo vazio e caráter paroquiano, com os deputados aproveitando a oportunidade para, em rede nacional, enviar mensagens para seu reduto político, família, amigos e mesmo para a televisão que transmitia o evento.

Por todos esses elementos e a motivação eleitoreira predominante, a sessão em nada se pareceu com uma reunião deliberativa de um colegiado que definia os destinos do país, lembrando muito mais confrontos entre torcidas de futebol. A decisão significava o afastamento provisório de Dilma, caso o Senado, posteriormente, também aprovasse a instauração de processo de cassação, o que ocorreu em 12 de maio, por um placar de 55 votos a favor e 22 votos contra (dois senadores estiveram ausentes), o que determinou o afastamento provisório da presidenta até a votação final (SENADO FEDERAL, 2016).

Com uma defesa aguerrida e estruturada, mas que já se sabia em enorme desvantagem diante da ampla articulação política pela cassação, pouco pôde ser feito, ainda que se identificasse várias irregularidades no processo, a começar pela inexistência de cometimento de crime, condição *sine qua non* para a instauração do processo de

impeachment. Sob a alegação de cometimento de “pedaladas fiscais”, deu-se curso à acusação e à instauração do processo, ignorando-se o fato de que o expediente adotado era tão corriqueiro e de uso recorrente que jamais fora objeto de contestação.

Em 31 de agosto, finalizando o processo, o plenário do Senado aprovou a cassação por 61 votos a 20, decretando a definitiva perda do mandato, com o vice-presidente Michel Temer assumindo o cargo imediatamente. Chegava ao fim, de maneira melancólica e pelo emprego de recursos claramente ilegais, a epopeia de Dilma Rousseff na presidência da República, eleita democraticamente e cassada de forma arbitrária, à margem da lei, embora todo o processo tenha cumprido o ritual formal.

O “condomínio golpista” chegara, enfim, ao poder.

### 3. O MBL E A SUA TRAJETÓRIA METEÓRICA

#### 3.1. O início e a estruturação

O surgimento e a ascensão do MBL, como a de vários outros movimentos similares tanto no Brasil quanto no exterior, ocorreu no rastro da atuação de *think tanks*<sup>21</sup> norte-americanas dedicadas à disseminação dos valores liberais (KATAGUIRI, SANTOS, 2019) e conquista de espaço na sociedade para a implementação das ações de fortalecimento das ideias conservadoras. Nessa trilha, o foco de ação passou a ser o combate intenso a governos de orientação progressista, concentrando esforços na ampliação dos espaços institucionais de atuação e na arregimentação de mais atores sociais para o embate de ideias da sociedade.

A gênese desse processo, contudo, deu-se em um ambiente de clara adversidade para o projeto liberal, em 1988, no auge da Constituinte, ocasião em que as pautas progressistas conquistavam inédito espaço no ordenamento jurídico nacional, incorporando elementos de avanço social impensáveis durante o regime militar recém encerrado. Às forças conservadoras, os horizontes pareciam exageradamente restritos.

Esse era o ambiente político e o caldo de cultura que recepcionaram a primeira edição do Fórum da Liberdade, em Porto Alegre (RS), que se consolidaria como o mais relevante evento de expressão neoliberal brasileiro, constituindo-se como o espaço privilegiado para a doutrinação a que se propõe, assegurando a organicidade necessária para promover e estimular iniciativas da nova direita brasileira. Assim, duas novas organizações, espelhos de *thinks tanks* norte-americanas, surgiram em suas fileiras: o Instituto Mises Brasil, em 2010, e o Estudantes Pela Liberdade (EPL) — franquia do *Students For Liberty*, norte-americano, fundado em 2008 e que prioriza sua ação no meio universitário (CASIMIRO, 2018a) —, em 2012. Consolidava-se, dessa forma, a vocação “cegonha” do evento, pródigo em expandir o espaço da direita no Brasil.

Contando, portanto, com um mecenato desse quilate e resultado de articulações que se iniciaram durante as *Jornadas de Junho de 2013*, em 1º de novembro de 2014 era fundado o Movimento Brasil Livre (MBL), em São Paulo, em um processo coordenado

---

<sup>21</sup> Organizações privadas dedicadas à disseminação de valores e conhecimentos relativos ao propósito a que se dedica, relacionados a alguma forma de interesse público, como política, economia, ciência, etc. São instituídas e financiadas por representantes de interesses particulares específicos, tendo suporte em volumosas e regulares contribuições de grandes empresas norte-americanas interessadas economicamente nos resultados almejados.



por um grupo de jovens formado por Kim Kataguiri, Renan Santos, Gabriel Calamari, Frederico Rauh, Alexandre Santos, Rafael Rizzo e Rubinho Nunes. Rapidamente se integrou às manifestações que varriam o país, pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, organizando sua primeira manifestação em apoio à Operação Lava Jato e em defesa da liberdade de imprensa, após a sede do Grupo Abril (declaradamente engajado nas pautas da direita) ter sido vandalizada, em São Paulo. Realizado exatamente em São Paulo, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), esse evento conseguiu mobilizar cerca de 5 mil pessoas e serviu para “azeitar” sua estrutura. Dias depois, organizaria evento semelhante em Porto Alegre (RS).

A partir disso e já em 2015, participou de diversas manifestações que tomaram as ruas do país, cuja pauta era centralizada no *impeachment* da presidenta Dilma e no combate à corrupção, a maior delas, pois mobilizou multidões por todo o país, ocorreu em 15 de março, com protestos em todos os estados<sup>22</sup>, com registro de manifestações em torno de 160 cidades brasileiras, além de seis cidades do exterior: Nova Iorque, Londres, Buenos Aires, Lisboa, Miami e Montreal. As estimativas de comparecimento de pessoas variaram conforme o interlocutor: a Polícia Militar (dos vários estados, somados) estimou em 1,2 milhão e as próprias entidades, em 3,6 milhões. De qualquer forma, não se contestou o fato de que foi a maior manifestação de rua desde o final da Ditadura. Nos dias 12 de abril e 16 de agosto, manifestações semelhantes aconteceriam, também com enorme mobilização de pessoas.

Destacando-se na fauna política brasileira, o MBL extrapolava mesmo a expectativa de seus fundadores e passava a ter influência e protagonismo no movimento das ruas que, àquela altura, já deixara de ser apenas um amontoado de manifestações e estruturara-se como uma força política efetiva, à qual diversos políticos tentavam uma aproximação oportunista, rechaçada indistintamente — em março de 2016, por exemplo, Aécio Neves (PSDB-MG), candidato a presidente derrotado no ano anterior, chegou a ser hostilizado quando compareceu a um evento na Avenida Paulista (RIBEIRO, 2016), em São Paulo, assim como o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e outros políticos que os acompanhavam. O movimento insistia na dissociação completa

---

<sup>22</sup> Anunciadas como as mais expressivas manifestações de rua desde a Campanha das Diretas, mobilizou pessoas por todo o país, vestidas de verde e amarelo, tanto em capitais quanto em municípios do interior.

dos políticos e do ambiente político, ao qual denominavam de “velha política”, o inimigo institucional a ser batido.

Nesse ambiente de efervescência política, a direita tradicional, pretensamente a beneficiária direta do nocaute a que se submetia o governo progressista de Dilma Rousseff, viu-se solapada pela enxurrada de manifestações expressivas de uma sua fração que se posicionava além do espectro meramente conservador (FERNANDES, 2019).

A direita tradicional, diante da intensidade e da velocidade dos fatos que se sucediam a cada dia, a cada ação empreendida, logo se apercebeu que o movimento assumia — “espontaneamente”, visto que as articulações ocorriam à sombra da visão pública — contornos diferenciados do que se imaginara em um primeiro momento. Atordoada, buscava um realinhamento político que a permitisse capitalizar os efeitos das manifestações de junho de 2013.

O que se delineava em meio àquele turbilhão de sucessivas manifestações de rua era um cenário de transformações da percepção política, em que a direita tradicional se vê, pouco a pouco, diminuída, encolhida, reduzida em sua dimensão de poder, visto que outros atores assumiam o protagonismo naquele contexto. A direita tradicional perdia espaço para a fração mais conservadora de seu espectro (FERNANDES, 2019), a extrema-direita, que, diferenciando-se do contorno histórico atribuído a essa opção política, defendia um Estado forte e ativo nos costumes, mas absolutamente entreguista na economia.

À direita, aturdida, restou assegurar algum espaço de protagonismo naquele momento de adversidade, o que se revelou por meio de um paradoxo desenvolvido como peça de resistência, a adoção de um discurso pós-político, abstraindo-se forçosamente da condição de elemento partícipe do *status quo*, para solenemente propugnar pela reestruturação do sistema de representação política em vigor no país.

Enfim, a extrema-direita, após sequestrar o movimento gerado pelas Jornadas de Junho de 2013, reverter as motivações e impor sua pauta, se apropriava do momento político e conseguia abalar a estrutura de poder da política nacional (FERNANDES, 2019), colocando-se como alternativa mais legitimamente consolidada.

Tamanho era o interesse dos políticos com mandato de se aproximarem do MBL e capitalizarem o episódio em benefício de suas atuações no parlamento, que, em 16 de abril, em meio às discussões, na Câmara dos Deputados, relativas ao processo de

impeachment da presidenta da República e cujo acesso estava restrito, algumas lideranças do MBL (Kim Kataguiri, Renan Santos e Rubens Nunes) conseguiram burlar as regras e entrar no plenário de forma irregular, utilizando identificações fornecidas indevidamente pelos deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Pauderney Avelino (DEM-MA).

Para além dos eventos compartilhados com outros agrupamentos, em 24 de abril iniciaria o evento que o catapultaria para a posição de maior destaque dentre todas as organizações presentes às manifestações que tomaram as ruas pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a Marcha pela Liberdade. Uma caminhada que se iniciou na Praça da Sé, no centro de São Paulo, contando com 22 integrantes (PORTAL G1, 2015a), e, após cruzar três estados e seguir por mais de mil quilômetros, chegou a Brasília trinta e três dias depois, em 27 de maio.

**Imagem 1. Início da caminhada de protesto do MBL até Brasília**



Crédito: Roney Domingos/G1 – em 24/04/2015 <sup>23</sup>.

A Imagem 1 revela a real dimensão operacional do MBL, fortemente representado nas redes sociais, seu território por excelência, mas pifiamente articulado para organizar

---

<sup>23</sup> G1. “MBL começa caminhada de protesto com objetivo de chegar até Brasília”, 24.04.2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mbl-comeca-caminhada-de-protesto-com-objetivo-de-chegar-ate-brasilia.html>. Acesso em: 25.01.2023.

um evento da dimensão que propôs, o que se expressa pelo reduzidíssimo número de pessoas que a imagem captou.

No entanto, a repercussão foi infinitamente superior ao tamanho da manifestação, conquistando relevantes espaços na grande mídia — rádio, TV, internet, jornais e revistas —, o que se explica exatamente pelo elevado grau de exposição que assumiu: a simpatia da mídia pelo movimento, inequivocamente identificada com seu perfil ideológico e oportunisticamente disponível para “incendiar” a para campanha pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

E em Brasília, no Congresso Nacional foram recepcionados por líderes da oposição e recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ocasião em que, marcada pela entrega de um novo pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, mobilizaram políticos de vários partidos em torno de sua passagem pela Casa.

**Imagem 2. Eduardo Cunha recebendo a caravana do MBL**



Fonte: *Facebook* do MBL, 27/05/2015 <sup>24</sup>.

A Imagem 2 é extremamente reveladora da hipocrisia do discurso do MBL, sempre refratário e mesmo ofensivo aos políticos tradicionais e ao que chamava de “velha política” — posicionava-se como apartidário. Na foto, contudo, seus membros não se

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre> . Acesso em: 25.01.2023.

constrangeram em posar ao lado de políticos tarimbados, de diferentes partidos e muitos representativos da mais retrógrada estirpe.

Dentre outros, aparecem na foto Eduardo Cunha (então presidente da Câmara dos Deputados, do PMDB-RJ), Mendonça Filho (DEM-PE), Carlos Sampaio e Vanderlei Macris (ambos do PSDB-SP), Jair Bolsonaro (PSC-RJ), Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) e Alberto Fraga (DEM-DF). Como se vê, parte expressiva do então espectro político se fazia representar, indo desde a chamada centro-esquerda até a recém manifesta extrema-direita, como que ressaltando o descompromisso do movimento com a coerência política, mas sim com a exposição midiática.

O aspecto mais controverso e discutido referente ao MBL é o seu financiamento, uma vez que sempre fez questão de ocultar a origem dos recursos que o mantém ativo. O máximo que se obtém sobre esse assunto são declarações de suas lideranças, dizendo que sua sustentabilidade decorre de contribuições financeiras efetuadas por seguidores, além de doações de empresários e de pessoas físicas, simpatizantes. Segundo Kim Kataguiri (BORGES, 2015), o movimento adotava a prática recorrente de pedir doações por seu site e, como mesmo assim não conseguia cobrir os custos, seus membros complementavam a arrecadação.

Contudo, as suspeitas sempre recaíram sobre a possibilidade de custeio por meio de financiamento internacional, como denunciou publicamente a deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ). A revista Fórum (BEDINELLI, MARTÍN, 2015) foi mais longe e indicou a fonte do financiamento externo: os irmãos Koch, magnatas norte-americanos, proprietários de várias empresas que financiam movimentos conservadores por todo o planeta. Supostamente, de forma específica, usando a Koch Industries, empresa do ramo petrolífero com interesses diretos na Petrobras e sua desestabilização.

Coberta por brumas e envolta em uma nebulosidade quase intransponível, a questão do financiamento do MBL sempre suscitou questionamentos e desenvolveu margem para a elaboração das mais diversas hipóteses.

Alguns indícios, contudo, a partir das escassas informações sobre o tema, permitem uma compreensão melhor dos fatos, não pelo repertório de conhecimento que nos lega, mas pelo seu exato oposto, pelo contraste entre o pouco que se sabe e o muito que se dissimula. A falta de transparência sobre como se financia, por si só, potencializa o desenvolvimento de um sentimento de suspeição em quem pesquisa o assunto.

Nesse ecossistema de organizações de direita e mesmo de ultradireita, muitas compartilham uma mesma fonte comum de financiamento, a *Atlas Network*. Uma verdadeira usina financiadora de *think-tanks* de direita, surgiu em 1981, no exato momento em que os governos Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, articulados, se consolidavam como motores do embrião neoliberalismo que se firmava no cenário político-econômico mundial. Sua fundação foi capitaneada por Anthony Fisher (*THE CRISTIAN SCIENCE MONITOR*, 1984), um milionário britânico discípulo ferrenho do economista austríaco Friedrich von Hayek — um dos formuladores do neoliberalismo —, com um passado profícuo de constituição de entidades dedicadas à defesa e ao fomento de iniciativas voltadas para o fortalecimento do livre mercado e o libertarismo<sup>25</sup>.

Ativo nessa área desde a década de 1950, Fisher fundaria várias entidades, em variados países. Na Grã-Bretanha, o Instituto de Assuntos Econômicos (IEA), em Londres; no Canadá, o *Fraser Institute* (em Vancouver); nos Estados Unidos, o *Manhattan Institute for Policy Research* (em Nova York), o Centro Nacional de Políticas (em Dallas), o *Pacific Institute* e a *Atlas Research Foundation* (em San Francisco) — posteriormente, adotaria a denominação *Atlas Network*. Dentre os mantenedores da Atlas, consta a Koch Industrie, dos irmãos Koch. Em 1984, a Atlas já financiava 18 *think tanks*, em 11 países.

A vinculação do MBL com o EPL (Estudantes pela Liberdade) é confirmada por Melo (2017), a partir de declarações do diretor-executivo dessa instituição, que revela a efetiva razão para a criação do MBL. Segundo Juliano Torres, o desejo de participação direta nas manifestações pelo *impeachment* era limitado pelo fato de que a legislação tributária americana impede que instituições como a Atlas e a Students for Liberty doem recursos para entidades de ativismo político, como a EPL.

Moraes (2017) reforça essa hipótese, reafirmando as cordiais relações mantidas com o *Charles Koch Institute* (dos irmãos Charles e David Koch, titulares de uma fortuna estimada em US\$ 43 bilhões, segundo a revista Forbes), cuja estratégia — como forma de burlar a lei norte-americana de tributação que disciplina a ação de fundações e institutos — seria financiar ONGs de fachada, como forma de injetar milhões de dólares

---

<sup>25</sup> O libertarismo é uma filosofia que defende a liberdade como um valor central, buscando maximizar a autonomia e a liberdade política, e minimizar a violação das liberdades individuais pelo Estado.

na defesa dos interesses econômicos que os atendessem e por via de consequência os próprios interesses do governo norte-americano. Dando curso e essa estratégia, mas de forma não explicitamente clara, o MBL articulou-se com grandes empresários, ruralistas e evangélicos, defensores intransigentes de pautas neoliberais, reacionárias e conservadoras (ALVES, 2017), seu campo de batalha por excelência.

Outros indícios apontam para a veracidade das afirmações que asseguram a intensa proximidade com os irmãos Koch, notórios financiadores de movimentos conservadores mundo afora. Ainda no início de 2015, diversos textos elaborados por integrantes do EPL foram publicados no sítio do MBL, utilizando a sua plataforma eletrônica para o proselitismo das bandeiras econômicas liberais e socialmente conservadoras, ao que as lideranças do movimento se apressaram em alegar ser tão-somente a existência de uma identidade de ideias, sem nenhuma relação com eventual financiamento das atividades do grupo ou sua condição de beneficiário de doações volumosas (ANTUNES, 2015), bradando que o financiamento do grupo se dava em decorrência das generosas contribuições que recebiam de seus membros.

O Estudantes pela Liberdade (EPL) é a na versão nacional do *Students For Liberty* (SFL), uma organização fundada em 2008 (SILVA, 2020), em meio a uma conferência na Universidade de Columbia, e se define como uma rede constituída por estudantes que comungam de uma mesma visão de mundo, neoliberal na essência, e cuja missão seria a de educar, desenvolver e empoderar jovens em sua filosofia pró-liberdade (STUDENTS FOR LIBERTY, 2022) defesa da liberdade — embora, sua concepção de liberdade remeta, de fato, à liberdade de mercado. Considerando que o MBL foi gestado como o braço operacional do EPL para a ação política nas manifestações — o que diretamente e oficialmente não poderia fazer —, que aquele foi financiado por esse e dado que o EPL recebe recursos do SFL, então, pode-se inferir que o MBL se beneficiou, no mínimo, de um financiamento indireto (AMARAL, 2016), terceirizado.

Assim, pressionada pela intenção de vários de seus membros de participar das manifestações, mas limitada em razão da vedação imposta pela legislação norte-americana, decidiu pela criação de uma organização-espelho, uma marca-fantasia, dedicada, então, à participação política efetiva, sem comprometer sua relação com as fontes de financiamento, mas, também, como estratégia para a formação de quadros para a disputa político-eleitoral, sem gerar vínculos partidários. Essa vinculação, de toda

forma, convalida a vinculação do MBL com a Atlas, seja diretamente e a partir de sua criação ou de forma indireta, pela relação com a EPL. Pouco tempo depois, enfim, o MBL se autonomizaria, prática regularmente estimulada pela Atlas, diga-se de passagem.

E a Atlas, por sua vez, segundo Rocha (2015), compõe uma rede de articulação dedicada a disseminar os valores neoliberais, em parceria com o Cato e a Heritage Foundation, também americanas e que exercem forte influência na política americana e que se espalha pelo globo. Articuladas a partir da Atlas, são mais de 400 organizações, em mais de 80 países e regiões, dentre eles Canadá (15 organizações), Estados Unidos (156), Europa e Ásia Central (144), Oriente Médio e norte da Ásia (11), África (19), sul da Ásia (16), Extremo Oriente e Pacífico (27), Austrália e Nova Zelândia (8) e América Latina (72). Nessa rede, constavam organizações dos mais diversos países (ATLAS NETWORK, 2022), como Bulgária, Tanzânia, Nepal, Burundi, Venezuela, Bielorus, Índia e Honduras.

No Brasil, dentre as organizações que a Atlas apoiava (SILVA, 2020), mas que as denominava como sendo apoiadores (invertendo a lógica do financiamento), constavam: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, Estudantes Pela Liberdade Brasil, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto de Formação de Líderes, Instituto de Formação de Líderes – SP, Instituto de Formação de Líderes – SC, Instituto Liberal, Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Livres, Instituto Liberdade, Instituto Líderes do Amanhã e Instituto Millenium. Pode-se que o MBL não consta dessa lista, no entanto, isso pode significar uma estratégia para cumprimento da legislação tributária americana, que veda a doação de recursos para organizações envolvidas diretamente com ativismo político, como é o seu caso. O que não quer dizer que isso não ocorra, mas sim que não ocorre formalmente.

Durante o processo de cassação da presidenta Dilma Rousseff, noticiou-se que o movimento recebeu apoio financeiro de partidos políticos para a realização de suas atividades voltadas à mobilização popular pelo *impeachment* (LOPES, SEGALLA, 2016), no primeiro semestre de 2016. Áudios divulgados à época davam conta do oferecimento de suporte para a impressão de panfletos e o uso de carros de som, promovido pelo PSDB, PMDB, Solidariedade e o DEM (FORUM, 2016).

O fato concreto, em meio às diversas tentativas de tumultuar esse debate acerca do financiamento do grupo, é que a discussão sobre a fonte de recursos é sempre evitada



pelas lideranças do MBL (VIOMUNDO, 2017), seja pelas respostas enviesadas que disseminam — que transitam entre o auto-vitimismo, como forma de deslocar o questionamento para um lugar de constrangimento, e o ataque debochado ao interlocutor que o elabora, numa tentativa tanto de desqualificá-lo quanto de esvaziar o tema — ou pelo despudorado silêncio sobre essas questões.

Dessa forma, permanece publicamente irrespondido como o movimento se organiza e se financia, o que suscita interpretações das mais diversas, dada a relevância de sua posição social, ancorada pelos cerca de 2,5 milhões de seguidores nas redes sociais tão-logo apresentou candidatos em primeiro pleito eleitoral (2016) — no final de 2018, esse número atingiria mais de 3 milhões de seguidores.

A despeito da crescente polêmica alimentada por essa postura opaca, a própria gestão financeira aplicada ao movimento reafirma a condição de suspeição à qual sempre é associado, haja vista que toda a arrecadação auferida por meio de doações, vendas de produtos e filiações é direcionada a uma “associação privada” denominada Movimento Revolução Liberal, registrada em nome de quatro pessoas (VIOMUNDO, 2017), sendo três deles membros de uma mesma família, a família Santos: Renan, Alexandre e Stephanie. Registrada como uma OSCIP, concentrava todos os recursos recebidos, tornando ainda mais nebulosa a condição em que atuam. Àquela altura, a propósito, a família Santos respondia a 125 processos judiciais, relativos a negócios que antecederam a criação do MBL, em sua maioria alusivos à falta de pagamento de dívidas líquidas e certas, débitos fiscais, fraudes em execuções processuais e reclamações trabalhistas.

### **3.2. As estratégias de crescimento**

Abbud (2017) revela a estratégia de crescimento do MBL, calcada em alianças com o que classificava como “setores modernos da economia” (sistema financeiro, mercado de commodities, agronegócio, setor siderúrgico, etc.), evangélicos e descontentes em partidos políticos (especialmente no PSDB, DEM, PMDB e Partido Novo). Apenas no segmento financeiro, contava com mais de 150 executivos que, associados ou apoiadores, contribuía financeiramente com o movimento. Para a parcela composta por evangélicos, deslocou sua ação da esfera da doutrinação neoliberal para uma pauta voltada para as questões morais, de natureza conservadora, claro, expressa na postura refratária à liberdade artística. Não por acaso, atuou pelo cancelamento da

exposição *Queermuseu*<sup>26</sup> e da performance *La Bête*<sup>27</sup>, sob o argumento de incentivavam a pedofilia e a blasfêmia. Por iniciativas como essa, o MBL passou a ser acusado de promover a defesa da censura na arte.

Sem personalidade jurídica própria, o MBL se utilizava da estrutura jurídica do Movimento Renovação Liberal (MRL), valendo-se de seu CNPJ, da conta bancária e mesmo do imóvel em que se encontra sua sede. O MRL, formalizado em cartório em julho de 2014, se declarava uma entidade sem fins lucrativos, o que permitiria a seus doadores valerem-se do benefício da dedução no Imposto de Renda dos valores doados. Seu objeto social, sua atividade principal declarada era a prestação de “serviços de feiras, congressos, exposições e festas.”

No entanto, há controvérsias quanto à data da efetiva fundação do MBL. Silva (2020) ressalta que, em consulta à página oficial do movimento na internet, a data informada como de fundação seria 1º de novembro de 2014. Porém, Fábio Ostermann, fundador do EPL, de onde o MBL teria derivado, sustentou em entrevista que a formação do movimento teria ocorrido em 2013 e se estruturado após a eleição de 2014. De fato, em 18 junho de 2013, já possuía uma página no Facebook, em que divulgava seus feitos — como, por exemplo, o fato de que, com menos de 24 horas de existência da página, já registrava mais de 1.000 seguidores — e conclamava o engajamento de simpatizantes.

A propósito, a referência à inserção do movimento nas redes sociais é providencial e oportuna, pois, talvez como nenhum outro, soube usá-las com extrema eficiência (SILVA, 2020), valendo-se de uma linguagem acessível e de pautas que dialogavam com os jovens, intensificando críticas à política e aos políticos, mas ao mesmo tempo se colocando como alternativa para a discussão desse tema. Assim, gerou empatia com seu público-alvo e com ele desenvolveu enorme lastro social, o que rapidamente promoveu a

---

<sup>26</sup> A exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, de temática LGBT, em Porto Alegre (RS), e que contava com obras de artistas conhecidos internacionalmente (Alfredo Volpi e Cândido Portinari) permaneceu aberta por apenas 26 dias, até setembro de 2017, pressionada por manifestações de grupos conservadores, destacando-se o MBL. No mês seguinte, deveria ser transferida para o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), porém, foi vetada pelo então prefeito carioca, Marcelo Crivella. Apenas em 18 de agosto de 2018, iniciou sua temporada carioca no Parque Lage, também marcada pela polêmica, com manifestações intensas e constantes de organizações conservadoras, como a Liga Cristã, os Templários da Pátria e o MBL. A campanha organizada para a arrecadação de fundos que assegurassem a sua realização captou mais de R\$ 1 milhão e contou com show de Caetano Veloso. Na temporada carioca, ficou em cartaz até 16 de setembro, atraindo multidões e com uma apresentação de Ney Matogrosso em seu encerramento.

<sup>27</sup> Performance de Wagner Schwartz, realizada no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, foi acusada de promover a erotização infantil, em uma campanha intensa de boicote e ataque aos organizadores.

disseminação de um discurso pleno de inconformismo e fortemente alimentado pela esperança de construção de uma outra realidade. Começava a conquistar o espaço político que almejava.

O ano de 2015 se iniciou sem grandes manifestações de rua, mas com uma profunda “ressaca” para aqueles que se mostravam inconformados com a vitória de Dilma Rousseff na eleição de 2014, sendo reeleita presidenta da República (PINHEIRO-MACHADO, FREIXO, 2019). Mas essa calma não se via na grande mídia, ocupada desde o dia do segundo turno da eleição por um personagem que, presidente nacional do PSDB e candidato derrotado, dedicava-se a contestar o resultado das eleições, embora não apresentasse nenhum elemento de fundamentação que embasasse suas denúncias e queixas: o senador Aécio Neves (MG). Esse ambiente que criara, alimentava fortemente a adesão dos opositores de Dilma a ideias de natureza golpista, transformando o país em um cenário de conflito político conflagrado. Diuturnamente, essa era a principal pauta política dos grandes veículos de comunicação, o que irradiava para os veículos menores, tão interessados em boicotar o resultado da eleição quantos os maiores. Na verdade, o país começava a viver um clima de terceiro turno das eleições de 2014.

Ao longo do ano de 2015, o MBL se dedicaria com extremo afincamento à sua estruturação como movimento catalisador das esperanças de mudança que habitavam os descontentes com os rumos da política nacional. Mesmo organizando eventos públicos que lhe assegurassem mais visibilidade, inserindo-se nas pautas dos telejornais e programas de entrevistas, produzindo materiais de divulgação e posicionamento na mídia (artigos, comentários, etc), articulando tratativas com parlamentares com os quais apresentava identidade ideológica e programática, ainda assim dedicava-se intensamente a seu projeto de expansão nas redes sociais. Dessa forma, em 21 de setembro publicava em sua página do Facebook o Manual de Filiais do MBL, um conjunto de orientações cujo propósito era a criação de células do movimento em bairros e cidades de todo o Brasil, o que reforçava o vínculo com os simpatizantes e seguidores (MBL, 2015).

De outra forma, sua estratégia de atuação empírica nas manifestações reproduzia, ironicamente, muito das formas de mobilização associadas à lógica das esquerdas, não obstante as relações nunca admitidas com partidos políticos da direita nacional e *think tanks* norte-americanas (BRASIL DE FATO, 2017). Seu diferencial mais expressivo era a utilização ao extremo das redes sociais, o que se constituía não apenas em uma novidade

extremamente relevante para a mobilização de pessoas e disseminação de seu ideário, mas se revelaria o “calcanhar de Aquiles” das esquerdas, que faziam uso rudimentar desse recurso e tampouco entendiam sua condição determinante do êxito na comunicação de e com as massas.

Com uma militância apologética dedicada à estruturação de “uma nova direita”, o MBL não tardou em se caracterizar como executor dessa idealizada dimensão conservadora, pautando-se sobremaneira pelo liberalismo de Hayek<sup>28</sup> e focando sua atuação na polarização contra o comunismo e o socialismo, ambos sintetizados de forma objetiva no antipetismo, na oposição ferrenha ao Partido dos Trabalhadores e seus integrantes.

E a caracterização dessa “nova direita”, tida como um desdobramento qualificado da direita tradicional, anunciada como uma relevante novidade conceitual na política brasileira, na verdade, pouco diferia da concepção que designava os eleitores de Jânio Quadros e Paulo Maluf, na São Paulo de meado dos anos 1980 (CARDOSO, 2020), ou seja, reproduzia características já identificadas e analisadas há mais de 25 anos.

A convergência de perfil entre esses dois públicos distintos e distanciados pelo período de um quarto de século, revelou importante elemento constitutivo da análise das potencialidades presentes no horizonte dos atores dessa construção política, vislumbrado o conjunto de características que visavam atingir: indivíduos facilmente arregimentáveis para a defesa de causas que se contrapusesse ferrenhamente às pautas identitárias e igualitárias, defensores que eram de soluções conservadoras, moralistas e autoritárias, concebidas em um ambiente de agressividade naturalizada (PIERUCCI, 1987).

Nesse contexto, uma das frases utilizadas como consigna de militância já no calor das manifestações de junho 2013 referia-se à uma imagem épica, alardeando que “O gigante acordou” (SINGER, 2013), assumiria, tempos depois e ainda que subliminarmente, um caráter intimidador, hostil, autoritário, enfim. Retrospectivamente, poder-se-ia denunciar a dimensão autoritária dessa expressão.

À essa altura, apresentava-se não apenas como um espaço para o simples desabafo dos descontentes e inconformados com o Governo Dilma, com o PT e com a esquerda,

---

<sup>28</sup> Friedrich August von Hayek (1899-1992), foi um economista, filósofo e acadêmico austríaco, filiado à Escola Austríaca de pensamento econômico. Mentor intelectual de gerações de liberais, dedicou a maior parte de sua vida ao ativismo político pelo liberalismo contemporâneo ou neoliberalismo. Considerava o mercado como o cerne da vida social e o individualismo como traço essencial da ação humana. É um verdadeiro ícone da extrema-direita brasileira.

mas, tendo registrado em seu *Manual de Filiais*, como uma pretenciosa “nova massa crítica intelectual” e verdadeira opção de “oposição ao modelo econômico petista” (MBL, 2015), explicitamente se colocando como o agente acolhedor daqueles que na condição de pagadores de impostos não recebiam a devida contrapartida do governo. Declarava-se ardoroso defensor do livre mercado e da livre iniciativa, da primazia do indivíduo sobre o Estado, da propriedade privada, da meritocracia, do federalismo, da desregulamentação das leis trabalhistas, do fim do voto obrigatório, da democracia representativa, etc, dentre outros lugares-comuns direitistas e platitudes consensuais.

**Imagem 3. Convocação para manifestação de 15.03.2015, contra o governo Dilma**



Fonte: Página do MBL no Facebook, 19.02.2015 <sup>29</sup>.

Sem dúvida, lançando mão de uma cartilha de cunho fortemente liberal e politicamente convergente com as aspirações da conjuntura da época, começava a pavimentar seu futuro ingresso no universo da política institucional, formal, embora negasse isso de forma taxativa ao criticar diversos partidos políticos do espectro com o qual se identificava, a direita. Mas essas críticas eram vagas e genéricas, deixando margem para que, observadas as fluidas condições que salientava como essenciais, pudessem seus membros lançarem-se candidatos no próximo pleito eleitoral, as eleições municipais que ocorreriam em 2016.

Em 28 e 29 de novembro de 2015, realizaria seu I Congresso Nacional, em São Paulo, no Centro de Convenções Rebouças, em um evento que contou com figuras

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre> . Acesso em: 25.01.2023.

folclóricas da vida política e econômica do Brasil (AZEVEDO, 2015): o consultor de empresas Stephen Kanitz, alucinado propagador de ideias liberais; Hélio Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil; o deputado estadual gaúcho Marcel Van Hattem (que dentre os Projetos de Lei que apresentou à Assembleia Legislativa do RS, constavam um que instituía o Escola sem Partido e outro que determinava que os presos em regimes fechado e semiaberto deveriam reembolsar o Estado pelos custos da estrutura carcerária); o empresário Tallis Gomes (um jovem criador de um aplicativo para chamadas de táxi e cuja fortuna era estimada em cerca de R\$ 1 bilhão e conhecido palestrante defensor ferrenho da meritocracia) e o jornalista Reinaldo Azevedo (feroz opositor ao PT e a tudo que em torno dele gravitasse ou dele derivasse).

Nesse evento, delineou-se seu perfil ideológico de forma mais explícita com a sistematização de um conjunto de propostas aprovadas que, explorando o maniqueísmo ideológico entre eficiência/transparência/meritocracia/virtudes do mercado contra inoperância/corrupção/privilégios/vícios do Estado (SILVA, 2020), constituiriam sua pauta de divulgação de ideias. Um extenso rol de propostas, portanto, foi incorporado à sua concepção de premissas, princípios e diretrizes: o projeto Escola sem Partido; a militarização das escolas; a revogação da Lei Rouanet; o fim do voto obrigatório; a privatização de presídios; a redistribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados; a implantação do voto distrital; a privatização das empresas estatais; o substituição do FGTS; a redução das alíquotas do ICMS; a defesa de um Estado mínimo; a defesa do livre mercado; o fim da reeleição; a simplificação do sistema tributário; o fim das cotas raciais, sociais e de gênero; o fortalecimento do antipetismo; dentre outras, que reforçavam sua natureza conservadora, neoliberal, elitista e autoritário. Não por acaso, embora possa decorrer de um gritante ato falho, o ícone que identifica o link para os Grupos de Discussão em seu sítio eletrônico exibe a o desenho de um grupo de pessoas em um debate de ideais, com esse desenho exibindo as pessoas todas vestidas como liberais ingleses da época vitoriana, no século XIX.

Situando-se na linha de frente das manifestações e exercendo um protagonismo reconhecido por todos, o MBL exerceu largamente essa condição mobilizando simpatizantes e seguidores pelas redes sociais, registrando um alcance inimaginável em prol de suas convocações.

Imagem 04. Convocação do MBL para protesto pró-impeachment da presidenta  
Dilma Rousseff, em 13.03.2016



Fonte: Página do MBL no Facebook, 10.03.2016<sup>30</sup>.

Adotando a estratégia de ocupar todos os espaços possíveis na mídia, forçando participações e sugerindo pautas, suas lideranças conseguiram importante exposição e visibilidade, em cujas oportunidades puderam exercer o proselitismo de suas propostas e construir empatias com o público.

A bem da verdade, o MBL despertou, desde o seu surgimento, um enorme apelo na mídia (CARDOSO, 2020), dadas algumas de suas características e traços distintivos que, ainda que de forma imprecisa, o associava a eventos que se disseminavam pelo mundo à época, em uma aparente pretensa tentativa de criar uma inexistente identidade entre ele e os movimentos internacionais pela liberdade e participação, como o Occupy e a Primavera Árabe — o que não possuía nenhum fundamento, dadas as imensas diferenças e motivações distintas que os separavam. A principal delas era a orientação progressista e extremamente humanizada das manifestações ocorridas nos diversos cantos do planeta, que contrastava com a motivação liberal e conservadora do MBL.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre> . Acesso em: 25.01.2023.

A propósito, parcelas significativas da mídia tradicional, ainda que de forma subliminar, demonstrava evidente simpatia pelo MBL (FERES JÚNIOR, 2017), o que se manifestava de diferentes e variadas maneiras, desde a elaboração de pautas tendenciosas, passando por entrevistas e opiniões direcionadas, chegando a mal disfarçadas posturas de adesão (formal ou tácita) ao movimento.

Diversos foram os veículos de comunicação que, em algum momento, expressaram uma prática regular de simpatia explícita pelo MBL, como a revista semanal *Veja* (GONÇALVES, 2018), a rádio Jovem Pan e o jornal *O Estado de S. Paulo*, históricos partidários da direita política na mídia corporativa tradicional. A esse grupo, adicionaram-se publicações então recentes, as revistas eletrônicas *O Antagonista* e *Crusoé*, ambas de menor expressão, mas radicalmente mais intensas no ativismo.

Jornalistas e comentaristas políticos como Reinaldo Azevedo, Augusto Nunes, Diogo Mainardi, Felipe Moura Brasil, Joice Hasselmann, Guilherme Fiúza, Marco Antônio Villa e Rodrigo Constantino, dentre outros, não se constrangeram em elogiar ou mesmo promover o proselitismo do movimento (JOVEM PAN, 2016), em algum momento, especialmente nos meses que antecederam e sucederam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O caso do humorista e apresentador de televisão Danilo Gentili, titular de um programa noturno diário no SBT, é emblemático dessa relação. De simples simpatizante a potencial quadro político do movimento, sua relação passou por altos e baixos, cogitando-se até uma candidatura à sucessão de Bolsonaro (O ANTAGONISTA, 2021).

Ao mesmo tempo e como demonstração da sua intolerância para com adversários ou apenas para com jornalistas que não demonstravam simpatias pelo movimento, direcionava sua artilharia pesada de fakenews contra aqueles que classificava como detratores (ALMEIDA, 2017). Exemplo dessa postura foi o episódio envolvendo o jornalista Artur Rodrigues, da *Folha de S. Paulo*, duramente atacado por revelar incoerências <sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Em reportagem de 25 de setembro de 2017, publicada na *Folha de S. Paulo*, o repórter Artur Rodrigues revelou que dois integrantes do MBL, Cauê Del Valle e Eric Balbino, teriam sido contratados pela Prefeitura de São Paulo, sendo que um deles foi designado para apagar pichações efetuadas por manifestantes na casa do prefeito João Dória. A reação do movimento foi deflagar uma intensa campanha difamatória nas redes sociais contra o mencionado jornalista. Registre-se que vários indícios apontavam para o fato de o MBL ser um braço articulado de João Dória nas redes sociais, colaborando para a construção de seu futuro político.



Nas redes sociais, desde sempre despertou a atenção para a enorme capacidade de diálogo no universo virtual, sendo reconhecido como liderança incontestada em visualizações e compartilhamentos. Essa foi a ferramenta mais utilizada para expandir seus seguidores e elevar seu nível de aceitação, elementos essenciais para o atingimento do objetivo a que se propôs: a participação nas eleições municipais de 2016.

### **3.3. O ingresso na política tradicional e o flerte com o bolsonarismo**

Catalisador de muitas das maiores manifestações de rua contra a presidenta Dilma, em 2015 e 2016, o MBL decidiu-se por conquistar representação formal na política, tanto no Executivo quanto no Legislativo, optando por lançar vários candidatos às eleições municipais de 2016, utilizando-se de diversas legendas para esse propósito e definindo sua pauta de propostas a partir da radicalização do liberalismo econômico.

No total, lançou 46 candidatos a vereador<sup>32</sup> e um candidato a prefeito (LIBÓRIO, 2016), obtendo resultados satisfatórios. Elegeu oito vereadores, em quatro estados diferentes:

- Fernando Holiday (DEM), em São Paulo (SP), com 48.055 votos, posicionando-se em 13º lugar dentre os 55 vereadores eleitos para a Casa;
- Homero Marchese (PV), em Maringá (PR), com 6.533 votos, o mais votado da história da cidade;
- Ramiro Rosário (PSDB), em Porto Alegre (RS), com 4.676 votos;
- Filipe Barros (PRB), em Londrina (PR), com 4.227 votos;
- Marschelo Meche (PSDB), em Americana (SP), com 1.372 votos;
- Emília Correa (PEN), em Aracaju (SE), com 3.652 votos;
- Carol Gomes (PSDB), em Rio Claro (SP), com 1.204 votos;
- Léo Braga (PSDB), em Sapiranga (RS), com 869 votos.

Na eleição majoritária, o único candidato lançado pelo movimento, Zé Pocai (PPS), em Monte Sião (MG), obteve 5.944 votos, equivalentes a 43,28% do total dos votos válidos na cidade que, à época, possuía 23.238 habitantes. Considerando que no

---

<sup>32</sup> A representação partidária desses 46 candidatos se distribuiu da seguinte forma: PSDB (10 candidatos), DEM (10), PP (5), PSC (5), PTB (3), PRB (2), Partido Novo (2), PEN (2), e com um candidato: Solidariedade, PROS, PV, PSB, PHS, PTN e PMDB.

município não havia segundo turno, foi eleito prefeito para o mandato 2017-2020, concedendo ao movimento a primazia de obter 100% de êxito nesse quesito.

Saudada como exitosa, essa campanha do MBL suscitou dúvidas quanto aos fatores que contribuíram para o resultado obtido, uma vez que se tratava de sua estreia em pleitos eleitorais, como instituição da sociedade civil atuante na esfera da participação política e considerando que sua formalização como tal se dera há apenas dois anos.

Evidentemente, os fenômenos político-eleitorais não se explicam de forma matemática, pois, geralmente resultam de uma combinação de fatores que se integram e se ajustam ao sabor do momento histórico e da volatilidade da percepção do eleitor. Além disso, consiste em um universo em que as situações nem sempre primam pela clareza e pela efetividade, invariavelmente cobertas pelas brumas da política partidária brasileira.

Contudo, alguns elementos merecem atenção nesse processo de análise das razões que o catapultaram para parlamento de cidades de três estados de grande relevância — São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Os eleitos apresentaram alguns pontos em comum em suas trajetórias políticas, que aglutinados podem ter contribuído para o êxito eleitoral.

Esse conjunto de elementos que, de alguma maneira, influenciaram ou foram determinantes para o resultado eleitoral, transitou em um universo de ações e percepções que se entrecruzavam concomitantemente em vários momentos, considerando a agremiação partidária representada, a disponibilidade de recursos financeiros (ainda que obtidos à margem da legislação eleitoral), a mobilização em torno de uma pauta específica, a maior exposição na mídia e desembocava no antipetismo (TELLES, 2016).

A legenda partidária se destacou como determinante, pois, a despeito dos discursos antissistema e anti-política que disseminaram, cinco dos eleitos (mais de 70%, portanto) estavam filiados e fizeram campanha por partidos de grande tradição e visibilidade na política nacional contemporânea, sendo quatro pelo PSDB e um pelo DEM. O dado concreto é que as grandes legendas costumam mobilizar um número maior de eleitores e tradicionalmente se beneficiarem de uma maior proporcionalidade eleitoral, formando bancadas numerosas, o que favorece a eleição de candidatos sem muita expressão eleitoral (SOUZA, MESSIAS, ESPIÑEIRA, 2017).

Por fim, o eleito pelo PRB contava com o público evangélico (o partido sempre foi ligado e comandado pela *Igreja Universal do Reino de Deus*, comandada pelo Bispo Edir Macedo) como potencial eleitor de candidatos da legenda e o do PV, tinha a seu lado

a construção histórica de serenidade e lisura política do partido, ainda que retórica — pouquíssimas vezes executou esses pressupostos na prática.

Essa condição resultou como desdobramento de uma prática que o MBL pensara há mais de um ano, com a orientação de aproximação de determinadas agremiações partidárias (PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, Novo, PRB, PRP, PSB, PPS, PT do B e PRTB) e o distanciamento de outras (PT, PSOL, PCB, PC do B, PSTU e PCO), indicando o caminho para a preparação eleitoral do movimento (MANUAL DE FILIAÇÃO DO MBL, 2015).

Quanto à disponibilidade de recursos para seus candidatos, pode-se inferir que houve o recebimento de valores de forma indireta (e repassados informalmente aos candidatos com maior potencial eleitoral), dada a relação umbilical com o EPL, a organização que, legalmente, era beneficiada por repasses do exterior — oriundos do Atlas Network e do Students For Liberty). Ocorre que entre 2012 e 2016, as despesas do EPL aumentaram em mais de dez vezes, gerando rumores de que financiara candidatos do MBL, ao largo da legislação eleitoral brasileira (BAGGIO, 2016).

As pautas exploradas não diferiram muito do que se disseminou desde as manifestações de junho de 2013 e cujas bandeiras foram associadas a distintos movimentos, especialmente o MBL. A partir daquelas jornadas, temas como o combate à corrupção, a defesa do liberalismo econômico, a redução do tamanho do Estado e a indisponibilidade da propriedade privada, dentre outros (SOUZA; MESSIAS; ESPÍNEIRA, 2017), foram apontados como vácuos esquecidos pelos partidos tradicionais da chamada “velha política”. Durante a campanha, no entanto, esses mesmos partidos (da direita política e mesmo os do centro desse espectro) tentaram se apropriar oportunisticamente dessas bandeiras, o que pode ter gerado um efeito potencializador de reconhecimento da identidade com o MBL. O tom pitoresco

A presença massiva na mídia contribuiu sobremaneira para elevar o nível de competitividade dos candidatos, todos tidos como lideranças regionais, com recorrente exposição em diferentes veículos, assim como nas redes sociais, o que lhes tornava mais populares, especialmente nos segmentos mais jovens, assíduos usuários das redes. Na verdade, muito da expansão das organizações associadas à direita política devem essa condição ao exponencial crescimento das redes sociais (ESCOSTEGUY FILHO, 2019) como ferramenta e veículo de comunicação instantânea entre as pessoas, permitindo a

aproximação entre os iguais, entre pessoas que comungam das mesmas ideias e concepções políticas. O crescimento dessas organizações está diretamente ligado às redes, portanto. O MBL, sempre ativo nas redes sociais, desde as manifestações de junho de 2013, foi o maior beneficiário desse processo.

Por fim, o antipetismo funcionou como um verdadeiro impulsionador de candidaturas naquele pleito. Intenso desde o início das Jornadas de Junho de 2013, o antipetismo funcionou como um polo atrativo de manifestantes, tamanha era a sua presença no dia a dia das pessoas (SOUZA; MESSIAS; ESPÍNEIRA, 2017). Alimentado por *fakenews* e anabolizado por uma visão reacionária e distorcida da realidade, tornou-se o mais eficaz agregador de insatisfeitos daquela eleição, tamanho o seu potencial de coesão e sinergia. Nessa perspectiva, o MBL (e conseqüentemente os seus candidatos) teve a seu favor o fato de que fora um dos pioneiros a bradar a insígnia “Fora PT!”, que rapidamente se disseminou qual um rastilho de pólvora.

No tocante aos oito vereadores eleitos, observou-se que mantiveram ativas as bandeiras do movimento, conservadoras, neoliberais e refratárias às questões sociais, como demonstram os desempenhos apresentados por cada um deles. Contudo, o ambiente do parlamento despertou em alguns o desejo de voos maiores, lançando-se candidatos a deputado em 2018.

Uma breve retrospectiva do desempenho desses parlamentares no curso de seus mandatos em quatro estados distintos (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Sergipe) ajuda a compreender a motivação que os impulsionou, da candidatura à performance em plenário, passando pela atuação na sociedade. É o que se apresenta a seguir.

**Imagem 5. Fernando Holiday, eleito vereador em São Paulo/SP, pelo DEM**



Fonte: Gustavo Lima / Câmara dos Deputados/VEJA <sup>33</sup>

De todos os parlamentares ligados ao MBL e eleitos em 2016, Fernando Holiday (Imagem 5), eleito o vereador mais jovem da história da cidade de São Paulo (tinha 20 anos), foi, indubitavelmente, o que mais teve exposição na mídia e, conseqüentemente, quem mais ampliou o universo de participação do movimento.

Polêmico em suas falas e posturas, em diversas ocasiões foi alvo de manifestações devido a comentários que transitavam do racismo (mesmo tratando-se de um negro!) à transfobia, passando pelo deboche dos opositores. Apesar de ter adotado uma linha extremamente provocadora em seu início na Câmara Municipal, não tardou a adequar seu comportamento a um padrão de cordialidade e boa convivência com os pares do Legislativo (BETIM, 2017).

**Fernando Holiday** teve excelente votação na maior cidade do país, São Paulo, funcionando como cartão de visitas e vitrine do ideário do movimento. Apresentou um desempenho voltado intensamente para a pauta conservadora e neoliberal (RADAR MUNICIPAL, 2020), elaborando projetos de lei de conteúdo moralista, demagógico e reacionário, dentre eles a proposição sobre o fim do sistema de cotas raciais, a extinção do Tribunal de Contas do Município, criação do programa “Escola sem partido”, ampliação dos processos de privatização, implementação de um sistema de avaliação do servidor municipal com passe na meritocracia, proposição da criação do dia do nascituro, dentre outros.

---

<sup>33</sup> Veja. “MBL elege um prefeito e sete vereadores, mas não emplaca 82%”, Felipe Frazão, 03.10.2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mbl-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>. Acesso em 23.01.2023.

Imagem 6. **Homero Marchese, vereador eleito em Maringá (PR).**



Fonte: Hoje Mais Maringá, 12.08.2020 <sup>34</sup>.

**Homero Marchese** teve atuação apagada, aprovando projetos de reduzidíssima relevância social, como a criação do Clube do Livro e a realização de eventos, como simpósios e palestras referentes à arborização da cidade e sobre a escalada da violência no município, além de um Projeto de Lei que instituía o Dia de Conscientização contra o Aborto e a Marcha pela Vida (CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2018). Em 2018, já no PROS, candidatou-se e se elegeu Deputado Estadual no Paraná.

Imagem 7. **Ramiro Rosário, vereador eleito em Porto Alegre (RS).**



Fonte: Página do vereador <sup>35</sup>

**Ramiro Rosário** desenvolveu um mandato de cunho notadamente neoliberal (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2022), defendendo pautas e elaborando propostas que privilegiaram a redução do tamanho do Estado, a defesa do segmento empresarial, o moralismo na política, o vago combate à corrupção e o

---

<sup>34</sup> Hoje Mais Maringá, “Homero Marchese se lança candidato a prefeito de Maringá com Coronel Fahur como Vice”, 12.08.2020. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/maringa/noticia/politica/homero-marchese-se-lanca-candidato-a-prefeito-de-maringa-com-coronel-fahur-como-vice>. Acesso em: 22.01.2023.

<sup>35</sup> Página pessoal de Ramiro Rosário, s.d. Disponível em: [www.ramirorosario.com.br/ramiro-rosario](http://www.ramirorosario.com.br/ramiro-rosario). Acesso em: 22.01.2023.

regressividade tributária (apresentou um Projeto de Lei que propugnava o fim da progressividade da alíquota do IPTU).

Imagem 8. **Filipe Barros, vereador eleito em Londrina (PR).**



Fonte: Site do PRB <sup>36</sup>

**Filipe Barros**, a partir de 2018, passou a ser chamado de “o homem de Bolsonaro no Paraná”, tamanha era a identificação com o candidato e futuro presidente da República (GAZETA DO POVO, 2018b). Entusiasta e ativista de primeira hora do programa “Escola sem partido”, dedicou-se ao combate ao aborto e à ideologia de gênero, notabilizando-se pela iniciativa de propor o Dia do Nascituro.

Imagem 9. **Marschelo Meche, vereador eleito em Americana (SP).**



Fonte: Página da Câmara Municipal de Americana/SP <sup>37</sup>.

**Marschelo Meche** mostrou-se fiel seguidor da ideologia do movimento, envolvendo-se em polêmicas e tomando a frente na defesa de ideias conservadoras, ainda que isso representasse algum tipo de isolamento. Árduo defensor do programa “Escola

---

<sup>36</sup> Partido Republicano Brasileiro, s.d. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/>. Acesso em: 22.01.2023.

<sup>37</sup> AMERICANA. “Marschelo Meche pede providências sobre programa de combate ao diabetes infantil”, 20.05.2021. Disponível em: <https://www.camara-americana.sp.gov.br/noticias/marschelo-meche-pede-providencias-sobre-programa-de-combate-ao-diabetes-infantil,20-05-2021>. Acesso em: 22.01.2023.

sem partido”, propôs a implementação do modelo de Escola Cívico-militar (as chamadas escolas militares), a criação do Dia do Atirador Desportivo e a conversão de multas financeiras em compensação social (CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA, 2022). Chegou também a propor uma lei que previa a aplicação de multa financeira a usuários de drogas que fossem flagrados utilizando entorpecentes em locais públicos — paradoxalmente, anos após a posse, foi flagrado em um motel, na cidade vizinha de Santa Bárbara D’Oeste, portando cocaína, que alegou ser para consumo próprio (PORTAL DE AMERICANA, 2019).

Imagem 10. **Emília Correa, vereadora eleita em Aracaju (SE).**



Fonte: Jornal digital *Lagarto News*, 06.10.2016 <sup>38</sup>.

**Emília Correa**, Defensora Pública do Estado de Sergipe, tornou-se suplente de vereador nas eleições de 2012, assumindo o mandato no início de 2013, após o afastamento do titular para assumir um cargo de secretário na Administração Municipal da capital, Aracaju. Foi a décima quarta mais votada para o legislativo aracajuense.

---

<sup>38</sup> LAGARTO NEWS. “Filha de Lagarto é eleita vereadora em Aracaju”, Marcos Peris, 06.10.2016. Disponível em: <http://www.lagartonoticias.com.br/2016/10/06/36173/>. Acesso em: 22.01.2023.



**Imagem 11. Carol Gomes, eleita vereadora em Rio Claro (SP).**



Fonte: Câmara Municipal de Piracicaba, 19.10.2018 <sup>39</sup>.

**Carol Gomes**, a mais jovem parlamentar da história de Rio Claro, embora tenha apresentado proposições relevantes para as áreas de Meio Ambiente e desenvolvimento econômico, caracterizou-se como uma parlamentar de linha conservadora, moralista e privatista (DIÁRIO DO RIO CLARO, 2022), explicitando sua vocação para o liberalismo.

**Imagem 12. Léo Braga, vereador eleito em Sapiranga (RS).**



Fonte: *Jornal Repercussão*.

**Léo Braga** trabalhou pelo combate à corrupção no serviço público, proferindo discursos tão moralistas quanto evasivos do ponto de vista objetivo, representando tão-somente iniciativas retóricas. Chegou até mesmo a assinar Moção de Apoio à aprovação do PL nº 4.754/2016, da Câmara dos Deputados, que previa o enquadramento em crime de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que usurpassem as competências dos Poderes Executivo e Legislativo (CÂMARA MUNICIPAL DE

---

<sup>39</sup> PIRACICABA. Câmara Municipal. “Eleita em Rio Claro, Carol foca história de vida e luta contra drogas”, 19.10.2018. Disponível em: <https://m.camarapiracicaba.sp.gov.br/eleita-em-rio-claro-carol-foca-historia-de-vida-e-luta-contradrogas-42110>. Acesso em: 27.01.2023.

SAPIRANGA, 2018). Envolvido em escândalo associado à eleição da Mesa Diretora da Casa Legislativa, foi cassado por corrupção, em novembro de 2019 (ZERO HORA, 2019), junto com outros dois vereadores.

Além desses oito vereadores eleitos, o MBL também conseguiu votação suficiente para fazer seis suplentes de vereador (JOVEM PAN, 2016):

- Paulo Filippus (DEM), em Gaspar (SC);
- Carol de Toni (PP), em Chapecó (SC);
- Gil Corrêa (PSDB), em São João del Rei (MG);
- Gabriel Neubert (PP), em Capão da Canoa (RS);
- Douglas Godoy (DEM), em Irati (PR); e
- Ronald Tanimoto (DEM), em São Paulo (SP).

Mostrando-se à vontade no ambiente político ao qual houvera aderido recentemente, também apoiou cinco candidaturas a prefeito do PSDB (JOVEM PAN, 2016), todos constantes do segundo turno das eleições de 2016, com os quais mantinha estreita relação:

- Nelson Marchezan Júnior, em Porto Alegre (RS);
- João Leite, em Belo Horizonte (MG);
- Luiz Fernando Machado, em Jundiaí (SP);
- Orlando Morando, em São Bernardo do Campo (SP); e
- Paulo Serra, em Santo André (SP).

Apenas João Leite não se elegeu prefeito, em Belo Horizonte (MG).

Imagem 13. Zé Pocaí em campanha, em 2016



Foto: UOL, Reprodução Facebook, 02.10.2016 <sup>40</sup>.

Quanto à gestão da Prefeitura de Monte Sião, o prefeito **Zé Pocaí** foi se aproximando a cada dia da pauta bolsonarista, voltada para o conservadorismo, o liberalismo econômico e o desdém para com determinadas atividades tradicionalmente fomentadas pelo Poder Público, como o turismo — não por acaso, não houve nomeação para o cargo de Diretor de Turismo ao longo dos quatro anos do mandato iniciado em 1º de janeiro de 2017 (TONOGIRO, 2021). Não tardou para trocar de partido e ingressar no PSL, o então partido de Bolsonaro.

Com a entrada do MBL no universo da política formal, não tardou para surgirem denúncias de que alguns de seus integrantes fossem objeto de denúncias de que, uma vez no poder, reproduziam as mesmas práticas nefastas que tanto combatiam nos políticos tradicionais. Beneficiados por apadrinhamento político, diversos de seus integrantes assumiram cargos de assessoramento em distintas prefeituras (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, 2017) que manifestavam admiração pelo movimento, como Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Caxias do Sul (RS) e São José dos Campos (SP), comandadas por prefeitos do PSDB, DEM e PMDB.

As denúncias davam conta da existência de privilégios, cabide de emprego e mesmo de corrupção, o que significava uma grave contradição com o discurso consagrado

---

<sup>40</sup> UOL. “Movimento pro-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores”, Bárbara Libório, 02.10.2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm>. Acesso em: 27.01.2023.

pelo movimento e disseminado na sociedade, se constituindo em diferencial em relação aos demais atores políticos.

Em suma, o MBL vivenciava, na prática, um conflito entre a retórica e a realidade, elegendo um prefeito e sete vereadores por partidos tradicionais que registravam em seus históricos episódios de corrupção e desmandos (ALONSO, 2017), contrapondo esse fato concreto aos discursos que seus membros disseminavam contra o que chamavam de “velha política”.

Desde 2015, quando passou a ter relevância no ambiente das manifestações contra a presidenta Dilma, flertou abertamente com o que se denominaria posteriormente de *bolsonarismo*<sup>41</sup>, incorporando discursos, reproduzindo posicionamentos e assumindo bandeiras comuns àquela versão do conservadorismo extremado (LIRIO, 2021), de forma que, em 2018, quando se identificou em Jair Bolsonaro um candidato efetivamente competitivo para as eleições daquele ano, contra o ex-presidente Lula (que mais à frente seria preso e impedido de se candidatar), MBL já surfava na onda do candidato-sensação, que emitia opiniões tão absurdas e extremadas que gerava mal estar nos candidatos tidos como tradicionais, ainda que de direita. Em vários episódios lideranças do movimento foram flagradas na companhia de Jair Bolsonaro e a defesa do ideário ultraconservador nunca foi visto com um problema pelo movimento.

Com esse histórico, o MBL se lançou às eleições de 2018, tanto com “candidatos-raiz” (oriundos de seus quadros) quanto com apoiadores declaradamente simpáticos ao movimento. Dessa forma, apresentou 8 candidatos a deputado federal, 7 a deputado estadual, 2 candidatos ao senado e uma candidata a vice-governadora, em uma operação que envolveu, uma vez mais, vários partidos.

Findo o pleito eleitoral, exultou com a eleição do que denominou uma “bancada do MBL” (GAZETA DO POVO, 2018a), afinal, elegeu 4 deputados federais — Kim Kataguire (DEM), por São Paulo, o segundo mais bem votado do estado, com mais de 460 mil votos; Zé Mário (DEM), por Goiás; Jerônimo Goergen (PP), pelo Rio Grande do Sul; e Sóstenes Cavalcante (DEM), por Rondônia —, 3 deputados estaduais — Arthur do Val (DEM), o “Mamãe Falei”, em São Paulo, com mais de 470 mil votos, o que o

---

<sup>41</sup> Termo cunhado para designar o fenômeno político que, de orientação moralista e ultraconservador, surgiu na política brasileira com força suficiente para rapidamente se enraizar e se desenvolver como corrente política ativa na sociedade. Identificado concomitantemente à ascensão do então deputado federal (PSC-RJ) e candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, acabou por nominar o neologismo.

posicionou em segundo lugar dentre os mais votados do estado; Homero Marchese (PROS), no Paraná; e Ulysses Moraes (DC), em Mato Grosso. Para o Senado, os dois candidatos se elegeram: Marcos Rogério (DEM), por Rondônia, e Eduardo Girão (PROS), pelo Ceará. Quanto à candidata a vice-governadora, Mônica Bahia (PSDB), pela Bahia, não se elegeu.

Analisemos o perfil político dos mais bem votados, Kim Kataguire e Arthur do Val, um eleito deputado federal e o outro, deputado estadual, ambos por São Paulo, o que assegurou enorme repercussão positiva para o movimento.

**Imagem 14. Kim Kataguire (esq.) e Arthur do Val, o “Mamãe Falei” (centro), eleitos em 2018, acompanhados do vereador Fernando Holiday**



Crédito: Karime Xavier (Folhapress) <sup>42</sup>

Apostando em estratégias de exploração do universo da semiótica, o MBL se especializou em trabalhar as ambiguidades implícitas nos signos da comunicação, combinando-as em seu favor, como na Imagem 14, em que seus membros — todos eleitos e, portanto, já integrando formalmente à institucionalidade —, expressam elementos de elevado potencial comunicacional.

---

<sup>42</sup> EL PAÍS BRASIL. “Associação familiar que recebe dinheiro do MBL entra na mira da Justiça”, Felipe Betin, 10.07.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-11/associacao-familiar-que-recebe-dinheiro-do-mbl-entra-na-mira-da-justica.html>. Acesso em: 23.01.2023.

Do ponto de vista étnico-racial, há diversidade de representação: um oriental, um branco e um negro são lembrados. A indumentária é abrangente e sinalizadora: se necessário adotar terno e gravata para defender o ideário, não há problemas; se a situação exigir apenas alguma sofisticação, sem os rigores da formalidade, também estarão prontos. Por fim, para que não se imagine que houve um distanciamento de suas “bases populares”, um dos membros não abre mão de manter o visual popular das “camisetas comuns”.

A informalidade do encontro, exibindo apenas jovens que “além de defenderem o país ainda se encontram para compartilhar felicidades”, procura consolidar uma imagem de normalidade, de simplicidade que os aproxima da população, em todos os seus estratos.

Arthur do Val, popularmente conhecido como “Mamãe Falei” teve votação estrondosa, 478.280 votos, o que o transformou no segundo deputado mais bem votado para a Assembleia Legislativa paulista. Digital influencer de grande popularidade nas redes sociais, se elegeu defendendo uma pauta liberal, em que constavam propostas de liberalização econômica e de moralidade do ambiente público (WIKIPEDIA, 2022a). Objeto de representação na Comissão de Ética parlamentar, por utilizar palavras de baixo calão em suas falas, logo despertou a antipatia de seus pares, pela veemência e ofensividade de suas falas. Não terminaria o mandato, cassado por prática de desrespeito ao decoro parlamentar (em 2022).

Kim Kataguire elegeu-se deputado federal por São Paulo, com a expressiva votação de 465.310 votos, se posicionando como o quarto candidato mais bem votado do estado. Fundador e coordenador do movimento, desde o início demonstrou facilidade no trato com os meios de comunicação, o que o qualificou para comparecer a eventos dos mais diversos como representante do MBL, o que lhe assegurou grande visibilidade. Com elevado grau de desenvoltura em aparições públicas e mobilizações de massa, seria classificado, pela revista norte-americana Time, em outubro de 2016, como um dos jovens mais influentes no mundo (WIKIPEDIA, 2022b).

Com esse capital político, o MBL passou a ser considerado uma força efetiva, transformando não apenas a visão de seus interlocutores, mas também a forma de se relacionar com o universo da política, alimentando a ideia de constituir um partido político (logo descartada).

Ademais, demonstrou, na prática, que apenas o fato de contar com volumosos recursos para a tarefa à qual foi designado não explica o êxito obtido nem tampouco a dimensão que assumiu (ROCHA, 2018), extrapolando todas as previsões elaboradas e construindo um espaço privilegiado de participação política.

Se o financiamento foi um elemento estratégico, vários outros fatores colaboraram para o resultado final que vislumbrou em 2018, no contexto da eleição presidencial que conduziu Jair Bolsonaro ao poder e lhe permitiu, vários episódios de oportunismo e ambição depois, ser visto como uma força política consolidada e protagonista de uma reconstrução de realidade política, em que a direita, sob todas as suas formas, até mesmo a ultradireita, passou a ter predominância nas manifestações de rua, se apropriando de uma condição que até então parecia ser um monopólio das esquerdas.

Cumprida essa trajetória, do completo anonimato ao ingresso na política formal, submetendo-se ao que anteriormente denominava de “velha política”, o MBL concluiu um ciclo de construção política em que exerceu reconhecido protagonismo, embora, efetivamente, não tenha deixado um legado próprio, original, visível e relevante para a política nacional (CASIMIRO, 2020). Não legou nenhum aporte qualitativo à forma de fazer política no Brasil, tampouco cumpriu o papel de exemplo vivo da prática política que propunha ao país, no que se refere ao desempenho de seus membros que chegaram ao parlamento, em qualquer dimensão de poder.



Imagem 15. Peça de divulgação institucional do MBL, em 2018



Fonte: Página do MBL no Facebook, 28.10.2018 <sup>43</sup>.

Como bem expressa a Imagem 13, o MBL sempre adotou a estratégia de se apropriar dos símbolos nacionais, no caso a Bandeira Nacional, mimetizando aspectos de uma suposta “brasilidade intrínseca” à sua existência. Não por acaso, as cores da bandeira sempre foram utilizadas à profusão, gravando no inconsciente das pessoas uma imagem de simbiose, de indissociável relação de fidelidade ao Brasil.

Associada a essa prática, o uso de uma linguagem claramente belicosa e artificialmente reativa sempre foi uma constante em sua forma de se expressar, notadamente para potencializar o mito do enfrentamento a tudo aquilo que afirmava constituir os males do país: o petismo, a corrupção, o comunismo, Lula, etc. Dessa forma, alimentava a pretensa condição épica de seus atos, sempre heroicos.

O discurso de ódio, a disseminação de inverdades e a retórica de criminalização das construções sociais que se empenhou em atacar, cumpriram o estratégico papel de elementos essenciais de um projeto político representativo das frações mais radicalmente extremadas da burguesia nacional e frontalmente antagônico às demandas e aspirações das classes populares (CASIMIRO, 2020).

Contudo, revelou-se uma farsa enquanto projeto político, na medida em que a única construção erigida, de fato, foi a própria carreira política de seus membros, envoltos

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre> . Acesso em: 25.02.2023.



todo o tempo em polêmicas sem conteúdo qualitativo e desprovidas de qualquer motivação real de transformação política. Representou não mais que um mero repositório das aspirações liberais da burguesia nacional e dos anseios neoliberais dos rentistas de diversos formatos.

Contudo, tão logo Bolsonaro venceu a eleição para presidente da República e tomou posse, as relações passaram por períodos turbulentos, com choques de posicionamentos e críticas a comportamentos do governo. Resultou em um gradual e discreto distanciamento, como forma de não vincular sua imagem à do presidente da República e atravessar o mandato sem comprometimento da imagem institucional do movimento e pessoal de seus membros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sequência às *Jornadas de Junho de 2013*, os movimentos ligados ao pensamento conservador, de direita, exibiam o antipetismo como recorrente estandarte das emissões discursivas alusivas às manifestações (MASSENBERG, 2019) contra o poder constituído (majoritariamente representado, em uma sucessão de associações, pelo Governo Federal, governo do PT, gestão Dilma Rousseff) e os comportamentos tidos como inadequados, em relação aos quais verbalizavam discursos de cunho moralista (contra a corrupção, o comunismo, a limitação de direitos, ...) e de costumes (reprovação de pautas progressistas e de respeito aos direitos civis e sociais, defesa da pátria e da família, contra as propostas de descriminalização do aborto, ...).

Bradavam, na verdade, contra qualquer situação que pudessem associar ao PT, ainda que de forma enviesada ou claramente infundada. Nesse pacote, engendrado para atingir a imagem do partido, cabia atribuir culpa pelos mais diversos fatos e acontecimentos, como a crise econômica, a expansão da corrupção, a realização da Copa do Mundo de futebol, dentre muitos outros eventos fortuitos e indesejáveis.

Formadores de opinião com relativa penetração nesse universo — como o autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho, o deputado Jair Bolsonaro, a jornalista Raquel Sheherazade, a ex-procuradora e ativista Beatriz Kicis, o pastor Marcos Feliciano, dentre muitos outros — exacerbavam na adoção da retórica hiperbólica da personificação do mal. Logo, a figura do Satanás passaria a protagonizar o cenário político, em aproximações cada vez maior entre a política e a religião, notadamente o segmento evangélico de perfil neopentecostal.

Com discurso predominantemente anticorrupção, o partido era visto como “o mais corrupto do Brasil” e Lula, “o chefe da quadrilha”. A síntese da retórica direcionava a atribuição da responsabilidade pelas crises econômica, política e moral pelas quais o Brasil passaria a uma associação entre a corrupção petista e à alegada inabilidade da presidenta Dilma Rousseff na gestão do país (SOLANO, 2019). Subsidiariamente, a partir de 2014, no bojo das denúncias sobre o chamado Mensalão, algumas das maiores lideranças do Partido dos Trabalhadores também seriam enredadas nessa cruzada antipetista, como José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e João Paulo Cunha.

Desde o primeiro momento dos protestos e mobilizações, o governo federal, assustado e sentindo-se acuado, tentou oferecer respostas à indignação exposta pelas ruas,

ainda que essa reação tenha se caracterizado pela baixa eficácia (BRAGA, 2013). Já em 25 de junho de 2013, portanto, em pleno mês inicial do movimento contestatório, o Ministério da Saúde (por meio do ministro Alexandre Padilha) anunciou o lançamento do programa “Mais médicos”, uma iniciativa que visava à contratação de cerca de 35 mil médicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em uma das mais extraordinárias ações de fortalecimento da saúde pública no Brasil. Mas, àquela altura, nada parecia arrefecer o ímpeto consolidado de rejeição ao Governo Dilma, mesmo porque a condução do movimento já havia sido sequestrada pelas forças conservadoras que a ele incorporariam o antipetismo como combustível preponderante.

Acusada de inabilidade política — até mesmo por vários de seus aliados mais próximos —, particularmente na condução da relação com o Legislativo, Dilma enfrentava altivamente o turbilhão de ataques incessantes que lhe direcionavam, que há muito já havia ultrapassado o limite da esfera política e avançava pela dimensão pessoal, tornando o embate não apenas injusto e inapropriado, mas essencialmente caracterizado pela baixeza das manifestações. Seu suposto erro, verdadeiramente, tinha sido o de se recusar a, no início de 2015, apoiar a candidatura de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados e, além de tudo, estimular o lançamento de uma candidatura de seu partido para concorrer naquele pleito, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). A adoção dessa postura transformou Cunha em seu inimigo figadal, que a partir desse momento, uma vez eleito, não mediu esforços para tornar seu governo absolutamente inviável.

A dinâmica de agitação política e institucional que circundou o processo de cassação da presidenta Dilma — resultando em seu impeachment, ao final —, articulado por diversas frações da elite nacional (política, econômica, judiciária, midiática, etc) e inserido no contexto dos movimentos neoconservadores (PINHEIRO-MACHADO, FREIXO, 2019), consolidou como prática normalizada a ruptura institucional, expressa pela retórica antidemocrática utilizada pelas lideranças das manifestações.

Para Fausto (2017), todo o contorno e estrutura do *impeachment* como projeto político decorreu de um amplo arco de aliança, construído nos bastidores da política e operacionalizado no âmbito do Congresso Nacional, que conjugava uma articulação entre três vértices convergentes das forças associadas à direita. Havia um perfil de centro-direita, supostamente moderado, associado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso,

envolvido à distância, sem aprofundamento operativo. Havia também um perfil da direita tradicional, constituído a partir da proximidade existente entre DEM e PSDB, mas com contribuições do PMDB, tendo à frente nomes como Aécio Neves (senador por MG e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014), Geraldo Alckmin (governador de São Paulo) e Michel Temer (o vice-presidente da República), operando ativamente a execução da cassação de Dilma e que já discutia o fatiamento do novo governo que assumiria. Por fim, havia o que se classificava como extrema-direita, composta por diversos personagens tão sinistros quanto inexpressivos no Congresso, defensores abertamente do caos político, tendo à frente o folclórico deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), célebre integrante do chamado “baixo-clero”<sup>44</sup> e cujo propósito parecia ser tão-somente derrubar o governo, já que essa era a onda predominante à época.

Foi nesse caldo de cultura que o MBL, com seu improvável surgimento e sua meteórica ascensão, resultou como fruto de sua época e de seu meio, sabendo explorar todas as possibilidades e potencialidades advindas dessa condição.

Beneficiário de um momento histórico em que o mundo se revolvia, por todos os quadrantes, em torno da redução das desigualdades socioeconômicas e das assimétricas relações de poder que determinam esse quadro, soube aproveitar o contexto favorável e se lançar como movimento de massa imbuído de propósitos aparentemente convergentes com o ideário corrente na esfera global dos manifestantes associados à *Primavera Árabe* ou ao *Occupy*.

O passar do tempo e uma análise mais aprofundada esclareceriam a total inexistência de vínculo entre um e outros, cuja semelhança restringia-se tão-somente ao fato de fisicamente se exporem às ruas, em manifestações grandiosas e movidas por objetivos diametralmente opostos, assim como a prevalência da participação de um público jovem nos eventos.

Se internacionalmente o que movia os manifestantes eram os anseios por liberdades democráticas, participação nos processos de decisão política e redução das desigualdades socioeconômicas, no caso brasileiro — em que se identificava uma vasta variedade de movimentos, instituições e organizações, em meio à qual o MBL foi

---

<sup>44</sup> Essa expressão, típica da política brasileira, designa o conjunto dos parlamentares com pouca expressão política na Câmara dos Deputados, por não exercerem influência nem participarem ativamente dos processos políticos relevantes para o Parlamento. Ocupam-se de questões provincianas e pessoais e gozam de pouca ou nenhuma exposição na mídia. Correspondem à imensa maioria dos deputados federais.

rapidamente se destacando — a pauta era por demais vaga e fragmentada (ALONSO, 2021), ressaltando apenas aspectos muito distantes do proposto internacionalmente, como a defesa pelo liberalismo econômico, a redução do tamanho do Estado e o arrefecimento das políticas públicas destinadas aos menos favorecidos.

Em seu ideário, identificava-se a defesa do que, em um primeiro momento, poderia ser entendido como princípios basilares de uma sociedade evoluída, justa e democrática, no entanto, o posicionamento retórico nunca ultrapassava em clareza e objetividade o território da platitudo e contemplação abstrata, não esclarecendo o alcance das proposições defendidas com tamanha veemência e tampouco explicitando o repertório de possibilidades a elas associadas.

Termos como “liberdade”, “democracia”, “igualdade” e “direitos” recheavam as falas de seus integrantes, que se jactavam de se autodenominarem arautos da “nova política”, ainda que também esse já desgastado neologismo não explicasse muita coisa sobre a forma de atuação política que propunham. Quase sempre se detinham no diálogo público a reproduzir chavões, frases feitas e estereótipos extremamente desgastados, limitando-se a mencionar conceitos consagrados sobre temas também de elevado potencial de adesão e empatia perante a sociedade.

Conceitos que ditos de forma aleatória, sem a mediação do debate social e sem a perspectiva da alteridade, pouco ou nada diziam de concreto. A simples referência à “democracia”, por exemplo, não define a essência do que se pretende propor, uma vez que há a imperativa necessidade de se qualificar o conceito, detalhar o viés abordado e explicitar a proposição apresentada. O mesmo se aplica à “liberdade”, palavra tão cara ao movimento que incorporou um desdobramento à sua própria denominação, propugnando por um país “livre”, sem, contudo, esclarecer sua compreensão de liberdade, sua vivência com a liberdade enquanto valor intrínseco à existência e tampouco como lidaria com a contradição de que elevar os níveis de liberdade invariavelmente geraria conflitos exatamente com as forças reacionárias que a oprimem.

Oportunista em sua iniciativa de se lançar às ruas, como se compusesse originalmente qualquer agrupamento popular de reivindicação de direitos, soube potencializar sua participação e expandir o alcance de sua ação, ampliando o contingente de admiradores, seguidores e membros ativistas, conquistando espaços e posições no *ranking* das organizações mais atuantes e com maior visibilidade naquelas jornadas.

A presença e mais que isso, a distinção dentre os inúmeros coletivos que se lançaram na mesma empreitada, não se deu como decorrência de ações conduzidas pelo acaso e resultante de imponderáveis intercorrências. O apelo do protagonismo jovem nas manifestações em curso na escala global — um fator sempre ressaltado e que no imaginário das pessoas é associado ao vigor e à disposição para a mudança que tanto se identifica no jovem — se amoldou à perfeição no caso do MBL, composto essencialmente por jovens na faixa dos vinte e poucos anos, ousados em suas atitudes, com capacidade de estabelecer diálogos sobre temas predominantes na mídia e dotados de boa oratória.

A conjuntura brasileira da época também se revelaria uma extraordinária aliada involuntária de seus intentos, na medida em que vivíamos o auge da reprovação ao Governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores (SINGER, 2018), visto como uma organização criminosa instalada no Estado brasileiro com o propósito de se locupletar dos recursos públicos e manter seu projeto de poder indefinidamente. A sociedade brasileira, ainda que como representação para frações da população, expressava uma profunda insatisfação com o projeto petista — demonizado e desvirtuado de forma eficaz pela grande mídia corporativa, que atuava como guia no inconsciente das pessoas — e buscava por alternativas não comprometidas com corrupção nem com o que se denominava de “velha política”, um conjunto de práticas políticas próprias de um “coronelismo urbano”, caracterizado pela obtenção de privilégios públicos, nepotismo, patrimonialismo, ataques ao Erário e elitização da ação política.

Além disso, porém, não menos importante, não apenas a classe política, mas a política como um todo, passava por um período de reprovação extremamente elevado. Em sua representação democrática, o regime que majoritariamente responde aos anseios da população, uma pesquisa realizada pelo Ibope apontava um índice de 81% de insatisfação da população com a democracia no país (AGÊNCIA BRASIL, 2016), abril de 2016, contra 15% que se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos. Uma vez mais, o oportunismo do MBL fora impulsionado pela conjuntura política.

Oportunismo que se iniciou com as próprias manifestações de junho de 2013, ocasião em que se valeu da proximidade sonora de sua denominação (MBL) com o Movimento Passe Livre (MPL) para se apropriar das pautas das manifestações, lançar-se como liderança do protagonismo dos eventos e construir a imagem de sujeito de transformações sociais (BAGGIO, 2016). Bem sucedida essa estratégia, catalisou a seu

favor o combustível da insatisfação dos manifestantes, possibilitando ainda a inclusão na pauta das manifestações de temas de sua agenda privatista e de defesa do Estado mínimo.

Adicionalmente, também a esfera judiciária apresentaria contribuições à conjuntura favorável ao MBL, por meio da *Operação Lava Jato*, uma sucessão de ações que despertavam a admiração e o respeito da grande maioria da população. Sediada em Curitiba (PR), mas com tentáculos de alcance por todo o país, protagonizou episódios de combate à corrupção e embate com poderosos (empresários e políticos, em sua maioria) tidos como redentores pelo cidadão brasileiro, acostumado a se deparar com a impunidade dos poderosos em conflito com a lei. Ressaltadas e relatadas por essa ótica, as ações empreendidas passaram a definir as pautas dos telejornais televisivos, que não tardaram a glamurizar cada pequeno fato ou feito alusivo à operação.

A prisão de grandes empresários e de políticos consagrados despertara uma onda mitificadora em torno dos protagonistas do Estado, delegados e agentes da Polícia Federal, procuradores do Ministério Público Federal e o juiz titular do processo, o paranaense Sérgio Moro. Eram tempos de quase canonização do magistrado, visto como um verdadeiro super-herói e rapidamente contemplado com os epítetos de “salvador do Brasil” e “o homem que acabou com a corrupção no Brasil”.

Valendo-se dessa condição de quase unanimidade, em diversas ocasiões, contudo, em diversos episódios Moro adotou medidas à margem da lei e da liturgia própria do Poder Judiciário, particularmente nas situações em que: decretou a condução coercitiva do ex-presidente Lula, quando ele sequer tinha sido notificado; vazou os áudios do diálogo entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula após o período de quebra legal de sigilo telefônico e com isso antecipando uma crise; divulgou o conteúdo da delação premiada de Palocci às vésperas da eleição; condenou Lula no âmbito de um processo amplamente eivado de ilegalidades e irregularidades (EL PAÍS BRASIL, 2018).

A mais explosiva das desconfianças pairava sobre o fato de que a *Operação Lava Jato* era comandada total e exclusivamente pelo juiz Moro, sobre o qual, dizia-se, recaía a acusação de comandar todas as fases do processo (investigação, oferecimento da denúncia e julgamento) em conflito explícito com a legislação.

Se esses episódios lançavam suspeita sobre a lisura de seus atos, o fato de ter aceito ser ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, tão logo se iniciou o mandato de presidente da República, aprofundou as evidências que seus atos eram, sim, pautados pela

motivação política. Anos depois, a condução do processo, os métodos de investigação e as condenações realizadas foram declaradas em desacordo com o ordenamento jurídico, declaradas inapropriadas e sem efeito legal.

Julgando-se conectado ao universo dessas pessoas e com elas estabelecendo algo entre a identidade conceitual e a sinergia operativa que as mudanças exigem, posicionou-se estrategicamente como projeto político alternativo e seus discursos passaram a reproduzir o que se denominaria de “a voz que vem das ruas” e quando essa não viesse, a ela adicionaria trechos de sua própria lavra como se a representasse.

A somatória desses fatores em evidência à época consolidaria a demanda por construção de alternativas para o universo político, visto como desgastado e indigno de confiança por parte da população. A renovação da política era um imperativo consagrado por tanto quantos criticavam o sistema político. Esse seria, a propósito, um dos pilares de sua ação política. Não demoraria para que essa identidade gerasse convergência de propósitos e o MBL fosse aceito como a versão nacional dos movimentos que protagonizavam a onda de manifestações em escala global.

Essa conjunção de fatores distintos que na política interagiam e se conectavam entre si, de alguma forma, contribuiu sobremaneira para a elaboração de um modelo político ideal no imaginário das pessoas, representado tanto por uma organização que congregasse os comuns quanto por lideranças que a ela desse voz e movimento. E lideranças que correspondessem a um perfil específico, também idealizado pelos anseios da massa demandante: jovens, preparados, ousados e com boa capacidade oratória.

Dessa forma, infere-se que a criação, a operacionalização, a atuação e a ascensão do MBL estiveram sempre associadas a um apurado senso de oportunismo, de deliberadamente ocupar os espaços que as contingências lhe apresentavam e não apenas como mero espectador dos fatos, mas como agente relevante da conjuntura, determinado a assumir o protagonismo das ações.

Tamanho oportunismo seria empregado como estratégia diante de uma casualidade histórica, relacionada aos contextos nacional e internacional da época. Varrido por incontáveis manifestações por democracia, participação e igualdade, o mundo vivenciava uma verdadeira ebulição por mudanças (GOHN, 2014), com protagonismo de jovens em todos esses eventos, bradando, inclusive, discursos que os associavam ao futuro desejado e pelo qual se engajavam.



Em outras palavras, o MBL estava atento e ávido pela oportunidade que a conjuntura lhe apresentou e tinha plenas condições de oferecer tudo o que se esperava naquele momento. Senão, vejamos um detalhamento das demandas políticas reivindicadas pelas frações da população que, àquela altura, ou ocupava as ruas de forma intensa ou observava as movimentações à distância e, pelas redes sociais, se integrava e criava sinergia com aqueles que estavam nas ruas.

E essas demandas se materializavam em torno de alguns atributos, como, por exemplo: algo de novo para se contrapor à “velha política”; lideranças jovens, contrapondo-se aos “cabeças brancas”; pauta que privilegiasse os temas mais em evidência: combate à corrupção, liberdade econômica, combate ao comunismo, moralidade nos costumes, repúdio aos políticos tradicionais, antipetismo radical, defesa do *impeachment* da presidenta Dilma, dentre outros.

Era exatamente tudo que o MBL podia oferecer às pessoas: seus líderes e ativistas eram, em sua maioria, jovens e inexperientes, porém, muito engajados no reconhecimento e adesão a uma pauta moralista dos costumes, ao empreendedorismo como opção de desenvolvimento, ferrenhos defensores da liberdade econômica e antagonistas dos políticos tradicionais, ardorosos antipetistas extremados e “linha de frente” dos que reivindicavam o *impeachment* da presidenta.

Portanto, o MBL surfava na onda das manifestações e, pela inserção que conseguira em outros tempos, buscava criar uma sólida identidade com os manifestantes, o que logo ocorreu. Em síntese, “estava no lugar certo, na hora certa” e aproveitou o quanto pode mais aquela oportunidade.

Assim, pode-se afirmar que seu êxito se deu em razão da conjuntura favorável a grupos de protesto com todas aquelas características em comum. Não seria exagero classificar esse conjunto de valores que despontava nas falas dos manifestantes como metas a serem atingidas, resultado, efetivamente, do *Zeitgeist*<sup>45</sup> que se impunha, determinando qual prática social seria correta e adequada ou não.

É nessa perspectiva que se pode situar o MBL como um dos principais protagonistas desse projeto desenvolvido em meio às manifestações de rua que mobilizavam dezenas de milhares de pessoas.

---

<sup>45</sup> Palavra alemã, que significa “espírito da época”, em uma referência à convergência de valores expressa pelos consensos sociais prevalentes em uma sociedade.

Ainda que, possivelmente lançando mão da visão utilitarista segundo a qual “os fins justificam os meios”, tenha se notabilizado por um série de ações e posturas reprováveis (CASIMIRO, 2018b), como produzir e divulgar vídeos com seus membros apresentando narrativas revisionistas inconsequentes e fantasiosas, promover ataques infundados e levianos aos movimentos sociais, alimentar discursos de ódio de classe e sobre minorias, criar e disseminar *fakenews* à exaustão, estimular e organizar manifestações reacionárias e moralistas, articular candidaturas de vários de seus membros a partir do alinhamento com partidos da direita tradicional.

Considerando, portanto, todos esses elementos, pode-se inferir que o MBL “estava preparado e no lugar certo na hora certa”, quando os acontecimentos atropelaram a realidade e alteraram os rumos da política brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Bruno. **O grupo da mão invisível**. Portal da Revista Piauí, 3out. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>. Acesso em: 22mai. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Insatisfação com democracia põe em xeque sistema político, dizem especialistas**. Portal eletrônico da Agência Brasil. Matéria publicada em 30 de abril de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/insatisfa%C3%A7%C3%A3o-com-democracia-p%C3%B5e-em-xeque-sistema-pol%C3%ADtico-dizem-especialistas> . Acesso em: 16dez. 2022.

ALMEIDA, Rodrigo de. Caso de jornalista mostra que MBL é agressividade histriônica, não liberalismo. **Portal Poder 360**. Matéria publicada em 28 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/caso-de-jornalista-mostra-que-mbl-e-agressividade-histrionica-nao-liberalismo/>. Acesso em: 17dez. 2022.

ALONSO, Angela. **A política das ruas**. Novos estudos CEBRAP. Volume Especial. São Paulo. Junho de 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889251/mod\\_resource/content/2/Análise%20Documental\\_Angela%20Alonso.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889251/mod_resource/content/2/Análise%20Documental_Angela%20Alonso.pdf) . Acesso em: 17dez. 2022.

ALONSO, Angela. **Origens, características e consequências de junho de 2013**, segundo Angela Alonso. Sítio eletrônico do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA. Notícia publicada em 16 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/as-tendencias-politicas-que-levaram-as-manifestacoes-de-junho-de-2013> . Acesso em: 6nov.2022.

ALVES, Giovanni. **Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada**. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). A crise da democracia brasileira. Vol. I. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro\\_completo-min\\_e76cf4e1eeb553](https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo-min_e76cf4e1eeb553). Acesso em: 14dez.2022.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. Portal da Agência Pública, 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 27mai. 2022.

AMARAL, Marina. **Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment.** In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020;

ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013.** In: Brasil em movimento. OSAL - Observatorio Social de América Latina. CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales. Ano XIV, N. 34, nov/2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em: 17out. 2022.

ANTUNES, Cláudia. **Tea Party à brasileira: um debate com a nova direita.** Portal *Vi o mundo*. Artigo publicado em 13/04/2015. Disponível em: <https://viomundo.com.br/politica/claudia-antunes-tea-party-a-brasileira.html> Acesso em: 13ago.2022.

ATLAS NETWORK. **Macro vista da América Latina.** Sítio eletrônico da Atlas Network. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/articles/center-for-latin-america-launches-latin-america-macro-vista> . Acesso em: 17mai. 2022.

AZEVEDO, Reinaldo. **MBL faz seu primeiro congresso nacional.** Blog do Reinaldo. Portal da Revista Veja, 17nov. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/mbl-faz-seu-primeiro-congresso-nacional-nos-dias-28-e-29-veja-como-participar/> . Acesso em: 16mai. 2022.

BAGGIO, Kátia Gerab. **Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas.** Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campo Grande, 2016. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf>. Acesso em: 21jan. 2023.

BARRA, Mário. Carta sobre aborto é “documento oficial”, diz diocese de Guarulhos. **Portal de notícias G1.** São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 23 de outubro de 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/bispo-de-guarulhos-afirma-que-carta-sobre-aborto-e-verdadeira.html>. Acesso em: 29jun.2022.

BBC NEWS BRASIL. **Da “faxina ética” ao processo de impeachment:** relembre os principais fatos do governo Dilma. Portal eletrônico de notícias BBC News Brasil. Matéria publicada em 11 de maio de 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160510\\_cronologia\\_dilma\\_senado\\_if](https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160510_cronologia_dilma_senado_if) . Acesso em: 9nov. 2022.

BEDINELLI, Talita; MARTIN, Maria. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País Brasil**. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal, em 13 de março de 2015. Disponível em: [www.https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](http://www.https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html) . Acesso em: 19mai. 2022.

BERGAMO, MONICA. Líder do “Cansei” desdenha do Piauí, é chamado de “tolo” e pede desculpas. **Folha de S. Paulo**. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 17 de agosto de 2007. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1708200708.htm> . Acesso em: 7ago. 2022.

BETIM, Felipe. **Fernando Holiday, o vereador incendiário nas redes e cordial na Câmara**. El País Brasil. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal, em 3 de novembro de 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/02/politica/1509641213\\_532842.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/02/politica/1509641213_532842.html) . Acesso em: 20jan. 2023.

BLOG DO RIZZOLO. **Mino Carta desmascara o “Cansei”, a nova marcha das elites**. Blog do Rizzolo. Artigo publicado no blog, em 1 de agosto de 2007. Disponível em: <https://rizzolot.wordpress.com/2007/08/01/mino-carta-desmascara-cansei-a-nova-marcha-das-elites/> . Acesso em 7ago. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOMBIG, José Alberto. Irônico, Lembo afirma que o movimento é da “elite branca”. **Folha de S. Paulo**. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 28 de julho de 2007. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2807200711.htm> . Acesso em: 4ago. 2022.

BORGES, Rodolfo. Sem apoios, Movimento Brasil Livre pede impeachment de Dilma. **El País Brasil**. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal, em 27 de maio de 2015. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/politica/1432744517\\_588724.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/politica/1432744517_588724.html) . Acesso em: 17dez. 2022.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. In: Brasil em movimento. **OSAL - Observatorio Social de América Latina**. CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales. Ano XIV, N. 34, nov/2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em: 17out. 2022.

BRAGON, Ranier. PTB se une a PAN na primeira fusão de partidos. **Folha de S. Paulo**. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 6 de outubro 2006. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0610200622.htm>. Acesso em: 4nov. 2022.

BRASIL DE FATO. **4 anos das Jornadas de Junho**: como a militância política se transformou? Sítio eletrônico da revista Brasil de Fato. Matéria publicada em 26 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/26/4-anos-das-jornadas-de-junho-como-a-militancia-politica-se-transformou> . Acesso em: 17dez. 2022.

BRUM, Luan Corrêa. **O poder das ideias e a consolidação dos institutos liberais parceiros da Atlas Network no Brasil**: uma análise acerca da ascensão de seus dirigentes no governo Bolsonaro. 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34273>. Acesso em: 4mar. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff**. Sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Notícia publicada em 2 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/477169-eduardo-cunha-aceita-pedido-de-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff> . Acesso em: 5nov. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA. **Biografia do vereador Marschelo Meche**. Portal da Câmara Municipal de Americana. Disponível em: <https://www.camara-americana.sp.gov.br/vereadores/marschelo-meche>. Acesso em: 12dez. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Câmara aprova instituição do Dia de Conscientização Contra o Aborto**. Portal da Câmara Municipal de Maringá. Assessoria de Imprensa. Notícia publicada em 1º de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.cmm.pr.gov.br/?inc=noticia&id=3714> . Acesso em: 7dez.2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Ramiro fala de seus projetos para a diretoria da Fecomércio-RS.** Portal da Câmara Municipal de Porto Alegre. Notícias de Gabinete. Notícia publicada em 13 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/ramiro-fala-sobre-seus-projetos-para-a-diretoria-da-fecomercio-rs> . Acesso em: 9dez.2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPIRANGA. **Vereadores legislando pela comunidade.** Sítio eletrônico da Câmara Municipal de Sapiranga. Postagem efetuada em 1º de agosto de 2018. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0gdoyo7c8tekfxyq4rgmpo7po5055454.node0?codteor=1683678&filename=Tramitacao-PL+4754/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0gdoyo7c8tekfxyq4rgmpo7po5055454.node0?codteor=1683678&filename=Tramitacao-PL+4754/2016). Acesso em: 16dez. 2022.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **À beira do abismo.** Uma sociologia política do bolsonarismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018. 2018a.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo.** In: GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 2018b.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013a.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso:** verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. **A nova direita brasileira:** uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COSTA, Francisco; MARCANTONIO, Angelo; Rocha, Rudi. *Stop suffering! Economic downturns and Pentecostal Upsurge*. Ensaios Econômicos, N. 804. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2018.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Religião e política:** ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. In: Dossiê as direitas no Brasil. Revista Perseu: história, memória e política, n. 11, ano 7, 2016.

DATAFOLHA. **47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção.** Datafolha Instituto de Pesquisa, 17 de março de 2015. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>. Acesso em: 15mai. 2022.

DE NEGRI, Rafaela Venturella; OLIVEIRA, Felipe. **O mês que mudou o Brasil:** “Não é pelos R\$ 0,20 centavos” e as Jornadas de Junho de 2013. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém (PA), 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1596-1.pdf>. Acesso em: 6mai. 2022.

DIÁRIO DO RIO CLARO. **Candidata a deputada estadual, Carol Gomes defende emprego, renda e desenvolvimento econômico.** Portal de notícias do periódico Diário de Rio Claro. Matéria publicada em 28 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.jlidiario.com.br/candidata-a-deputada-estadual-carol-gomes-defende-emprego-renda-e-desenvolvimento-economico/>. Acesso em: 15dez. 2022.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita na Nova República.** 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1989.

EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Entenda o que são as chamadas “pautas-bombas” do Congresso Nacional.** Portal eletrônico de notícias EBC. Matéria publicada em 6 de agosto de 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2015/08/entenda-o-que-sao-chamadas-pautas-bombas-que-podem-ser-votadas-pelo> . Acesso em: 7nov. 2022.

EL PAÍS BRASIL. **Quatro momentos em que Moro foi acusado de agir com “timing” político.** El País Brasil. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal, em 1º de novembro de 2018. Disponível em:



[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541103675\\_517523.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541103675_517523.html). Acesso em: 03nov. 2022.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. **Batalhas públicas pela história nas redes sociais**: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. Revista História Hoje. V. 8. N. 15. São Paulo: Associação Nacional de História, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/531/309>. Disponível em: 21jan. 2023.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouríveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. **Movimento passe livre e as manifestações de 2013**: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, J. A. G. (ed.). **Artefatos digitais para a mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia [online]. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775-08.pdf>. Acesso em: 9mai. 2022.

EXAME. **Dilma diz a bispo que aborto é questão de saúde pública**. Revista Exame. Matéria publicada no sítio eletrônico da revista, em 10 de outubro de 2010. Disponível em: <https://exame.com/mundo/dilma-diz-bispo-aborto-questao-saude-publi-580737/>. Acesso em: 29jun. 2022.

FAUSTO, Ruy. **Caminhos da esquerda**: Elementos para uma reconstrução. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FERES JÚNIOR, João. A pós-verdade, o nazismo e a mídia. **Carta Capital**. Matéria publicada em 21 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-pos-verdade-o-nazismo-e-a-midia/>. Acesso em: 16dez. 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Otávio Dias de Souza. **Do Carandiru à lei antiterror**: democratização e maré cinza na esfera pública sobre direitos humanos no sistema punitivo em São Paulo. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06082019-143656/publico/2019\\_OtavioDiasDeSouzaFerreira\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06082019-143656/publico/2019_OtavioDiasDeSouzaFerreira_VCorr.pdf). Acesso em: 25jan. 2023.

FIRMIANO, Frederico Daia. Os precedentes da tormenta: crise do capital e ascensão do conservadorismo ao comando do Estado brasileiro. Revista Extraprensa, São Paulo, v.

13, n. 2, p. 22-40, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.163155>. Acesso em: 18fev. 2023.

FORUM. **Partidos de oposição á Dilma financiaram MBL, diz portal**. Portal da revista eletrônica Forum. Matéria publicada em 27 de maio de 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2016/5/27/partidos-de-oposio-dilma-financiaram-mbl-diz-portal-16156.html>. Acesso em: 14dez.2022.

FRAGA, Érica. **Crises econômicas elevam o número de fieis evangélicos**. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal Folha de S. Paulo, em 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/crises-economicas-elevam-o-numero-de-fieis-evangelicos.shtml#:~:text=Crises%20econ%C3%B4micas%20t%C3%AAm%20impulsivado%20a,candidatos%20ligados%20a%20essa%20f%C3%A9>. Acesso em: 5mar. 2023.

FRASER, Nancy. O fim do neoliberalismo progressista. Artigo publicado em 27 de janeiro de 2017. **Revista Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/o-fim-do-neoliberalismo-progressista>. Acesso em: 5set. 2023.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **MBL começa caminhada de protesto com o objetivo de chegar até Brasília**. Portal de notícias G1. São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico em 24 de abril de 2015a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mbl-comeca-caminhada-de-protesto-com-objetivo-de-chegar-ate-brasilia.html>. Acesso em: 21jan. 2023.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Temer diz que carta para presidente Dilma Rousseff é um desabafo. Guarulhos**. Portal de notícias G1. São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 8 de dezembro de 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/temer-diz-que-carta-para-presidente-dilma-rousseff-e-um-desabafo.html>. Acesso em: 23set. 2022.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. Oxford - UK: Pergamon Press, 1979.

GAZETA DO POVO. **Movimentos como MBL e Livres têm desempenho de partidos de expressão nacional**. Portal eletrônico do Jornal Gazeta do Povo. Matéria publicada em 8 de outubro de 2018a. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/movimentos-como-mble-livres-tem-desempenho-de-partidos-de-expressao-nacional-5wzlc3wip8fpckomq1yvvd25b/> . Acesso em 2nov. 2022.

GAZETA DO POVO. **Quem é Filipe Barros, o homem de Bolsonaro no Paraná.** Portal do periódico Gazeta do Povo. Blog Sempre família, ancorado no portal Gazeta do Povo. Matéria publicada em 20 de dezembro de 2018b. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/blogs/blog-da-vida/quem-e-filipe-barros-o-homem-de-bolsonaro-no-parana-e-contr-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 10dez.2022.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

GONÇALVES, Eduardo. O mundo mágico do MBL. **Revista Veja.** Matéria publicada no sítio eletrônico da revista, em 23 de março de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-mundo-magico-do-mbl/>. Acesso em: 16dez. 2022.

GROS, Denise Barbosa. **Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, V. 3, N. 2, Jul-Dez 2003. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/81b7/f909828f854946cc09cfda7253eae7662c44.pdf?\\_ga=2.207428435.1118984540.1655612133-2130491868.1655612133](https://pdfs.semanticscholar.org/81b7/f909828f854946cc09cfda7253eae7662c44.pdf?_ga=2.207428435.1118984540.1655612133-2130491868.1655612133). Acesso em: 21mai. 2022.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 19, N. 54, fevereiro/2004. São Paulo: ANPOCS. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YMpgHFWNB8qgDstVdtHVHdr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23mai. 2022.

HAUBRICH, Alexandre. **Nada será como antes - 2013: o ano que não acabou, na cidade onde tudo começou.** Porto Alegre: Libretos, 2018.

ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **A CNBB, os católicos e as eleições.** Rio de Janeiro. Matéria publicada no sítio eletrônico da instituição, em outubro de 2010. Disponível em: <https://www.iser.org.br/noticia/artigos/a-cnbb-os-catolicos-e-as-eleicoes/> . Acesso em: 29jun. 2022.

JOVEM PAN. **Como? “Negro, gay, mas contra cotas e livre da pauta LGBT?” O que esse “mas” faz aí? Ou: o acerto do MBL.** Portal de notícias do grupo Jovem Pan. Publicação postada em 5 de outubro de 2016. Disponível em: <https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/como-negro-gay-mas-contracotas-e-livre-da-pauta-lgbt-o-que-esse-mas-faz-ai-ou-o-acerto-do-mbl.html> . Acesso em: 17dez. 2022.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento.* São Paulo: Editora Veneta, 2013.

JUSBRASIL. **Polícia Federal apreende folhetos anti-Dilma encomendados pela CNBB.** Portal de notícias Jusbrasil. São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico da entidade, em 18 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/2421270/policia-federal-apreendefolhetos-anti-dilma-encomendados-pela-cnbb> . Acesso em: 29jun. 2022.

KATAGUIRI, Kim. **Colocando o bloco na rua.** In: KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: a origem.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

KAYSEL, André. **Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras.** In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019;

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013

LEMOS, Iara; MOREIRA, Ardilhes. Bispo de Guarulhos orienta padres a pregar nas missas voto contra Dilma. **Portal de notícias G1.** São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 22 de julho de 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/07/bispo-de-guarulhos-orienta-padres-pregar-nas-missas-voto-contradilma.html> . Acesso em: 29jun.2022.

LIBÓRIO, Bárbara. Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. **Portal UOL.** Matéria publicada em 2 de outubro de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm> . Acesso em: 5nov. 2022.

LIRIO, Sérgio. Hoje a favor da democracia, o MBL é a mãe do bolsonarismo. **Carta Capital**. Matéria publicada em 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/hoje-a-favor-da-democracia-o-mbl-e-a-mae-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 3nov. 2022.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **Portal UOL**. Matéria publicada em 27 de maio de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em 14dez. 2022.

MASSENBERG, Debora. **A cosmovisão da “nova” direita brasileira**. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (orgs.). *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MAYRINK, José Maria. Bispo Bergonzini morre em Guarulhos aos 76 anos. **Revista Veja**. Matéria publicada no sítio eletrônico da revista, em 13 de junho de 2012. São Paulo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bispo-bergonzini-morre-em-guarulhos-aos-76-anos/> . Acesso em: 29jun.2022.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Givaldi. **E a corrupção coube em 20 centavos**. *Galaxia* (Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP), n. 39, set-dez 2018. São Paulo (online). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/34843/26962>. Acesso em: 19mai. 2022.

MELO, Demian. O MBL e sua rede. Blog de Junho, 2017. Disponível em: <https://www.blogjunho.com.br/o-mbl-e-sua-rede/> . Acesso em: 9mai. 2022.

MBL. **Manual de Filiais do MBL**. Facebook. MBL. 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 16mai. 2022.

MIGALHAS. **Movimento “Cansei” faz coletiva de imprensa**. Portal eletrônico de notícias Migalhas. São Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico da entidade, em 14 de agosto de 2007. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/43591/movimento--cansei--faz-coletiva-de-imprensa> . Acesso em: 28jul. 2022.

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia na encruzilhada**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MORAES, Raquel de Almeida. **As influências norte-americanas no Golpe de 2016**. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). A crise da democracia brasileira. Vol. I. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro\\_completo-min\\_e76cf4e1eeb553](https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo-min_e76cf4e1eeb553). Acesso em: 14dez.2022.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou á direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

O ANTAGONISTA. **Moro e Gentili no evento do MBL**. Blog da revista eletrônica O Antagonista. Matéria publicada em 20 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/moro-e-gentili-no-evento-do-mbl/> . Acesso em: 17dez. 2022.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manifestações contra Dilma levam multidões às ruas do País**. Jornal O Estado de S. Paulo. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 16 de março de 2015. São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150316-44344-spo-4-pol-a4-not> . Acesso em: 4nov. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. **Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e convocantes dos protestos antigoverno de 2015**. In: Dossiê as direitas no Brasil. Revista Perseu: história, memória e política, n. 11, ano 7, 2016.

PANIZZA, Francisco. **Nuevas izquierdas y democracia em América Latina**. Revista CIDOB d'afers internacionals. Barcelona (Espanha): Fundació CIDOB, mayo 2009. Disponível em:

[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=Nuevas+izquierdas+y+democracia+en+Am%C3%A9rica+Latina&author=Panizza+F.&publication\\_year=2009&journal=Revista+CIDOB+d%2E%80%99afers+internacionais&pages=75-88](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Nuevas+izquierdas+y+democracia+en+Am%C3%A9rica+Latina&author=Panizza+F.&publication_year=2009&journal=Revista+CIDOB+d%2E%80%99afers+internacionais&pages=75-88). Acesso em: 24jan. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **As bases da nova direita:** seus medos, seu dedo. Novos estudos CEBRAP. Edição 19. Vol. 3. São Paulo. Dezembro de 1987. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/#gsc.tab=0> . Acesso em: 18dez. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano. **Dias de um futuro (quase) esquecido:** um país em transe, a democracia em colapso. *In:* PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (orgs.). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PIRES, Breno. **Em uma semana, quatro protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo.** Portal de O Estado de S. Paulo, 13 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224> . Acesso em: 13mai. 2022.

PODER 360. **Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra.** Portal eletrônico de notícias Poder360. Matéria publicada em 17 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/> . Acesso em: 3nov. 2022.

PORTAL DE AMERICANA. **Em 2018, Meche criou projeto para multar usuários de drogas.** Portal de notícias de Americana. Notícia publicada em 3 de junho de 2019. Disponível em: <https://portaldeamericana.com/em-2018-meche-criou-projeto-para-multar-usuarios-de-drogas/>. Acesso em: 12dez.2022.

RADAR MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projetos apresentados por vereadores.** Listagem organizada e publicada em 2020. Disponível em <https://www.radarmunicipal.com.br/vereadores/fernando-holiday/proposicoes?sr=51&rp=50>. Acesso em 9dez.2022.

REDE BRASIL ATUAL. **Há três anos, condução coercitiva de Lula foi “confissão de medo” de seus perseguidores.** Portal eletrônico de notícias Rede Brasil Atual. Matéria



publicada em 4 de março de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/ha-tres-anos-conducao-coercitiva-ilegal-de-lula-pela-pf-escancarou-confissao-de-medo-de-seus-perseguidores/>. Acesso em: 8nov. 2022.

RIBEIRO, Aline. Aécio já deixou manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo. **Revista Época**. Matéria publicada no sítio eletrônico da revista, em 13 de março de 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/03/aecio-neves-ja-deixou-manifestacao-na-avenida-paulista-sp.html> . Acesso em: 22mai. 2022.

ROCHA, Camila. **Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina**. In: Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Velasco e Cruz, Sebastião; Kaysel, André; Cudas, Gustavo. (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância**. In: SOLANO, Esther (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROHTER, Larry. *With new chief, Uruguay veers left in a latin pattern*. *The New York Times*. Nova York, 1º de março de 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/03/01/world/americas/with-new-chief-uruguay-veers-left-in-a-latin-pattern.html>. Acesso em: 23jan. 2023.

RUFFATO, Luiz. O golpe contra Dilma Rousseff — O afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. **El País Brasil**. Matéria publicada no sítio eletrônico do jornal, em 1º de setembro de 2016. Disponível em: [www.https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html) . Acesso em: 02nov. 2022.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SENADO FEDERAL. **Senado abre processo de impeachment contra Dilma Rousseff**. Portal eletrônico do Senado Federal. Notícia publicada em 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff> . Acesso em: 7nov. 2022.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas**. Observador on-line. V. 9, N. 12. Rio de Janeiro: UERJ (Universidade do



Estado do Rio de Janeiro), 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/325541661\\_Quinze\\_anos\\_da\\_onda\\_rosa\\_latin\\_o-americana\\_balanco\\_e\\_perspectivas](https://www.researchgate.net/publication/325541661_Quinze_anos_da_onda_rosa_latin_o-americana_balanco_e_perspectivas). Acesso em: 22jan. 2023.

SILVA, Kiane Follmann da. **MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Mayra Goulart; RODRIGUES, Teóphilo Codeço Machado. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no Governo Bolsonaro. **Mediações — Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>. Acesso em: 4mar. 2023.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. **Com denúncia sobre “cabidão de empregos”, MBL se desmoraliza cada vez mais**. Sítio eletrônico do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Postagem efetuada em 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/3399/com-denuncia-sobre-quotcabidao-de-empregosquot-mbl-se-desmoraliza-cada-vez-mais>. Acesso em: 16dez.2022.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos CEBRAP. Edição 97. Vol. 32. N. 3. São Paulo. Novembro de 2013. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-97/#gsc.tab=0> . Acesso em 18dez. 2022.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. **Crise da democracia e extremismos de direita**. Artigo publicado no periódico da Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), maio de 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf> . Acesso em 6mai. 2023.

SOLANO, Esther. **Quem é o inimigo?** Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

SOUZA, Cláudio André de; MESSIAS, Gabriela de Matos; ESPÍNEIRA, Maria Victória. **Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016**. Cadernos Adenauer. Ano XVIII (2017). N. 2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jul. 2017. Disponível em:

[https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b136b2db-6ed4-a0f4-11a7-302e1ec57f27&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b136b2db-6ed4-a0f4-11a7-302e1ec57f27&groupId=265553). Acesso em: 22jan. 2023.

STUDENTS FOR LIBERTY. **Recursos**. Sítio eletrônico da Students For Liberty. Disponível em: <https://studentsforliberty.org/north-america/resources/>. Acesso em: 19mai. 2022.

TELLES, Helcimara. **A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno**. Ponto e Virgula/PUC SP. n. 19. Primeiro Semestre de 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29895/20746> . Acesso em: 22.jan. 2023.

TERRA. **Repórter ferida por PM em SP diz que já enxerga com o olho atingido**. Portal Terra, 14 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/reporter-ferida-por-pm-em-sp-diz-que-ja-enxerga-com-olho-atingido,69b07116da24f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 3mai. 2022.

THE CHRISTIAN SCIENCE MONITOR. **Um britânico discreto cujos think tanks apoiam um mercado livre**. Matéria elaborada por John Allan May em 1984 e publicada no sítio da entidade. Londres, Reino Unido. Disponível em: <https://www.csmonitor.com/1984/0119/011934.html> . Acesso em: 17mai. 2022.

TONOGIRO. **Após 5 anos sem Diretor de Turismo efetivo, Monte Sião anuncia o novo chefe da pasta**. Portal de notícias Tonogiro, da região de Monte Sião-MG. Matéria publicada em 30 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.tonogiro.com.br/noticia/apos-5-anos-sem-diretor-de-turismo-efetivo-monte-siao-anuncia-o-novo-chefe-da-pasta> . Acesso em: 16dez. 2022.

VASCONCELOS, Frederico. Industriais fazem plano para país voltar a crescer. **Folha de S. Paulo**. Matéria publicada no sítio eletrônico, em 25/06/1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10640&keyword=Iedi&anchor=714764&origem=busca&originURL=&pd=6fd8c080bcc6cb2b2dc0e73640ddb1f8>. Acesso em: 4out. 2022.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. **Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) no Brasil no momento atual**. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL,

André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, voltar!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIDAL, Camila Feix; LOPEZ, Jahde de Almeida. **(Re)pensando a dependência**: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. Artigo publicado no sítio eletrônico do Observatório Político dos Estados Unidos - ORPEU, em 16 de novembro de 2022. Disponível em: <https://opeu.org.br/2022/11/16/repensando-a-dependencia-atlas-network-e-institutos-parceiros-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 2mar. 2023.

VILLAZÓN, Julio Córdova. **Velhas e novas direitas religiosas na América Latina**: os evangélicos como fator político. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, voltar!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIOMUNDO. **Com líderes não eleitos, mas “eternos”, MBL tem dinheiro administrado por família que deve R\$ 20 milhões e não presta contas**. Matéria publicada no Portal de notícias Vi o mundo, em 30 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/com-lideres-nao-eleitos-mas-eternos-mbl-tem-dinheiro-administrado-por-familia-que-deve-r-20-milhoes-e-nao-presta-contas.html>. Acesso em: 11dez.2022.

WIKIPEDIA (a). **Arthur do Val**. Enciclopédia eletrônica Wikipedia. Página editada pela última vez em 17 de novembro de 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur\\_do\\_Val](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_do_Val) . Acesso em: 17dez. 2022.

WIKIPEDIA (b). **Kim Katagui**. Enciclopédia eletrônica Wikipedia. Página editada pela última vez em 8 de novembro de 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kim\\_Katagui#:~:text=Em](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kim_Katagui#:~:text=Em) . Acesso em: 17dez. 2022.

ZERO HORA. **Câmara de Sapiroanga cassa mais três vereadores após suspeita de corrupção passiva e ativa**. Portal de notícias do periódico Zero Hora. Matéria publicada em 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/11/camara-de-sapiroanga-cassa-mais-tres-vereadores-apos-suspeita-de-corrupcao-passiva-e-ativa-ck36h0pl801or01mq2du2mmzh.html>. Acesso em: 15dez.2022.